

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA

Estefânea Élide da Silva Gusmão

Estilos de Apego e Raciocínio Moral em Adolescentes

Recife

2009

Estefânea Élda da Silva Gusmão

Estilos de Apego e Raciocínio Moral em Adolescentes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Cognitiva.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Roazzi

Recife

2009

Gusmão, Estefânea Élide da Silva
Estilos de apego e raciocínio moral em adolescentes /
Estefânea Elida da Silva Gusmão. – Recife: O Autor, 2009.
181 folhas : il.

Tese(doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Psicologia, 2009.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Psicologia. 2. Adolescentes. 3. Raciocínio. 5. Moral
I. Título.

159.9
150

CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)

UFPE
BCFCH2009/47

FOLHA DE APROVAÇÃO

Estefânea Élide da Silva Gusmão

Estilos de Apego e Raciocínio Moral em Adolescentes.

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia
Cognitiva da Universidade Federal
de Pernambuco para obtenção do
título de Doutor.

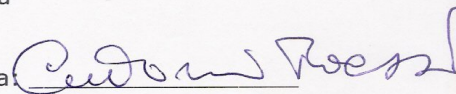
Área de Concentração: Psicologia
Cognitiva

Aprovado em: 05 de novembro de 2009

Banca Examinadora

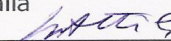
Prof. Dr. Antonio Roazzi
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



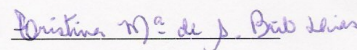
Profa. Dra. Grazia Attili
Instituição: Universidade de Roma La Sapienza, Italia

Assinatura:



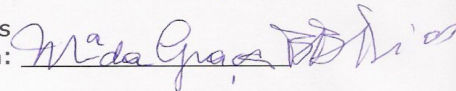
Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias
Instituição: UNICAP

Assinatura:



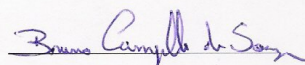
Profa. Dra. M^a da Graça Bompastor Borges Dias
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



Prof. Dr. Bruno Campello de Souza
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



*“Eu te amo, você me ama,
somos uma família feliz,
com um forte abraço
e um beijo te direi:
meu carinho é pra você!”
Barney e Seus Amigos*

*A meu amado esposo, amigo e namorado: Léo,
e ao meu filho amado João Pedro.*

AGRADECIMENTOS

“Existem muitas evidências de que os seres humanos, de todas as idades, serão mais felizes e mais capazes de desenvolver seus talentos quando estiverem seguros de que, por trás deles, existe uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades.” John Bowlby

Ao meu amado *Deus*, por “transformar água em vinho” na minha vida;

Ao meu amado *Leonardo*, por dedicar todos os dias a me fazer feliz, mostrando-me o melhor da vida sempre;

Ao meu filho *João Pedro*, pelo seu amor incondicional;

Mamãe (Izenilda Maria da Silva Gusmão) e *papai* (Jeziel Buarque de Gusmão), minhas primeiras figuras de apego, e meu *irmão* Jeziel Júnior;

Professor *Dr. Antonio Roazzi*, por sua orientação em todo o processo de construção desta pesquisa e seus sábios conselhos para a vida;

Professor *Dr. Valdiney Veloso Gouveia* e *Dra. Rildésia Veloso Silva*, pela contribuição valiosa com esta pesquisa e pela amizade sincera com a qual conto desde a graduação;

À família *BNCS*, a quem devo parte crucial da minha trajetória acadêmica e pessoal. Desde o início: *Girlene Ribeiro de Jesus, Tatiana Cristina Vasconcelos, Maja Meira, Fabiana Queiroga, Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho, Carlos Eduardo Pimentel, Walberto Silva dos Santos, Josemberg Moura de Andrade, Taciano Milfont*; Segunda geração: *Deliane Macedo Farias de Sousa, Marina Pereira Gonçalves, Célia Maria Cruz Marques Chaves, Marcílio Lira de Souza Filho, Alessandra Gusmão, Viviany Silva Pessoa, Maria Luíza Pontes de França,*

Valeschka Martins Guerra, Emerson Diógenes de Medeiros, Raquel Belo, Palloma de Andrade, Sandra Chaves, Sandra Pronk, Patrícia Nunes da Fonseca, Jane Palmeira; e Terceira, mas não menos importante geração: *Josélia de Mesquita Costa, Luana Elayne Cunha de Souza, Tiago Jessé Souza e Lima, Leogildo Alves Freires, Rebecca Alves Aguiar Athayde, Rafaella de Carvalho Rodrigues Araújo, Kátia Correa Vione, Ana Karla Silva Soares, Ana Isabel Araújo Silva de Brito Gomes, Carolina Lima Pereira da Costa, Larissa Barboza de Araújo e Luís Augusto de Carvalho Mendes*. Destaque especial para as amigas *Deliane, Valescka, Marina e Célia*.

Às cuidadoras do João nos anos desta pesquisa: *Rosa (babá), Jô, Silvinha, Luíza, Rose, Ellen, Carla, Vitória, Conceição e Ângela (tias amadas da Escola Aquarela)*, por me ajudarem a cuidar da minha maior riqueza, com todo amor e dedicação;

“*Superliga da justiça*” pelo poder de trazer o céu ao chão com o amor da amizade;

Igreja Evangélica Batista de João Pessoa pela doce comunhão que me fortalecem a cada momento.

Amigos e companheiros de turma, especialmente: *Valeschka Martins Guerra, Marcílio Lira de Souza Filho, Fabiana Wanderley, Suzzan Cordeiro, Luciana Hodges, Alena Pimentel Mello Cabral Nobre, Maíra Roazzi, Paulo Mello, Adriana Karla Jeronimo Marques de Sá, Robson Santos, Adalberto Teles e Fernando Goes*, pelas reflexões acadêmicas e de pesquisa bem como pelos agradáveis momentos de estudo juntos;

Professor *Dr. Pablo Espinosa*, por sua ajuda na obtenção de material sobre o raciocínio moral, especialmente no que se refere à escala SROM;

Professores Doutores *Alina Galvão Spinillo, Maria da Graça Bompastor, Luciano Meira, Jorge Falcão, Selma Leitão, Maria Lyra e Glória Carvalho*, pela colaboração no meu progresso acadêmico e nas reflexões sobre a pesquisa e suas limitações;

Vera Lúcia, Vera Amélia e Elaine, tão queridas e dispostas a ajudar em tudo;

CNPq, pelo apoio e financiamento desta pesquisa, sem os quais ela não seria levada a cabo;

Todos os *Respondentes do estudo*, por sua colaboração que tornou possível o trabalho.

RESUMO

Gusmão, Estefânea Élide da Silva (2009). *Estilos de apego e raciocínio moral em adolescentes*. 2009. 181 f. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Perspectivas teóricas na psicologia do desenvolvimento moral têm tradicionalmente dado ênfase a diferentes experiências de socialização na explicação do desenvolvimento moral. Como consequência, pesquisadores de perspectiva cognitivo-desenvolvimentista têm dado pouca atenção para o contexto familiar, focalizando ao invés disto, nos ambientes de pares, como a escola, para explicar o nível de desenvolvimento moral e seus resultados.

Diante disso, a presente tese se dedica a estudar o tipo de vinculação afetiva dos adolescentes relacionado ao raciocínio moral destes, não negando a fundamental importância de outras facetas deste processo.

No que se refere ao julgamento moral, o apego estabelecido pode ser fundamental na medida em que o desenvolvimento sócio-cognitivo começa com a conexão emocional com o outro quando ainda bebê. Na presente pesquisa, pretende-se contribuir com o estudo do raciocínio moral considerando o tipo de apego expresso por adolescentes nas suas relações com seus pais.

A amostra é composta por 421 adolescentes sendo 221 de escola pública e 200 de escola privada, apresentando uma média de idade de 15 anos ($dp = 1,75$; amplitude de 11 a 20 anos). Todos os participantes da pesquisa são da cidade de João Pessoa, 45,1% do sexo masculino e 54,9% do sexo feminino. A maioria de católicos (63, 9%). Estes participantes responderam aos seguintes instrumentos de pesquisa: *SROM (Medida Objetiva de Raciocínio Moral)*, *IVIA (Inventário sobre a vinculação para a infância e adolescência)*, *ERA (Escala de relações de amizade)* e o *PBI (Instrumento de vinculação parental)*, além de um *Questionário sócio-demográfico*.

Os resultados encontrados apontam para a existência de uma relação significativa e negativa entre o apego inseguro e estágios mais elevados de raciocínio moral. As implicações, limitações e contribuições destes resultados são discutidas na presente pesquisa, à luz do que propõe a literatura acerca desta relação.

Palavras-Chave: Apego, Moral, Raciocínio, Adolescentes.

ABSTRACT

Gusmão, Estefânea Élide da Silva (2009). *Attachment and Moral Reasoning in Adolescents*. 2009. 181 f. Thesis (Doctoral) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Theoretical perspectives in the psychology of morality have traditionally emphasized the different experiences of socialization for the explanation of the moral development. In consequence, researchers from cognitive-developmental perspective has given little attention to family background, focusing instead of that, peers environments, as the school, to explain the level of moral development and its results.

Thus, the present research is devoted to study the style of adolescents affective attachment related to their moral reasoning, not denying the fundamental importance of other facets into this process. Regarding the moral judgment, the attachment established can be fundamental as the social-cognitive development begins with the emotional connection with others while still babies. In this research, it is intended to contribute to the study of moral reasoning considering the attachment styles expressed by adolescents in their relationships with their parents.

The sample was composed by 421 adolescents, 221 were from public school and 200 from private school, with mean age of 15 years ($SD = 1.75$; amplitude of 11 to 20 years). All participants of the research were from the city of João Pessoa, 45.1% were man and 54.9% woman. The majority were Catholics (63.9%). Participants answered the following research instruments: *SROM (Objective Measure of Moral Reasoning)*, *IVIA (Inventory about Bonding in Childhood and Adolescence)*, *ERA (Scale of Relationships with Friends)* and *PBI (Parental Bonding Instrument)*, and a socio-demographic questionnaire.

The results indicate the existence of a significant and negative association between insecure attachment and higher stages of moral reasoning. The implications, limitations and contributions of these results are discussed in this research, considering what is proposed in the literature about this relation.

Key Words: Attachment, Moral, Reasoning, Adolescents.

Lista de Figuras

Figura 1: Estrutura Bifatorial da Escala de Relações de Amizade (ERA)	121
Figura 2: Modelo empírico para o raciocínio moral considerando os indicadores de apego (ansiedade e evitamento).	130

Lista de Tabelas

Tabela 1 Poder discriminativo dos itens do PBI-P	103
Tabela 2: Estrutura fatorial do PBI-P	104
Tabela 3: Poder discriminativo dos itens do PBI-M	106
Tabela 4: Estrutura fatorial do PBI-M.....	107
Tabela 5: Poder discriminativo dos itens do IVIA.....	108
Tabela 6: Estrutura fatorial da Escala IVIA.....	110
Tabela 7: Poder discriminativo dos itens da ERA	113
Tabela 8: Estrutura fatorial da Escala ERA	115
Tabela 9: Distribuição da amostra por sexo, faixa etária e tipo de escola.....	123
Tabela 10: Conversão dos SROMS em Estágio Global	127
Tabela 11: Distribuição da amostra por estágio de raciocínio moral e tipo de escola	128

Sumário

INTRODUÇÃO	17
PARTE I – MARCO TEÓRICO.....	23
I – APEGO.....	25
1.1. Conceito e Teoria do Apego	25
1.2. Mensuração do apego	46
1.3. Pesquisas recentes	57
CAPÍTULO II – RACIOCÍNIO MORAL.....	66
2.1. Diferentes perspectivas sobre o raciocínio moral	68
2.2. Teoria de Kohlberg	73
2.3. Mensuração do raciocínio moral (SROM).....	79
2.4. Pesquisas recentes	82
III – A RELAÇÃO ENTRE O APEGO E O RACIOCÍNIO MORAL.....	88
PARTE II – PARTE EMPÍRICA.....	96
IV – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	98
4.1. Estudo 1. Evidências de Validade Fatorial das Medidas de Apego.....	98
4.1.1. Método.....	98
4.1.1.1. Delineamento	98
4.1.1.2. Amostra	98
4.1.1.3. Instrumentos.....	98
4.1.1.4. Procedimento	101
4.1.1.5. Análise de dados	102
4.1.2. Resultados.....	102
4.1.2.1. Escala de Vinculação Parental – Versão sobre o Pai (PBI-P).....	102
4.1.2.2. Escala de Vinculação Parental – Versão sobre a Mãe (PBI-M)	105
4.1.2.3. Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência (IVIA)	108
4.1.2.4. Escala de Relações de amizade (ERA).....	112

4.1.3. Discussão parcial	117
4.2. Estudo 2. Validação Confirmatória da Medida de Apego.....	118
4.2.1. Método.....	118
4.2.1.1. Delineamento	118
4.2.1.2. Amostra	118
4.2.1.3. Instrumento.....	119
4.2.1.4. Procedimento	119
4.2.1.5. Análise de dados	119
4.2.2. Resultados.....	120
4.2.3. Discussão parcial	122
4.3. Estudo 3. Relação entre apego e raciocínio moral	122
4.3.1. Método.....	122
4.3.1.1. Delineamento	122
4.3.1.2. Amostra	123
4.3.1.3. Instrumentos.....	124
4.3.1.4. Procedimento	127
4.3.1.5. Análise de dados	127
4.3.2. Resultados	128
4.3.3. Discussão parcial	131
V – DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES.....	136
REFERÊNCIAS.....	142
Anexos.....	159

INTRODUÇÃO

O que, na vida dos jovens, estimula seu desenvolvimento moral? Que aspectos da socialização deles contribuem para trajetórias diferentes de desenvolvimento moral? Embora estas não sejam questões fáceis de responder, perspectivas teóricas na psicologia do desenvolvimento moral têm tradicionalmente dado ênfase a diferentes experiências de socialização na explicação do desenvolvimento moral.

Por exemplo, a teoria psicanalítica se centra na relação pai e filho para o desenvolvimento da consciência. Assim como teorias de aprendizagem social, que, por sua vez, enfatizam o poder dos modelos, focalizando o papel reforçador dos pais para comportamentos apropriados. Já a psicologia cognitivo-desenvolvimentista defende que as interações com os colegas são mais potentes e significantes que com os pais para estimular o crescimento moral.

Nessa direção, Piaget e Kohlberg argumentam explicitamente que os pais têm um papel mínimo no desenvolvimento moral das crianças, embora a participação familiar não seja de todo inútil no processo. Ao invés disso, estes autores defenderam que os colegas são mais capazes de proporcionar uma interação apropriada para estimular o crescimento moral (Piaget, 1932; Walker, Henning & Krettenauer, 2000).

Como consequência, pesquisadores de perspectiva cognitivo-desenvolvimentista têm dado pouca atenção para o contexto familiar, focalizando ao

invés disto, os ambientes de pares, como a escola, para explicar o nível de desenvolvimento moral e seus resultados (Smetana, 1999; Walker & cols., 2000).

Pesquisas internacionais como a realizada por Walker e cols. (2000) oferecem um panorama, embora ainda limitado, que é útil para o estudo de aspectos do contexto familiar implicados no raciocínio moral de crianças. A hipótese básica deste estudo foi de que, tanto o relacionamento com os pais como com os colegas, seriam preditores do raciocínio moral das crianças, desafiando o ponto de vista polarizado que caracteriza as pesquisas na área.

Ambos são importantes para a maturidade do desenvolvimento moral simplesmente porque estas relações são altamente significativas na vida das crianças e freqüentemente envolvem interações com implicações morais óbvias. Entretanto, dada a natureza profundamente diferente destas relações em uma variedade de dimensões, o processo que influencia no desenvolvimento moral opera diferentemente em estimular o crescimento das crianças.

Tendo isto em conta, seria também interessante compreender como ocorre esta relação na adolescência. Isso pode ser feito contando com uma amostra mais diversificada acerca da classe social dos jovens do que a que foi contemplada no estudo de Walker e cols. (2000), principalmente de classe média, predominantemente branca, de crianças canadenses. Este aspecto pode obscurecer conclusões acerca da influência dos contextos familiares e de pares, unicamente por não haver uma variação sócio-econômica entre os participantes, pois o impacto de vários estilos parentais e de relacionamento com os pares pode variar consideravelmente de acordo com este contexto. Além disso, os relacionamentos por estes autores estudados são entre pessoas do mesmo sexo apenas.

Não obstante haja estas limitações, os resultados apontam para a contribuição de ambos os contextos: pais e pares. Isto demonstra que a família tem seu papel no desenvolvimento da maturidade moral das crianças, embora de forma distinta de como ocorre com os pares.

Salienta-se que os jovens possuem bem mais que a escola como agente de socialização, sendo necessário que as pesquisas se preocupem tanto com este como com outros agentes como a família ou mesmo os amigos. Além disso, sabe-se que a mídia e sua influência teriam também sua contribuição na socialização dos indivíduos. Ademais, não se pode negar outra variável que pode contribuir no processo de maturidade moral: o gênero dos pais (Pratt, Arnold, Pratt & Diessner, 1999).

A este respeito, Pasquali e Andrade (1986) encontraram que, na vida de jovens delinqüentes institucionalizados ou que abusavam do uso de drogas, o pai é uma presença emocional muito apagada, mas a mãe aparece saliente, sendo que, como amiga e controladora para jovens considerados “normais” e como rejeitadora para os delinqüentes.

Taylor e Walker (1997), por sua vez, afirmaram que discussões de jovens com seus pais também produzem desenvolvimento, apontando para a significância de fatores sociais além de cognitivos, no processo de desenvolvimento moral. Segundo estes autores, as pesquisas tendem a focalizar aspectos cognitivos e negligenciar os afetivos, os quais são também fundamentais para o estudo do desenvolvimento moral no contexto dos pares e da família, dada a freqüência de questões morais complexas que são encontradas nestas relações. Nesse sentido é

que reside a relevância da presente pesquisa, por considerar aspectos da vida afetivo-familiar de adolescentes no estudo do raciocínio moral dos mesmos.

Assim, o raciocínio moral das crianças apresenta correlação negativa com o estilo parental que envolve conflito afetivo. Por outro lado, tal raciocínio é predito positivamente pelo estilo parental que envolve apoio afetivo combinado com a estimulação de níveis altos de raciocínio moral. Assim, contradizendo a ênfase cognitivo-desenvolvimental na cognição, o comportamento parental, ao contribuir com o desenvolvimento moral envolve um domínio afetivo (Taylor & Walker, 1997).

Diante disso, a presente pesquisa se dedica a estudar o tipo de vinculação afetiva dos adolescentes relacionado ao raciocínio moral destes, não negando a fundamental importância de outras facetas deste processo.

Particularmente, é de interesse deste estudo o tipo de *vínculo* ou *apego* estabelecido nas primeiras relações com o cuidador ainda na infância e no decorrer do relacionamento entre pais e filhos. Para Melis, Dávila, Ormeño, Vera, Greppi e Gloger (2001), o *apego* é entendido como qualquer tipo de conduta que tem como resultado o êxito ou a conservação da aproximação com outro indivíduo claramente identificado como melhor capacitado para enfrentar o mundo. Por outro lado a conduta que os pais realizam para permitir que a conduta de apego alcance seus objetivos é chamada conduta de *atenção*. A relação entre estas condutas dará conta do tipo e qualidade do vínculo estabelecido entre pais ou cuidadores e filhos.

Apego é, portanto, formas de comportamento que impliquem em alcançar ou manter uma proximidade com outro indivíduo diferenciado e preferido. Trata-se de um comportamento especialmente evidente nos primeiros anos, mas Bowlby (1982/2006) afirma que tal comportamento caracteriza os seres humanos durante

toda a sua vida. O choro e o chamamento fazem parte dos comportamentos de apego, suscitando cuidados, atenção e acompanhamento.

Com o crescimento, a intensidade e a frequência desses comportamentos diminuem, mas persistem como parte integrante do equipamento comportamental humano, sendo ativado quando a pessoa estiver assustada, doente ou sofrendo, por exemplo. Assim, para Bowlby (1982/2006), as experiências com as figuras de ligação nos primeiros anos de vida determinam os padrões de comportamento de ligação manifestos por uma pessoa.

A moralidade é hipotetizada com frequência como fortemente dependente da empatia, a qual é altamente influenciada pelas representações internas do eu e das relações (Haskuka, Sunar & Alp, 2009). Assim, o apego estabelecido pode ser fundamental na medida em que o desenvolvimento sócio-cognitivo começa com a conexão emocional com o outro quando ainda bebês (Ramires, 2003).

Partindo da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, Nunes e Branco (2007) destacam o papel da *experiência emocional* do indivíduo no processo de internalização de valores morais, indicando que esta experiência é o fator que define o tipo de influência de uma situação determinada sobre o desenvolvimento.

Bowlby (1940) citado em Bowlby (1984/2004) apresenta evidência empírica da relação entre certas formas de personalidade psicopata e a ruptura violenta das relações mãe e filho. Diante disso, estudar o apego é fundamental, pois a dimensão segurança-insegurança incluída nele tem muito nexos para o clínico, tendo importância imediata para a saúde mental dos indivíduos (Bowlby, 1984/2002).

Ademais, a relevância do presente estudo reside no fato de que o conhecimento dos aspectos do relacionamento entre pais e filhos que promovem

saúde mental possibilita o desenvolvimento de estratégias de saúde pública em nível primário, como a educação dos pais no sentido de estarem cientes desses aspectos. Além disso, reconhecer a importância do comportamento dos pais na formação da personalidade tem encontrado ressonância nos estudos em Psicologia (Hauck, Schetatsky, Terra, Knijinik, Sanchez & Ceitlin, 2006).

Pretende-se com a presente pesquisa contribuir com o estudo do raciocínio moral considerando o tipo de apego expresso por adolescentes nas suas relações e com seus pais. Para tanto, a seguir se comentam os principais marcos na literatura acerca do tema em questão.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

I – APEGO

1.1. Conceito e Teoria do Apego

No reino animal, não há cena mais comum do que mães com suas crias. Quando a mãe se afasta em qualquer direção, seu filhote logo a segue. No homem, a aquisição da mobilidade demora mais, mas quando é adquirida, a mesma tendência para manter-se na vizinhança da mãe acontece. Há também casos em que a criança se extravia então a mãe é que busca estabelecer a proximidade. Assim, nos animais, o apego possui dois aspectos principais: a busca e manutenção da proximidade e a especificidade do outro animal, pois não se trata de qualquer outro, mas sim um outro preferido (Bowlby, 1984/2002; Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

O apego pode ter formas ativas, como procurar ou seguir o cuidador ou formas aversivas como chorar, podendo ainda aparecer sob a forma e sinais comportamentais que alertam o cuidador para o interesse de interação da criança, como sorrir e verbalizar de modos diversos. Todas essas formas são observadas em crianças, adolescentes e adultos ao buscarem a aproximação com outras pessoas. É o padrão desses comportamentos, e não sua frequência, que revela algo acerca da força ou qualidade do apego (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

Cecconello, Krum e Koller (2000) afirmam que o apego é um vínculo afetivo no qual os pais proporcionam a satisfação das necessidades da criança através do provimento de cuidados, conforto, carinho e proteção. A sensibilidade dos pais para responder às necessidades da criança e a qualidade da interação entre ambos contribuem para o desenvolvimento de um senso de segurança e confiança, que servirá de base para a exploração do ambiente.

Bowlby (1989) defendeu que a criança constrói um modelo representacional interno de si mesma, dependendo de como foi cuidada. Mais tarde, esse modelo internalizado permite à criança, quando o sentimento é de segurança em relação aos cuidadores, acreditar em si própria, tornar-se independente e explorar sua liberdade. Embora essas representações tenham sua origem cedo no desenvolvimento, elas continuam em uma lenta evolução, sob o domínio sutil das experiências relacionadas ao apego da infância. Se expressa nos padrões de apego e de vinculação que o indivíduo apresentará em suas interações interpessoais significativas, sendo chamado por Bowlby de *modelo interno de funcionamento* (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

Mas, é importante que se pense sobre como a criança percebe o que se faz a ela, e não que apenas se dê atenção ao que lhe acontece. Nos casos das famílias abusivas, a construção da representação mental infantil tende a se dar de forma rígida, mal adaptada, inapropriada e, como consequência, o desenvolvimento da função de mentalização poderá ser pobre ou aniquilada. Assim, a confiança da criança de que outras pessoas podem compreender os outros por meio dos seus próprios sentimentos (empatia) é destruída (Bowlby, 1989).

A teoria do apego de Bowlby e Ainsworth tem levado pesquisas a considerarem o apego entre pais e filhos como importante no funcionamento sócio-emocional e cognitivo de crianças, estendendo-se à adolescência e vida adulta (Abreu, 2005; Bowlby, 1984/2002, 1984/2004, 1982/2006; Van Ijzendoorn & Zwart-Woudstra, 1995). Assim, o papel dos modelos internos de funcionamento de apego é de grande importância na modelagem de várias situações como, por exemplo, a seleção de um parceiro, a formação de relacionamentos de amizade, a escolha

ocupacional, a formação de expectativas e imagens de si (Dalbem & Dell'Aglio, 2005).

O estudo do apego ou da vinculação teve seu início marcado por uma pesquisa sobre as origens do desenvolvimento psicopatológico, na infância e na idade adulta, realizada por John Bowlby na Inglaterra, na década de 1950. Representou um rompimento com a conceituação e a pesquisa psicanalítica tradicionais sobre a correlação entre perda e separação durante a infância e os possíveis distúrbios emocionais desenvolvidos na idade adulta. Além disso, Mary Ainsworth entrou no grupo de pesquisas deste autor, mudando o curso das análises sobre o apego e trazendo para este as metodologias da pesquisa experimental do desenvolvimento da criança (Abreu, 2005).

Bowlby se impressionou com as evidências de efeitos adversos ao desenvolvimento, atribuídos ao rompimento na interação com a figura materna, na primeira infância. Assim, seus conceitos foram construídos com base nos campos da psicanálise, biologia evolucionária, etologia, psicologia do desenvolvimento, ciências cognitivas e teoria dos sistemas de controle (Dalbem & Dell'Aglio, 2005; Toni, Salvo, Marin & Weber, 2004).

Já Ainsworth, ao estudar o desenvolvimento socioemocional durante os primeiros anos de vida, evidenciou que o modelo de apego que um indivíduo desenvolve durante a primeira infância é profundamente influenciado pela maneira como os cuidadores primários (pais ou pessoas substitutas) o tratam, além de estar ligado a fatores temperamentais e genéticos (Toni, Salvo, Marin & Weber, 2004).

De acordo com a teoria do vínculo de John Bowlby, existe uma tendência natural nos seres humanos de estabelecer relações íntimas e estáveis com

determinadas pessoas, começando desde os primeiros meses de vida e se evidenciando nas diversas formas que a criança tem para obter e/ou manter a aproximação com uma figura significativa. Assim, uma pessoa está apegada quando “está absolutamente disposta a buscar aproximação e o contato com esta figura significativa”. Por outro lado, há a atitude dos pais ou cuidadores e as pautas culturais onde se desenvolve o apego (Melis & cols., 2001).

A Etologia – o estudo comparativo do comportamento – tem importante contribuição para o estudo das relações parentais. Esta teve seu início na Alemanha, no fim da década de 1930 com os estudos do austríaco Lorenz que tinha clara influência dos trabalhos de Darwin. Sua principal premissa é a perspectiva evolucionária, ou seja, o comportamento é um produto e um instrumento do processo de evolução através da seleção natural. Diversamente do termo adaptação em Psicologia, o processo de adaptação evolucionária ocorreu não na história individual, mas na história da espécie. Para adotar essa teoria da evolução, é preciso acreditar na continuidade entre o comportamento dos animais e do homem, considerando que apesar dos humanos se pensarem especiais em relação aos outros animais, o código genético (DNA) humano e o do chimpanzé têm 99,4% de semelhança de acordo com achados recentes (Weber, 2004).

Embora seja possível afirmar sem erro que o ser humano é uma espécie essencialmente cultural e social, a evolução biológica não se opõe à evolução cultural, tal como fatores genéticos não se opõem a fatores ambientais. Existe uma indissociável interação.

Em seus estudos, a etologia descobriu que mesmo em sociedades, culturas e épocas muito diferentes existem alguns padrões universais no comportamento das

mães: quase todas as mães quando apresentadas a seus bebês recém-nascidos tocam-nos da mesma maneira. Mães que acabaram de dar a luz dormem com o choro de outros bebês, mas acordam imediatamente quando ouvem o choro do seu filho e são capazes de distinguir tipos diferentes de choro do seu bebê quando reproduzidos em gravadores: fome ou fralda molhada, por exemplo.

Uma pesquisa realizada com mães segurando seus bebês revelou que 80% delas embalam intuitivamente os filhos no braço esquerdo, junto ao coração. Das 466 pinturas examinadas, 80% tinham a criança apoiada no braço esquerdo da mãe. O bebê, mesmo prematuro, reage ao olhar e à fala afetiva abrindo mais os olhos e prestando atenção; apesar da visão do recém-nascido estar um pouco desfocada, ele prefere padrões que se assemelham a um rosto humano; com 45 dias de vida discrimina e prefere o rosto de sua mãe e com 3 semanas, prefere o rosto da mãe a de um estranho (Weber, 2004). Portanto, o apego biológico inicial da mãe e do bebê possibilita que eles permaneçam juntos e garante a sobrevivência da criança, mas é o processo de interação entre mãe e filho que garante a construção do vínculo afetivo.

Até 1958, quando foram publicados os primeiros trabalhos de Harlow e uma versão inicial dos pontos de vista de Bowlby, podiam ser encontradas na literatura psicanalítica e psicológica quatro teorias principais sobre a natureza do vínculo infantil (Abreu, 2005; Bowlby, 1984/2002). São elas:

- 1) *Teoria do impulso secundário* - O vínculo é resultado da mãe satisfazer as necessidades fisiológicas do bebê e de o bebê aprender, no devido tempo, que ela é a fonte de sua satisfação.

- 2) *Teoria da sucção do objeto primário* - O vínculo se deve a uma propensão inata do bebê a relacionar-se com o seio humano, para sugá-lo e possuí-lo oralmente.
- 3) *Teoria da adesão ao objeto primário* - O apego acontece porque existe nos bebês uma propensão inata ao contato físico intenso com um ser humano tão primária quanto a necessidade de alimento e conforto.
- 4) *Teoria do anseio primário de retorno ao ventre* - O vínculo se deve ao fato de que os bebês se ressentem de sua expulsão do ventre e buscam voltar a ele.

Dessas quatro teorias, a mais amplamente sustentada foi a do impulso secundário, sendo comum em psicanalistas e teóricos da aprendizagem. Por outro lado, destas teorias, as de sucção do objeto primário e de adesão ao objeto primário são as que mais se aproximam da hipótese de Bowlby. Mas nada tem a ver as teorias de impulso secundário e do anseio primário de retorno ao ventre. Esta última nem é considerada por ser redundante e implausível.

Bowlby (1958) revisou a literatura psicanalítica até aquela data e propôs uma hipótese diferente baseada na teoria do comportamento instintivo, que propõe que o vínculo da criança com sua mãe é um produto da atividade de sistemas comportamentais que têm a proximidade como a mãe como resultado previsível. Além disso, a principal função do comportamento de apego nas diversas espécies animais está na sua contribuição para a sobrevivência, na proteção contra predadores.

A alimentação tem um papel secundário na manutenção do comportamento de apego e três fatos principais corroboram sua função: maior probabilidade de um

animal isolado ser atacado e capturado por um predador do que um animal que se mantém junto de outros da espécie; o comportamento de apego é eliciado de modo fácil e intenso em animais mais vulneráveis a predadores como filhotes, fêmeas grávidas e os animais doentes; e este comportamento é eliciado com elevada intensidade em situações de alarme.

Na medida em que psicólogos e psicanalistas tentaram explicar a existência de vínculos afetivos, quase sempre foram invocadas as razões de alimento e sexo. Assim, na tentativa de explicarem por que uma criança se liga à mãe, teóricos da aprendizagem e psicanalistas supuseram cada um por seu lado, que isso se deve ao fato de a mãe alimentar o bebê. Na tentativa de compreenderem por que adultos se ligam uns aos outros, o sexo foi comumente considerado a explicação óbvia e suficiente. Entretanto, Bowlby (1982/2006) advoga que essas explicações são insuficientes. Os filhos se ligam a objetos maternos apesar de não serem alimentados por essa fonte e os vínculos afetivos entre adultos não são, de modo algum, necessariamente acompanhados por relações sexuais.

A teoria do impulso secundário decorre de pressupostos e não de observação experimental, mas ganhou campo por não existir na época outra teoria. Ela foi seriamente questionada com os trabalhos de Lorenz (1935), citado em Bowlby (1982/2006) sobre estampagem, conhecidos em 1950, mas só na década de 60 passaram a ser considerados pelo pensamento psicológico.

Com estes trabalhos ficou provado que o comportamento de apego pode se desenvolver em patos e gansos sem que os jovens animais recebam alimento ou qualquer outra recompensa convencional. Nas horas seguintes após o nascimento, os jovens tendem a seguir qualquer objeto que vejam em movimento, seja a ave-

mãe, um homem, uma bola de borracha ou uma caixa de papelão. Eles passam então a preferir esses objetos ou seres aos demais, seguindo-os. O próprio homem se desenvolve de forma comparável.

Quando se dá o início do comportamento de apego, todavia, é uma questão difícil de ser respondida. Mas apesar desta dificuldade em precisar o início, há estudos que mostram que o comportamento de apego se manifesta pela primeira vez dos quatro meses até depois dos doze meses (Bowlby, 1984/2002).

Há também concordância sobre a frequência com que o comportamento de apego é dirigido a outros além da mãe. O pai aparece com frequência e crianças mais velhas. Além disso, até a criança completar seu terceiro aniversário, os sistemas de apego continuam sendo muito facilmente ativados. Daí em diante, na maioria das crianças, eles passam a ser ativados com menos facilidade e também passam por outras mudanças que tornam menos urgente a proximidade com a mãe. Durante a adolescência e a vida adulta, ocorrem novas mudanças, incluindo a mudança das figuras para quem o comportamento é dirigido (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

Todavia, as crianças só conseguirão se desprender um pouco mais de suas mães e serem mais capazes de aceitar a ausência temporária delas, brincando com outras crianças, se: 1) as pessoas novas no convívio forem pessoas com quem a criança está familiarizada ou que conheceu quando estava com a mãe, 2) a criança for saudável e não estiver assustada e 3) a criança souber onde a mãe está e que poderá reatar o contato com ela a curto prazo. Se não for assim, é provável que se mantenha choramingando pela mãe ou que tenha outros distúrbios de comportamento (Bowlby, 1984/ 2002).

O bebê não está disposto a afastar-se muito, fato que é demonstrado sempre que um bebê é criado longe de sua mãe. Dos casos que se conhece mais sobre um filhote criado longe da mãe, está o criado com um modelo experimental, por Harlow (1961), cuja experiência com macacos também contradiz a teoria do impulso secundário.

Em seu estudo, o autor citado realizou uma série de experimentos em que os macaquinhos foram separados da mãe logo ao nascerem e foram dotados de modelos maternos que consistiam em um cilindro de arame, ou um cilindro semelhante, mas coberto com tecido macio. A alimentação era assegurada por uma mamadeira que podia ser colocada em qualquer um dos modelos. Todos os experimentos mostraram que o “conforto do contato” acarretou o comportamento de apego, enquanto que o alimento não. Independente de qual fosse o modelo que fornecesse o alimento, os bebês tratavam rapidamente de passar a maior parte do tempo junto ao modelo de pano.

O conforto do contato é uma variável de importância crítica no desenvolvimento da receptividade afetiva à mãe substituta e a amamentação parece ter um papel de menor importância. Com o aumento da idade e a oportunidade de aprender, um bebê alimentado pela mãe lactante de arame não se torna mais responsivo a ela, mas cada vez mais responsivo à mãe de pano. Além disso, em circunstâncias alarmantes, a presença da mãe de arame não tranquilizava mais do que se não houvesse mãe nenhuma. Quando alarmados os bebês se agarravam à mãe de pano.

Uma questão fundamental é distinguir que condições promovem o desenvolvimento favorável ou desfavorável ao apego. Todavia, nenhuma pesquisa

pode elucidá-la por completo. O que se sabe é que técnicas de alimentação, desmame e treino de hábitos de asseio pessoal, não têm influência direta no comportamento de apego. As condições que contribuem para o desenvolvimento ou não do apego a uma figura incluem: 1) a sensibilidade dessa figura para responder aos sinais do bebê, também chamada de *responsividade materna* (Ribas & Moura, 2004) e 2) a quantidade e natureza da interação entre os componentes do par. Além disso, um critério para descrever o apego de um bebê é se ele protesta ou não quando a mãe o deixa por um breve período de tempo e com que veemência o faz.

Mas este não é suficiente porque há bebês apegados que não protestam tanto, mas mostram seu apego usando-a como base segura para explorar o mundo a sua volta para incluir novos apegos (Bowlby, 1984/2002).

Pontes, Silva, Garotti e Magalhães (2007) indicam que casais que partilham emoções positivas em seus casamentos e se engajam em trocas afetivas satisfatórias tem crianças emocionalmente seguras, capazes de expressar sentimentos adequados e de regular suas emoções negativas no contexto das relações.

As crianças apresentam o comportamento definido como apego quando estão em situações ameaçadoras ou em ambientes que não lhes são familiares, deixadas sozinhas ou em interação com pessoa desconhecida. São muitas as condições que ativam o comportamento de apego. A mais simples talvez seja a distância da mãe, mas há outras condições que também o ativam: da criança (fadiga, fome, doença, dor e frio); do paradeiro e comportamento da mãe (mãe ausente, mãe que se afasta ou que desencoraja a proximidade); outras condições ambientais (eventos alarmantes) (Bowlby, 1984/2002).

A primeira condição citada: *distância da mãe* foi mostrada em uma experiência denominada “situação estranha”, realizada por Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978). No experimento, crianças experimentaram aumento do estresse porque elas eram separadas de suas mães ou cuidadores por um momento em um ambiente estranho de uma série de episódios de três minutos, com duração total de vinte minutos nos quais uma criança de um ano era observada numa sala pequena, confortável e com um número generoso de brinquedos, mas que lhe é estranha, primeiro em companhia da mãe, depois sem ela e finalmente após sua volta.

Os resultados mostraram que quando estão com a mãe, quase todos passam o tempo explorando o ambiente, mesmo de olho na mãe. A chegada do estranho reduz a exploração, mas ainda não há choro. Quando a mãe se retira, há diferentes formas de reação dos bebês, sendo encontradas três estratégias que elas usavam para lidar com o aumento do estresse do procedimento. A saber: *apego seguro*, *inseguro evitante* e *inseguro ambivalente*.

Seguro: é quando a criança prontamente explora o ambiente estranho na presença da figura de apego, mas mostra sinais de sentir falta desta quando a deixa sozinha. Quando retorna a mãe, a criança procura se aproximar dela, ser confortada pelo contato e em seguida volta a explorar o ambiente. Isso acontece por causa da confiança na disponibilidade da figura de apego em situações ameaçadoras, desenvolvendo estas crianças uma confiança em suas próprias habilidades para se adaptar a circunstâncias difíceis.

Inseguro evitante: Iniciam a exploração do ambiente, mas mostram menos ou nenhuma resposta ao serem deixados pela figura de apego. Mesmo na ausência da

figura de apego elas continuam a explorar o ambiente e quando reunidas novamente ao cuidador, o evitam, dando atenção aos brinquedos. O foco é no ambiente físico, ademais, crianças inseguras evitantes mostram mais comportamentos agressivos com colegas e professores quando na idade escolar e parece faltar aproximação com os amigos.

Inseguro ambivalente: sua estratégia consiste em forçar a figura de apego a tornar-se disponível através da maximização dos comportamentos de apego. São apreensivas logo ao entrar em ambiente estranho e se mantêm relativamente desinteressadas em explorá-lo. Mostram grande estresse quando separadas de suas mães e quando reunidas novamente a elas procuram proximidade, mas ao mesmo tempo resistindo ao contato. Mantém-se estressadas até o final do experimento com muita frequência.

Um bebê de um ano é seguro se consegue fazer suas explorações com razoável liberdade em uma situação estranha, usando sua mãe como base segura, que não se aflige com a chegada de um estranho, que mostra estar ciente do paradeiro da mãe durante sua ausência e que a acolhe efusivamente quando ela regressa. Ao contrário, bebês que não fazem explorações, mesmo quando a mãe está presente, que se mostram muito alarmados por um estranho, que desmoronam no desamparo e na desorientação com a ausência da mãe, e que quando ela regressa, podem não acolhê-la com mostras de contentamento são inseguros.

Assim, um modo particularmente valioso da segurança do apego de uma criança à sua mãe provou-se ser o modo como ela responde ao regresso da mãe após uma ausência breve. Crianças seguras saúdam suas mães alegremente podendo agarrar-se a elas e permanecer próximas. Respostas inseguras são:

aparente desinteresse pelo regresso da mãe ou evitação e resposta ambivalente como ora querendo e ora resistindo à mãe.

No experimento de situação estranha, a maioria apresentou apego seguro, seguindo-se de inseguros evitantes (aproximadamente 20%) e inseguros ambivalentes (aproximadamente 10%) (Ainsworth & cols., 1978).

Posteriormente, Main e Solomon (1986, citados em Abreu, 2005) sugeriram a existência de outro padrão de vinculação (padrão D) chamado *desorganizado/controlador*. Neste, os bebês exibiam uma conduta passível de classificação dentro dos três estilos prévios, mas uma versão mais desorganizada de um desses três padrões. É o caso de pais que, em vez de terem “criado” seus filhos, esperam que os filhos lhes dêem conforto e contato. O presente estudo utiliza o modelo com os três tipos de apego, o qual é mais comumente encontrado na literatura recente sobre apego.

Assim, sejam quais forem as causas para uma mãe comportar-se de quaisquer dessas maneiras, tal relação desempenhará um papel primordial na determinação do modelo de interação que o bebê demonstrará em sua vida presente e futura. Todavia, não se devem observar os tipos interacionais citados como prognósticos fidedignos e indubitáveis de sucesso ou fracasso, mas sim um padrão que, dependendo dos acontecimentos posteriores, poderá persistir e estabelecer-se de forma mais definitiva (Abreu, 2005).

Para um apego seguro Ainsworth e cols. (1978) sugerem, tendo como base suas pesquisas longitudinais: 1) contato físico freqüente e prolongado entre o bebê e sua mãe, especialmente durante os primeiros seis meses, junto com a aptidão da mãe para acalmá-lo no seu colo; 2) sensibilidade da mãe para os sinais do bebê,

especialmente sua aptidão para ajustar suas intervenções em harmonia com os ritmos dele; e 3) um meio ambiente regulado de modo que o bebê possa deduzir um significado das conseqüências de suas próprias ações. O resultado disso é um maior prazer da mãe e do filho na companhia do outro.

A prática de amamentação em si não oferece nenhuma garantia de sensibilidade materna para os sinais do bebê, nem ter o bebê nos braços durante a amamentação garante intimidade. Mas, especialmente nos primeiros meses é a principal oportunidade para expressar sensibilidade aos sinais do bebê.

Uma criança *competente* ou *segura* pode ser definida como aquela que se relaciona bem com pares e adultos, possui um forte senso de identidade, é responsiva, independente, empática e possui capacidade para resolução de problemas, sendo com freqüência filha de pais com estilos de paternagem autoritativos, ou seja, que privilegiam relações harmoniosas, mas com firmeza e consistência, exigindo responsabilidade e estimulando autonomia (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

Embora Bowlby defenda que há provas abundantes de que o tipo de cuidados que um bebê recebe tem um papel fundamental na determinação do modo como se desenvolve seu comportamento de apego, ele afirma que não se pode esquecer em que medida a própria criança inicia a interação, chamando atenção para o papel ativo do bebê neste processo. Assim, o padrão de interação que se desenvolve gradualmente entre um bebê e sua mãe só pode ser entendido como resultante das contribuições de cada um (Bowlby, 1984/2002).

Grande parte dos casos que chegam aos consultórios psicológicos nada mais é do que indivíduos exibindo anomalias interacionais derivadas das condutas

excessivamente inseguras ou ansiosas de apego (Abreu, 2005). Bowlby (1984/2004) enumerou alguns padrões patogênicos que uma criança poderá experimentar no seu relacionamento com os pais desde cedo:

- 1) Ausências persistentes de respostas de um ou ambos os pais ao comportamento evocador de cuidados e de proteção da criança, depreciação ou rejeição;
- 2) Descontinuidade da vinculação parental, em situações de hospitalização ou internação (separação);
- 3) Ameaças permanentes por parte dos pais de não amar a criança, usadas como disciplinadoras ou punidoras;
- 4) Ameaças dos pais de abandonar a criança ou a família, de matar o outro ou de suicídio, ou
- 5) Induzir culpa à criança alegando que seu comportamento é responsável por doença ou morte dos pais.

Tais comportamentos levam as crianças a viver constante ansiedade, com medo de perder a figura de apego. E segundo a teoria, o comportamento de apego não se restringe à primeira infância, mas se mantém como uma característica da criança e influenciará tanto na relação que estabelecerá com os outros como no desenvolvimento de sua personalidade e na incidência de diversas patologias. A relação entre estilos de apego e psicopatologia pode se observar desde cedo e nas diferentes etapas da vida e a repetição constante de um padrão vincular seguro é necessária para a formação da personalidade saudável (Abreu, 2005; Bowlby, 1984/2004; Dewitte, Houwer & Buysse, 2008; Melis & cols., 2001).

Cortina e Marrone (2003), citados por Dalbem e Dell'Aglio (2005), salientam que a teoria do apego contempla aspectos para a compreensão dos mecanismos psicológicos utilizados na vivência de um trauma ou uma perda, ou, ainda, na experiência de negligência ou rejeição pelas figuras de apego.

Muitos distúrbios psicológicos e da personalidade nos seres humanos são, portanto, considerados como um reflexo de um distúrbio da capacidade para estabelecer vínculos afetivos, em virtude de uma falha no desenvolvimento na infância ou de um transtorno subsequente. As condições antecedentes de incidência significativamente elevada são a ausência de oportunidades para estabelecer vínculos afetivos ou então as prolongadas e talvez repetidas rupturas de vínculos que foram estabelecidos (Bowlby, 1982/2006).

Uma questão relevante diz respeito a quanto tempo deve durar uma separação temporária entre mãe e filho? A resposta depende da idade do sujeito, além do que, a mãe pode estar fisicamente presente, mas emocionalmente ausente. O que ocorre é que o fato de uma criança ou adulto encontrar-se em estado de segurança, angústia ou aflição fica determinado fortemente pela acessibilidade e pela receptividade de sua principal figura de apego.

Bowlby (1984/2004), no segundo volume de sua trilogia, argumenta que estados de angústia e depressão que se manifestam na idade adulta, assim como condições psicopáticas, podem ser associados a estados de angústia, desespero e desapego que facilmente se manifestam sempre que uma criança se separa por largos períodos de sua figura materna, sempre que espera uma separação ou quando perde a mãe definitivamente. Entretanto, a maioria das crianças que passaram por experiências desse tipo, recupera-se e desenvolve-se normalmente –

ou pelo menos parece desenvolver-se normalmente. Os motivos pelos quais alguns indivíduos se recuperam após experiências de separação e outros não variam de acordo com as seguintes condições: a) o tipo de cuidados recebidos pela criança quando está longe da mãe, e b) as relações que elas mantêm com seus pais nos meses ou anos que precedem e seguem o evento.

Além disso, o autor citado realizou estudos para comparar crianças em suas primeiras semanas de atendimento em uma creche com crianças que viviam em seus próprios lares. *Nas creches*, as 10 crianças recebiam cuidados de uma ou duas enfermeiras, havendo várias possibilidades para brincar (em grandes salões ou jardins). Observavam-se as crianças em suas atividades na creche ou em períodos de recreio. Tinham entre 13 a 32 meses, viviam com a mãe e o pai e no momento da separação não havia indícios de que entrar na creche se devesse a rejeição. O motivo de entrarem na creche era porque em situação de emergência não existiam parentes ou amigos em condições de cuidar delas.

Os resultados foram que no momento da separação, o choro e o grito eram as regras. Chamar pelos pais, sobretudo pela mãe, foi uma reação dominante, principalmente nos três primeiros dias, e em seguida, até o nono dia a reação foi mais esporádica. Depois de uma semana paravam de chamar a mãe e pareciam mais satisfeitas em ficar com a enfermeira. Todavia, de tempos em tempos pediam pela “mamãe”. Havia também uma tendência a selecionar uma das enfermeiras com mais satisfação ao acomodar-se no seu colo.

Quando os dois pesquisadores entravam na sala as reações foram bastante dramáticas, às vezes chegando a gritar, mostrando alívio quando o mesmo se retirava. Ao rever a mãe após dias ou semanas de afastamento cada uma das

crianças apresentou certa dose de desapego, sendo que duas delas demonstraram nem reconhecer a mãe. Assim, o desapego é típico no reencontro com a mãe, sendo muito menos evidente no reencontro com o pai e a duração desse desapego em relação à mãe está positiva e significativamente correlacionada ao tempo de afastamento entre eles.

Apenas uma criança voltou a se revelar afetuosa para com a mãe no final do primeiro dia de retorno ao lar. Cinco delas mostraram medo de serem abandonadas, tornando-se agarradas a mãe além do que eram antes da separação. O desapego pode perdurar indefinidamente, após uma separação prolongada ou separações repetidas que ocorram nos três primeiros anos de vida.

Comparadas às crianças criadas em lares comuns, as crianças de creches mostraram-se significativamente mais angustiadas em seus apegos e significativamente mais temerosas de estranhos. As crianças de família haviam recebido cuidados de no máximo duas pessoas e as da creche de pelo menos 20 adultos, incluindo os funcionários da administração que entravam e saíam de suas visões por instantes e por vezes passando muito tempo sem reaparecerem.

Quanto mais estranho for o ambiente e as pessoas ou quanto mais dolorosos sejam os procedimentos adotados, mais assustadas as crianças ficam e maior a perturbação durante e após a separação. Entretanto, as crianças criadas na presença da mãe, têm tais condições como não suficientes para provocar mais do que aflições passageiras. Mas há condições que atenuam a intensidade das reações das crianças: 1) a presença de uma pessoa conhecida ou de objetos familiares e 2) os cuidados maternos de uma mãe substituta.

A perturbação é mínima quando estas duas condições se conjugam, por exemplo, a criança que fica em seu lar, sob os cuidados de uma das avós ou quando vai para a creche nos primeiros dias acompanhada de um irmão. Além disso, objetos inanimados, como por exemplo, os brinquedos favoritos ou roupas pessoais, oferecem algum alívio. Ademais, o comportamento do novo cuidador é muito importante, pois apenas depois de alguns dias ou semanas a criança se habitua ao novo relacionamento, embora continue a ansiar pela figura materna. A duração da perturbação depende, em parte, da idade da criança e em parte, da habilidade da mãe adotiva de ajustar seu comportamento ao de uma criança aflita (Bowlby, 1984/2004).

Durante muito tempo a força dos vínculos entre o bebê e a mãe foi vista como um sinal de dependência que não seria funcional na vida adulta, e até hoje ouvimos expressões de que não se deve viciar um bebê no colo. Na verdade, um bebê veio ao mundo absolutamente preparado para ficar no colo. Devido aos estudos da etologia, passou-se a compreender que quanto mais forte for esse vínculo inicial, maior a probabilidade de a criança tornar-se independente no futuro, ademais, esse apego seguro é justamente o que permite a criança aventurar-se de maneira confiante pelo mundo (Weber, 2004).

O apego com angústia não se desenvolve por a criança ser excessivamente mimada, mas sim porque as experiências as levaram a construir um modelo de figura de apego inatingível ou não receptivo quando a criança a procura. Quanto mais estável e previsível o regime ao qual a criança é submetida, mais seguro o apego será e quanto mais instável e imprevisível o regime, mais inseguro será o apego. Algumas até chegam ao ponto de desapegar-se, ocorrendo mais com

meninos, ao passo que o apego com angústia é mais comum em meninas (Bowlby, 1984/2004; Weber, 2004).

Além disso, se uma criança é ameaçada de abandono ou de não amor pelos pais (seja como castigo, seja porque os pais se desentendem), os efeitos decorrentes de uma efetiva separação não somente serão de grande intensidade, como tenderão a persistir. À luz dessa constatação, síndromes clínicas são mais bem entendidas e o apego com angústia é explicado.

No entanto, demonstrar a incidência maior de algum fator é uma coisa, demonstrar que se trata de uma causa é coisa muito diferente. Explicações alternativas ainda são possíveis. Por exemplo, determinantes genéticos. Para ampliar nosso conhecimento nesse campo seria obviamente de valor incalculável realizar uma longa série de experimentos a fim de investigar os efeitos, a curto e a longo prazo sobre o comportamento, do rompimento de um vínculo afetivo, levando em conta a idade do indivíduo, a natureza do vínculo, a extensão e a frequência dos rompimentos, além de muitas outras variáveis. Mas experimentos desse tipo com sujeitos humanos são rejeitados por motivos éticos.

Por essas razões tem se usado primatas não-humanos em muitos dos estudos sobre o apego. Tanto em bebês humanos como em macacos, verifica-se uma vasta gama de variações individuais na reação ao rompimento de um vínculo (Bowlby, 1982/2006).

Por outro lado, o alicerce sobre o qual se constrói uma personalidade estável e autoconfiante é a certeza descuidada de contar com a presença e apoio das figuras de apego (Bowlby, 1984/2004). A experiência familiar daqueles que se tornarão pessoas relativamente estáveis e autoconfiantes é caracterizada não

apenas pelo apoio infalível dos pais, quando a eles se recorre, mas ainda por um estímulo gradual e constante à crescente autonomia.

As crianças tendem involuntariamente a identificar-se com os pais e, portanto, a adotar para com seus filhos, quando se tornam pais, os mesmos padrões de que tiveram experiência na infância. Assim, a herança de saúde mental ou da enfermidade mental, transmitida através da microcultura familiar, não é menos importante e talvez seja muito mais importante do que a herança transmitida através dos genes. Mas as provas destas proposições são insuficientes ainda (Bowlby, 1984/2002, 1984/2004, 1982/2006).

Dessa forma, não é somente a relação entre a criança e a mãe que interessa, mas esta relação ampliada e estendida para a família como um todo. Uma boa base familiar envolve uma consciência compartilhada de que os relacionamentos de vinculação precisam ser protegidos e nunca destruídos. Mas, certas oportunidades encontradas no caminho possibilitam mudar a rota principal, principalmente quando esta foi marcada por solidão e distanciamento humano: encontros com pessoas seguras, relacionamentos estáveis, experiências de calor humano. Ou seja, os indivíduos são na vida adulta o resultado das situações ou interações com as quais suas personalidades depararam-se ao longo da vida (Abreu, 2005).

No que se refere à adolescência, período de profundas transformações emocionais, cognitivas e comportamentais bem como de questionar a autonomia e renegociar regras sociais na família, pares e outros adultos do convívio, no qual se passa menos tempo com os pais, enquanto a mutualidade entre ambos pode aumentar, o apego seguro é importante para o bem-estar e para percepção da vida familiar. Assim, quando a relação entre ambos é harmoniosa, adolescentes

exploram mais, a adesão a valores dos pais é maior e consultam mais os pais do que seus pares para decisões relevantes (Allen, Hauser, Bell & O'Connor, 1994).

Dada a sua influência na etiologia e manutenção de diversas perturbações psicológicas (Munson, McMahon & Spieker, 2001; Scott Brown & Wright, 2003) a avaliação adequada do apego ou vinculação é da maior importância. Nesse sentido, as informações na literatura psicológica acerca da medida do apego são discutidas a seguir.

1.2. Mensuração do apego

Os estudos com adolescentes acerca da avaliação da vinculação são escassos, o que parece dever-se pelo menos em parte a questões metodológicas que envolvem a operacionalização e conceituação do construto (Carvalho, Soares & Baptista, 2009; Griffin & Bartholomew, 1994).

Dentre as medidas encontradas na literatura, encontra-se a Entrevista de Apego para Adultos (*Adult Attachment Interview – AAI*) (ver Hesse, 1999), que é um método de acesso significativo para a organização do apego, adaptando-se a diversas culturas, e que pode ser correlacionado com níveis de inteligência, ajustamento social e adaptação individual. Este instrumento classifica os indivíduos como autônomos, preocupados e evitantes. Todavia, é expressamente dirigido a adultos, sendo necessárias medidas confiáveis e adequadas também para o público adolescente.

Diante da mencionada escassez de medidas acerca do apego e de estudos com apoio empírico para estas, as medidas mais recentes encontradas na literatura foram selecionadas para o presente estudo com o objetivo de verificar qual dentre

elas apresentava melhor indicação de sua validade e fidedignidade. Cada uma delas é discutida a seguir, sendo considerados os resultados encontrados em estudos anteriores a este.

Primeiro, o PBI (*Instrumento de Vinculação parental*), construído originalmente por Parker, Tupling e Brown (1979), mensura as percepções que o adulto ou jovem tem das suas experiências de vínculo parental durante a infância e é composto por 25 itens, sendo um instrumento de auto-relato, que mensura dois estilos parentais (*Afeto e Superproteção*) separadamente sobre o pai e sobre a mãe.

Existe uma discussão acerca da estrutura fatorial do PBI e da validade da tradicional estrutura bifatorial, de forma que cinco diferentes modelos para a PBI são propostos na literatura. Essencialmente, há consenso quanto a dimensão de *Atenção Parental* ou *Afeto* (Parental Care). Contudo, a maioria dos modelos sugerem que a dimensão *Superproteção* é melhor representada por dois fatores (Cox, Enns & Clara, 2000; Melis & Cols, 2001).

Cox, Enns e Clara (2000) testaram os diferentes modelos existentes do PBI com uma amostra clínica composta por 283 adultos, pacientes de ambulatório psiquiátrico (113 homens e 170 mulheres; $M = 40,11$, $dp = 11,82$) para validação fatorial e outra amostra de 5327 pacientes (2563 homens e 2764 mulheres; $M = 32,18$; $dp = 10,54$) para validação confirmatória de uma versão com apenas 8 itens. Em seguida testou-se a invariância do modelo em relação ao sexo.

Dentre os cinco modelos testados o que apresentou melhores índices de bondade de ajuste foi o modelo que propõe o uso de oito itens da escala apenas. Todos os parâmetros estimados para os itens do PBI foram significantes, contudo, o

item 13 (*Tendia a me tratar como um bebê*) obteve um baixo parâmetro de estimação, quando comparado com os demais itens do instrumento.

Foi estabelecida uma rotação oblíqua (oblimin), pois os fatores são tidos como correlacionados. O critério de Kaiser e Cattell indicaram a extração de 3 fatores. O fator I e o III correspondem às dimensões *Afeto* e *Superproteção*, respectivamente e o fator II trata-se do *Rigor* (recusa/negação da autonomia).

Na análise fatorial confirmatória para replicar a estrutura encontrada na primeira etapa do estudo, o modelo de três fatores (*Afeto*, *Superproteção* e *Rigor*) obteve bons índices de ajuste para ambas as versões, Mãe e Pai, os índices são descritos, respectivamente, a seguir: *GFI* = 0,93 e 0,92; *AGFI* = 0,85 e 0,83; *CFI* = 0,88 e 0,89.

Além disso, no estudo do efeito do gênero tanto para homens como para mulheres a versão do modelo de oito itens demonstrou bondade de ajuste - *Homens* (PBI – Mãe: *GFI* = 0,81, *AGFI* = 0,75, *TLI* = 0,87, *CFI* = 0,89; PBI – Pai: *GFI* = 0,83, *AGFI* = 0,77, *TLI* = 0,89, *CFI* = 0,91) e *Mulheres* (PBI – Mãe: *GFI* = 0,85, *AGFI* = 0,80, *TLI* = 0,88, *CFI* = 0,90; PBI – Pai: *GFI* = 0,81, *AGFI* = 0,75, *TLI* = 0,82, *CFI* = 0,85).

Outra pesquisa acerca da estrutura fatorial do PIB foi realizada por Melis e cols. (2001) no intuito de validar o PIB para o contexto chileno. A amostra foi constituída por 542 estudantes universitários. Em relação à análise de confiabilidade da escala, foram calculados o *Spearman Brown* e o *Alfa de Cronbach*, Os índices obtidos variaram de 0,78 a 0,89, respectivamente, para o sexo do progenitor (Mãe e Pai), aproximando-se dos índices obtidos em estudos anteriores, apresentando índices de confiabilidade adequados. Além disso, a validade de construto foi testada

a partir da realização de uma análise fatorial, com método de rotação Varimax, obtendo uma variância explicada de 37,8% no PBI-Mãe e 39,6% no PBI – PAI.

Diante da ampla utilização do PBI, Myers (1999) investigou se uma medida similar, o EMBU - Eгна Minnen Beträffande Uppfostran ("My Memories of Upbringing") (Arrindell, Emmelkamp, Brilma & Monsma, 1983; Arrindell, Gerlsma, Vandereycken, Hagerman & Daeseleire, 1998) proporcionaria resultados comparáveis ao PBI. Essa escala foi desenvolvida para avaliar as memórias dos indivíduos acerca dos comportamentos parentais e sua estrutura fatorial é composta por três fatores, são eles: rejeição, cordialidade emocional e superproteção. A amostra foi composta apenas por mulheres britânicas, estudantes, com idades variando entre 18 a 38 anos ($M= 21,32$; $dp= 5,48$), escolhidas de uma população inicial de 231 mulheres estudantes. Os resultados desse estudo indicaram que o PBI e o EMBU são medidas comparáveis, ainda que os achados variem ligeiramente entre os dois questionários.

Ainda com o intuito de avaliar o apego na população adulta, Bäckström e Holmes (2001) realizaram a validação de construto de dois instrumentos de auto-relato do apego em adultos. Para isso, realizaram uma pesquisa com 515 estudantes universitários suecos, sendo 214 homens e 301 mulheres, com idade média de 23,9 anos ($dp=4,7$). Os instrumentos aos quais os participantes responderam focam no comportamento romântico como base para determinar o padrão de apego em adultos, o que tem sido o foco recorrente nas pesquisas sobre apego (Collins & Read, 1990; Griffin & Bartholomew, 1994; Hazan & Shaver, 1987). O primeiro deles é o Relationship Questionnaire (RQ) (Bartholomew & Horowitz, 1991) que é composto de quatro pequenos parágrafos descrevendo diferentes

protótipos de apego que se aplicam às relações parentais. O segundo é o Relationship Scales Questionnaire (RSQ) (Griffin & Bartholomew, 1994) que é uma medida composta por quatro protótipos de apego, avaliados a partir de 30 frases, desenvolvidas a partir das descrições em parágrafos de outros estudos (Bartholomew & Horowitz, 1991; Collins & Read, 1990), e que são respondidas em uma escala de 5 pontos que diz respeito ao quão bem cada item se ajusta a suas características nas relações íntimas.

Ambos instrumentos foram analisados pelo método de componentes principais. Inicialmente dois fatores foram extraídos usando rotação Varimax, estes explicaram 64% da variância. Como alternativa a esse modelo, uma solução de três fatores foi extraída usando o mesmo método, esta explicou 74% da variância total. Os fatores foram rotados usando ambos os métodos, ortogonal e oblíquo, sendo consideradas as cargas fatoriais da rotação oblíqua. Uma análise fatorial confirmatória foi realizada para testar se a solução de três fatores se ajusta melhor aos dados do que a solução de um ou dois fatores. Esta hipótese se confirmou, tendo este modelo os melhores índices de ajuste [$GFI= 0,85$; $RMSEA= 0,11$] em relação aos modelos uni [$GFI= 0,74$; $RMSEA= 0,13$] e bifatorial [$GFI= 0,82$; $RMSEA= 0,11$]. Porém quanto aos alfas de Cronbach, as escalas RQ e RSQ obtiveram uma consistência interna muito baixa, Alfas de Cronbach de 0,32 e 0,46, respectivamente.

Os resultados deste estudo indicam que a validação da RQ e da RSQ têm propriedades psicométricas comparáveis aquelas da versão original (Bartholomew & Horowitz, 1991; Griffin & Bartholomew, 1994) e que ambas medem construtos semelhantes. Sugere ainda como uma alternativa possível a solução de três fatores

(Bäckström & Holmes, 2001). Entretanto, ambos instrumentos apresentam uma consistência interna questionável, apontando para a necessidade de maiores estudos e aperfeiçoamentos dessas medidas.

Além dos baixos índices de consistência interna, essas medidas apresentam-se ineficazes para a realização de pesquisas com adolescentes, uma vez que enfocam a relação íntima (romântica) para medir o apego e a população adolescente (em sua maioria) não está envolvida/inserida nesse tipo de relacionamento.

A outra medida encontrada na literatura de mensuração do apego é a *Experiences in Close Relationships – ECR* (Brennan, Clark, & Shaver, 1998) que é um questionário de auto-relato que avalia diferenças individuais em relação aos estilos de apego em adultos. Brennan, Clarke e Shaver (1998), seus proponentes, baseados em análises fatoriais exploratórias apontaram um arranjo bi-fatorial quase ortogonal ($r = 0,12$). O primeiro fator foi denominado de *ansiedade*, corresponde a ansiedade frente a relacionamentos íntimos e “hiper-vigilância” relacionada à rejeição. O segundo fator foi denominado de *evitamento* corresponde ao sentimento de desconforto com proximidade e ser relutante em manter proximidade com parceiros. Baseados nesses resultados, Brennan e Cols. construíram a ECR, uma escala de 36 itens que mede *apego* baseado nessas duas dimensões. Posteriormente, Fraley, Waller e Brennan (2000) analisaram os dados de Brennan e cols. (1998), através da *TRI – Teoria de resposta ao item*. Estas análises resultaram em uma versão modificada da ECR, bem mais precisa, denominada de *Experiences in Close Relationships – Revised (ECR-R)*. Esta escala manteve 13 itens dos 18 originais para mensurar *ansiedade* e 7 itens dos 18 para *evitamento*, que são

respondidos em uma escala que varia de 1 (discordo fortemente) a 7 (concordo fortemente).

Tsagarakis, Kafetsios e Stalikas (2007) apresentam evidências de fidedignidade e validade da ECR em uma versão para a população grega, a G-ECR-R. A pesquisa foi realizada com três amostras, a saber: uma para examinar a tradução do teste ($n = 62$); a segunda ($n = 291$) foi usada para analisar a estrutura fatorial, validade e consistência interna; e recorreu-se a uma terceira amostra para testar a precisão teste-reteste ($n = 51$). A estrutura fatorial da escala foi testada através de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. Realizou-se uma PC forçando a extração de uma estrutura bi-fatorial, utilizando rotação oblíqua. O primeiro fator apresentou valor próprio de 10,4, explicando 28,9% da variância, o segundo apresentou valor próprio de 4,6 explicando 12,8% da variância. Equivalentes, respectivamente, aos fatores *ansiedade* e *evitamento*. A correlação entre estes dois fatores foi de $r = 0,35$. Posteriormente, uma análise confirmatória foi realizada para testar o modelo bi-fatorial, utilizando parcelas de itens. Os índices de bondade de ajuste indicaram um excelente ajuste dos dados ($CFI = 0,97$; $RMSEA = 0,06$; $SRMR = 0,05$). A análise de consistência interna proveu um alfa de 0,91 para ambas as subescalas. No teste-reteste as subescalas *ansiedade* e *evitamento* apresentaram, respectivamente, correlações de 0,88 e 0,85.

Buscando ampliar a utilização e o conhecimento das propriedades psicométricas da ECR, Alonso-Arbiol, Balluerka, Shaver e Gillath (2008) buscaram comparar as propriedades psicométricas de duas versões da ECR, uma americana e outra espanhola (ECR; Brennan, Clark, & Shaver, 1998; ECR-S, Alonso-Arbiol, Balluerka, & Shaver, 2007; Alonso-Arbiol, Shaver, & Yáñez, 2002). Para tanto,

recorreram a uma amostra composta por 2012 estudantes universitários, 747 espanhóis e 1265 americanos. Dentre os espanhóis, 379 homens e 368 mulheres, com média de idade de 20,35 anos ($dp = 2,39$), dos quais 40,5% estavam envolvidos de forma estável em um relacionamento romântico e 59,5% não estavam envolvidos em uma relação dessa natureza. Dentre os americanos, 885 são mulheres e 375 homens, com média de idade de 19,58 anos ($dp = 2,26$), sendo que 40,8% estavam envolvidos em uma relação romântica e 50,2% não estavam envolvidos.

Os americanos tiveram escores de evitamento levemente mais altos do que os espanhóis e estes, por sua vez, tiveram os escores de ansiedade moderadamente mais altos do que os americanos. Todos os alfas de cronbach foram maiores de 0,85, indicando boa consistência dos instrumentos nas diferentes amostras (Alonso-Arbiol & cols., 2008).

Para obter evidências de validade de critério, examinou-se a associação entre status de relacionamento (estar ou não mantendo uma relação duradoura) e o escore do participante na ECR. Estudos prévios (por exemplo, Hazan & Shaver, 1987; Nettle & Shaver, 2006) tem mostrado que evitação é associada com o não envolvimento em relacionamentos. Neste estudo, em ambas as amostras, os participantes solteiros pontuaram significativamente mais na subescala de evitação do que os comprometidos (Na Espanha, $t(745) = 13,39$, $p < 0,001$; Solteiros $M = 3,10$, $dp = 0,79$; Comprometidos $M = 2,32$, $dp = 0,76$. Nos Estados Unidos, $t(1263) = 16,26$, $p < 0,001$; Solteiros $M = 3,39$, $dp = 1,05$; Comprometidos $M = 2,39$, $dp = 1,08$).

Para corroborar o claro entendimento da estrutura bidimensional em ambas as versões, espanhola e americana da ECR, realizou-se uma análise fatorial

confirmatória em cada amostra especificando o modelo com duas dimensões. Para realizar essas análises, foram formuladas três parcelas de itens para a subescala de evitação e três parcelas de itens para a subescala de ansiedade em cada amostra. O que resultou nos seguintes índices de bondade de ajuste nos Estados Unidos: $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,99$, $CFI = 1,00$; e na Espanha: $GFI = 0,97$, $AGFI = 0,92$, $CFI = 0,97$.

A partir dos resultados desse estudo, pode-se constatar que ambas as versões da ECR têm a estrutura fatorial teoricamente esperada com índices de consistência interna bastante adequados. Verificou-se que a escala conta com dois fatores ortogonais compreendidos em dois conjuntos de itens, um avaliando o evitamento de apego e o outro avaliando ansiedade (em relação ao) de apego.

Outra medida que tem se mostrado relevante para avaliar o apego na população em geral é o *Inventário Sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência* (IVIA). Proposta por Carvalho, Soares e Baptista (2009) para o contexto português, contém 37 itens agrupados em três dimensões: vinculação segura, ambivalente e evitante. Apesar de tratar-se de uma medida recente, ainda em processo de publicação, o IVIA obteve parâmetros psicométricos de consistência interna e bondade de ajuste relevantes (Alfas de Cronbach superiores a 0,70 para seus três fatores, assim como de validade da sua estrutura tridimensional através dos indicadores de bondade de ajuste $RMSEA=0,06$ e $SRMR=0,08$. (Carvalho, Soares & Baptista, 2009).

No que diz respeito a mensuração do apego no Brasil, não foi encontrada nenhuma medida que se destine a medir tal construto. As medidas que mais se aproximam deste são aquelas que avaliam práticas e estilos parentais (Benetti e Balbinotti, 2003; Gomide, 2006).

O Inventário de Estilos Parentais (IEP) proposto por Gomide (2006) foi elaborado com o objetivo de Identificar famílias de risco ou não, ou seja, famílias em que haja uma alta probabilidade de desenvolvimento de comportamentos anti-sociais em pelo menos um de seus membros e também famílias que apresentem práticas educativas voltadas para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. O IEP contém 42 questões abordando práticas educativas positivas e negativas e em sua validação foi aplicado em 315 participantes, de ambos os sexos, com idades variando de 9 a 18 anos. Esses participantes foram divididos em grupos: adolescentes infratores, adolescentes vítimas de abuso sexual, estudantes de colégio público e de um colégio particular.

Os resultados mostraram que o Índice Parental de Risco foi mais alto na amostra dos grupos de risco do que para os estudantes, corroborando que o IEP é um instrumento capaz de identificar estilos parentais de risco. Um teste de validade interna das questões foi realizado, apresentando alfas de Cronbach médios para todas as questões superiores a 0,80. O IEP pode ser respondido tanto pelos pais como pelos filhos, onde os filhos responderão dois instrumentos um relativo às práticas maternas e outro às práticas paternas, e os pais respondem como utilizam as práticas educativas com seus filhos.

Em relação às práticas parentais, Benetti e Balbinotti (2003) construíram um inventário para avaliar as práticas de socialização empregadas por pais e mães com filhos na idade escolar, o Inventário de Práticas Parentais (IPP). Uma amostra de 106 pais, de ambos os sexos, de crianças com idades que variam entre seis e dez anos foi utilizada para se verificarem as propriedades psicométricas dessa primeira versão. Esta é composta por 16 itens, respeitando rigorosamente a teoria e

apoiando-se no julgamento de juízes, compreendendo quatro dimensões distintas: a primeira se propõe medir o envolvimento afetivo; a segunda, a didática; a terceira, a disciplina; e, finalmente, a quarta mede os aspectos sociais do envolvimento parental (Lovejoy, Weis, O'Hare & Rubin, 1999). Cada uma destas quatro dimensões apresenta quatro questões formuladas positivamente. As instruções de respostas à escala são simples, que exigem apenas respostas sinceras por parte dos respondentes.

Foram verificados dois modelos fatoriais, um restringindo o número de fatores em dois (como fora previsto pelas correlações) e outro restringindo o número de fatores em quatro (considerando o corte teórico). Uma análise em componentes principais, seguida de uma rotação varimax serviu para se verificar a estrutura fatorial (dois fatores) do IPP, que explica 37,7% da variância. Já no caso da solução com quatro fatores, que explica 56,2% da variância, este apresenta uma distribuição adequada dos itens, divididos de acordo com o construto teórico explorado e apresentando Alfas de Cronbach satisfatórios (Afeto, 0,76; Educação, 0,82; Disciplina, 0,55; e Social, 0,58).

Os resultados gerais das análises psicométricas realizadas mostraram-se em parte satisfatórios, uma vez que alguns alfas foram inferiores a 0,60. Tais índices insatisfatórios podem indicar, por um lado, fracas correlações entre os itens dessas dimensões e, por outro lado, a necessidade de reconstrução de algumas das questões que compõem cada dimensão. Diante de tais resultados, considera-se a necessidade de melhorias na precisão desse instrumento, antes de sua ampla utilização em pesquisas no contexto nacional.

Diante desse cenário, optou-se por utilizar a PBI, o ERA e o IVIA, o primeiro por se tratar de um dos instrumentos mais utilizados nas pesquisas para estudar o apego e ainda não foi validada no Brasil (Cox, Enns & Clara, 2000; Hauk & cols, 2006; Melis & cols., 2001; Parker, Tupling e Brown, 1979), o segundo, por ser, na atualidade, um dos instrumentos mais constantes em termos de parâmetros psicométricos adequados (Brennan, Clark & Shaver, 1998), e o terceiro por se caracterizar em uma medida recente (Carvalho, Soares & Baptista, 2009) e com índices promissores, que necessita de mais estudos que confirmem sua adequabilidade para mensurar o apego em adolescentes. As características desses instrumentos serão descritas no capítulo acerca do método desta tese.

1.3. Pesquisas recentes

Três décadas de pesquisas tem demonstrado que a sensibilidade e responsabilidade da figura principal do apego, geralmente a mãe, fornece uma fundação segura de apego para a criança durante os primeiros anos de vida. Por sua vez, a qualidade de apego inicial da criança, tem demonstrado que têm importâncias cognitivas, emocionais e implicações comportamentais (Karavasilis, Doyle & Markiewicz, 2003).

Bretherton (1992), revisando a teoria do apego de Bowlby e Ainsworth, discute algumas novas direções que o modelo tem tomado inspiradas pelo segundo e terceiro volumes da trilogia de Bowlby e de avanços metodológicos assim como da inclusão de perspectivas teóricas complementares à teoria.

Inicialmente este autor salienta que desde 1985 houve um crescente interesse pela exploração empírica dos componentes psicológicos do apego, assim como da transmissão do apego parental. Além disso, medidas representacionais do apego têm sido propostas para serem aplicadas a crianças, sendo algumas destas medidas aplicadas aos pais ao invés de apenas à perspectiva dos filhos (por exemplo, George & Solomon, 1989). Por outro lado, o interesse no apego adulto em relacionamentos como o conjugal ganhou campo nas pesquisas (por exemplo, Weis, 1991), assim como estudos sobre a relação entre o apego e psicopatologias, depressão e famílias com maus-tratos (Allen, Hauser & Borman-Spurrel, 1996; Bretherton, 1992).

Crowell e Treboux (1995), citados em Dalbem e Dell’Aglío (2005) confirmam esta tendência nas pesquisas sobre apego, as quais vêm tomando diversas direções, dentre elas a relação entre as experiências de apego da infância e o comportamento parental; a transmissão intergeracional dos padrões de apego; o impacto das experiências de apego da infância nos relacionamentos de adolescentes e adultos; o papel do apego entre adultos, tanto na parentalidade, como nas relações românticas e em seus pensamentos, percepções e comportamentos entre o apego da infância e sua continuidade na adolescência; o apego entre o bebê e seu cuidador; e analogias com as patologias e suas evoluções.

Recentemente, pesquisas baseadas nas teorias do apego estão sendo desenvolvidas com interesse em eventos que ocorrem durante o ciclo vital e que podem mudar o estilo de apego de um indivíduo. Um exemplo disso foi a pesquisa realizada por Haskuka, Sunar e Alp (2009) que estendeu a investigação dos efeitos

da exposição à guerra para além do aumento do estresse, das psicopatologias e da agressão, incluindo, estes autores, o raciocínio moral e o apego em sua análise.

A pesquisa mencionada foi realizada com três grupos com diferentes níveis de exposição à guerra de 1998-1999 em Kosovo, podendo ser os participantes tanto diretamente envolvidos no combate como não diretamente envolvidos. Seus resultados reportam que a exposição à guerra é forte e negativamente relacionada ao raciocínio moral e pode mudar o estilo de apego de seguro para inseguro por induzir um modelo de representação interna mais negativo acerca dos outros.

Estudos recentes sobre os padrões de apego em sobreviventes a abuso sexual na infância ressaltam que a teoria do apego tem muito a contribuir para o estudo da experiência e das conseqüências potenciais do abuso sexual em sobreviventes adultos, por exemplo, depressão, ansiedade, dificuldades de relacionamento, baixa auto-estima, comportamento suicida, disfunções sexuais, abuso de substâncias e desordens de personalidade (Henderson, Bartholomew & Dutton, 1997; Henderson, Bartholomew, Trinke & Kwong, 2005; Schreiber & Lyddon, 1998).

Schreiber e Lyddon (1998) notaram que alguns sobreviventes a abuso sexual reportavam profundo trauma, enquanto outros reportavam apenas sintomas moderados ou passageiros resultantes do abuso sofrido. Os resultados de sua pesquisa apontaram para a correlação direta entre altos escores em cuidado parental e melhor funcionamento psicológico da amostra de mulheres do estudo. Isto se justifica, pois o tipo de cuidado ou vínculo parental pode ser importante na forma como a criança compreende a experiência de ter sido abusada por um homem. Assim, se a criança teve alto nível de cuidado e vínculo parental é menos provável que caracterize todos os homens como maus ou indignos de confiança.

No que tange aos adolescentes, Dalbem e Dell'Aglío (2005) descrevem alguns dos principais resultados na literatura internacional, a saber: a autonomia e a afinidade nas interações familiares de adolescentes de 14 anos de idade predizem o padrão de apego e/ou a coerência em seus discursos entre as idades de 24 e 25 anos. Os adolescentes mais velhos classificados no padrão *desorganizado* são mais hostis em relação à figura materna do que os adolescentes classificados no padrão *seguro*. Já os padrões *preocupado* e *desorganizado*, em adolescentes, são relacionados a inter-relações confusas e restrições da autonomia na interação com a figura materna.

Assim, tanto as relações familiares primárias como as experiências entre pares são preditoras de diferenças individuais na adolescência; adolescentes que percebem a si mesmos como integrantes de relações culturais familiares coesas são considerados como um padrão de apego seguro, sendo que os valores intelectuais e culturais familiares são adotados para si mesmos.

No estudo realizado por Mayseless e Scharf (2007), estes autores buscaram investigar a contribuição que o estado de espírito referente ao apego e os estilos de apego tinham na capacidade do adolescente para ter relações de intimidade. Para tanto, contaram com uma amostra de 88 adolescentes israelenses do sexo masculino, sendo avaliados por meio de entrevistas e escalas em dois momentos distintos: o primeiro enquanto cursavam o último ano do ensino médio, estando no período final da adolescência; e o segundo quando já haviam concluído o serviço militar obrigatório, estando no período inicial da fase adulta.

Os resultados deste estudo indicaram que tanto o estado de espírito em relação ao apego, quanto os estilos de apego, predizem a capacidade para a

intimidade, refletindo uma boa habilidade em relacionamentos atuais. Os adolescentes *autônomos* mostraram maior *intimidade madura*. O estilo de apego *evitativo* associou-se com níveis mais baixos de capacidade para intimidade romântica e relações afetivas em relacionamentos próximos, já o estilo *seguro* associou-se com uma maior capacidade para intimidade e relacionamentos afetivos mais próximos em amizades. Ademais, verificou-se que o estado de espírito em relação ao apego não se correlacionou significativamente com os estilos de apego, o que pode indicar que eles podem, de algum modo, avaliar partes diferentes do modelo interno de apego.

Em um outro estudo realizado no Chile por Bravo e Tapia (2006), buscou-se conhecer qual a relação entre auto-estima, depressão e apego em adolescentes. Estes autores identificaram que os adolescentes *seguros* obtiveram maiores pontuações em *auto-estima* do que os de apego *alterado*, confirmando, o que corrobora com a literatura (ver Thompson, 1999). Quanto aos resultados referentes à relação entre depressão e apego, foram confirmadas algumas das relações previsíveis: quanto maior a raiva e menor percepção da disponibilidade das figuras de apego, maiores índices de depressão, sendo verificado que também que a única diferença significativa se deu entre o grupo de apego ansioso e apego seguro, a favor deste último. O que confirma Méndez e González (2002) e em parte encontrado também por Reis e Grenyer (2002). Entretanto, é importante ressaltar que em outras pesquisas tem se encontrado que é o apego preocupado que está mais relacionado com a depressão (Allen & Land, 1999).

A literatura também tem apontado que as características da principal figura de apego é de fundamental importância na determinação do nível de apego das

crianças, assim como o calor e o apoio parental continuam sendo relevantes para se compreender o sentimento de apego em adolescentes e crianças na meia infância. (Grossmann & Grossmann, 1990; VanIjzendoorn, 1995, citados por Karavasilis, Doyle & Markiewicz, 2003).

Neste sentido, buscando conhecer a relação entre estilos parentais e a qualidade de apego mãe-filho durante a infância e a adolescência, Karavasilis, Doyle e Markiewicz (2003) realizaram uma pesquisa com 414 crianças francesas, sendo 202 do ensino fundamental I, com idades entre 4 e 6 anos e 212 crianças do ensino fundamental II, com idades entre 7 e 11 anos. Os resultados indicaram uma correlação positiva entre pais *autoritativos* e *segurança* no apego, apontado que a autonomia psicológica traz implicações importantes para a criança em vista da participação calorosa dos pais, podendo desempenhar um papel único quanto ao valor atribuído por essas ao apego. Em geral, encontrou-se uma associação positiva entre as três dimensões parentais e a segurança no apego. Tanto na meia-infância quanto na adolescência, os resultados encontrados foram consistentes, embora não tenham sido realizadas comparações diretas entre os grupos.

Indo nessa mesma direção, Sampaio (2007a) realizou um estudo a respeito da literatura nacional e internacional na área de práticas educativas parentais em relação ao gênero e à ordem de nascimento dos filhos, indicando que são vários os fatores que interferem nessas relações, incluindo a relação de apego. Nesta pesquisa são apresentados estudos indicando que as práticas educativas adotadas pelos pais, de acordo com o sexo da criança, influenciam o modo como os filhos reagem a certos estressores, de forma que a presença de fatores negativos no comportamento paterno tem mais impacto sobre os meninos e as mães

apresentaram mais rejeição e superproteção com relação aos filhos do que os pais.

Quanto à ordem de nascimento dos filhos, Sulloway (1996), citado por Sampaio (2007a) considera a competição entre os irmãos pelo amor dos pais, como propulsores da evolução humana e contribuinte para a diferença da formação da personalidade, e que a ordem do nascimento interfere no investimento atribuído pelos pais aos filhos. Sampaio (2007a) conclui que, os estudos com respeito à ordem de nascimento, circulam principalmente temas relativos ao favoritismo parental entre irmãos a partir do olhar dos filhos, ao investimento material e cognitivo por parte dos pais e a interação entre eles. Ressaltando a escassez de trabalhos nacionais com relação ao tema.

Sabatier e Lannegrand-Willems (2005) ao estudar 95 tríades compostas por avós, mães e adolescentes, verificaram a transmissão de valores familiares e de padrões de apego entre gerações. Esta transmissão é direta no caso das mães para os adolescentes e das avós para as mães, mas não das avós para os adolescentes.

Mas, o que leva algumas crianças a desenvolverem apego seguro com seus cuidadores, enquanto outras estabelecem um padrão de apego inseguro ou por que algumas crianças desenvolvem apego seguro, mesmo que os cuidadores não estejam tão próximos são lacunas que demandam pesquisas para o enriquecimento da teoria.

As pesquisas sobre teorias do apego no Brasil são praticamente restritas ao apego na infância, diferentemente de outros países, em que essa abordagem já é estudada em outras fases do desenvolvimento. Ademais, no que se refere a medidas de avaliação do apego, as divulgadas tem valor por servirem para profissionais da área de saúde mental, mas medidas para as diversas áreas do

desenvolvimento, validadas para a população brasileira não são encontradas, dificultando o estudo em diversas faixas etárias nesse contexto (Dalbem & Dell'Aglío, 2005).

CAPÍTULO II – RACIOCÍNIO MORAL

Definir o termo ‘moral’ não é uma tarefa fácil, pois não há uma única definição assumida pela maioria dos pesquisadores (Sunar, 2002). Em geral, este termo é definido como a habilidade social de distinguir se uma ação é certa ou errada com base em um conjunto de regras, geralmente denominadas de regras morais. A literatura sugere que a presença da moralidade e a avaliação negativa, assim como a condenação de ações que afetem a ordem social, são necessárias para a manutenção de relações sociais positivas e para o exercício do controle social (Wright, 1971).

Sunar (2002) define moralidade como um grupo de regras de conduta baseado na consciência do indivíduo ou em seu senso de certo e errado. Hare (2006) refere-se à moralidade como um conjunto de hábitos e costumes que definem como indivíduos acreditam que devem viver. Sunar sugere ainda que o termo ‘moral’ não está relacionado a qualquer tipo de comportamento certo ou errado, mas apenas a comportamentos que envolvem o relacionamento entre pessoas e como esses relacionamentos devem ser regulados.

Relacionamentos interpessoais são aspectos centrais na vida das pessoas e para garantir a regulação destes relacionamentos, indivíduos, comunidades e instituições enfatizam valores e padrões morais, que são concepções do que é certo, bom e obrigatório, influenciando o comportamento humano (Edwards, 1987).

A função da moralidade é a de regulação do comportamento entre os indivíduos, sendo essencial para a condição humana (Walker, 2004). Sua aplicação é geralmente alcançada com o uso de regras morais; tais regras são princípios

abstratos de conduta que são aplicados a todos os indivíduos em todas as situações concretas e que são difíceis de serem questionados (Maio & Olson, 1998). Tais princípios permitem que os indivíduos e suas ações sejam julgados com base em tipos de comportamento considerados moralmente proibidos, necessários, desencorajados, encorajados e permitidos (Gert, 2005). Neste sentido, regras morais não são apenas restrições de ações consideradas erradas, mas também o encorajamento de ações que estão de acordo com as regras consideradas corretas.

Para Puig (1998), citado por Nunes e Branco (2007), a construção moral é ao mesmo tempo individual e influenciada pela relação com os demais, indicando que a educação moral associa-se à tarefa de ensinar o ser humano a viver no seio de uma comunidade.

Um longo debate que remonta a filosofia grega antiga (Platão, Século 4 a.C. / 1984) é o que se refere à fonte da moralidade humana, onde o conflito principal está centrado na polaridade razão vs. emoção (Haidt, Koller, & Dias, 1993). Abordagens afetivas da moral sugerem que a moralidade humana é baseada na capacidade humana de se emocionar (Hume, 1734 / 1985). Por outro lado, abordagens racionalistas da moralidade argumentam que esta é baseada em um conjunto limitado de regras e enfatizam o processo de compreensão destas regras. Assim, o conhecimento baseia-se no raciocínio e na reflexão (Galotti, 1989).

Para Haidt (2001), julgamento moral é uma avaliação positiva ou negativa das ações e / ou caráter de uma pessoa, baseado em valores morais e virtudes consideradas importantes por uma cultura. Raciocínio moral, por sua vez, seria o processo cognitivo de transformação da informação que se possui sobre as ações e o caráter de uma pessoa para se produzir um julgamento moral.

O estudo da moral passou a ser alvo de grande interesse na psicologia na década de 1970 devido, principalmente, ao desenvolvimento da psicologia cognitivista em contraposição à perspectiva comportamental (Maia, 2000).

As principais teorias da psicologia da moralidade foram propostas acerca do desenvolvimento do julgamento e raciocínio moral. Estas teorias geralmente sugerem que os processos cognitivos de avaliação e reflexão da informação que se tem acerca de uma ação, incluindo suas conseqüências, são a base do julgamento moral (Miller, 2001; Sunar, 2002).

2.1. Diferentes perspectivas sobre o raciocínio moral

Existem distintas perspectivas e teorias que abordam o raciocínio moral. Freud (1859/1939) considerava a moralidade como a internalização, necessária e inconsciente, das regras sociais. Esta internalização, com o tempo, se transformaria na voz da consciência individual (Paolicchi, 2007). Apesar de sugerir a influência da socialização no desenvolvimento moral, a abordagem psicanalítica enfatizava, principalmente, o papel das emoções, como culpa e vergonha no auto-controle individual.

Outra abordagem importante acerca do desenvolvimento da moralidade é a de Bandura (1969), denominada 'teoria da aprendizagem social'. De acordo com este autor, a moralidade é exclusivamente a internalização de normas sociais mediante o comportamento de modelos, assim como a presença de prêmios para comportamentos adequados e de castigos para comportamentos inadequados. Nesta abordagem, a moralidade é imposta sobre a pessoa, de fora para dentro, sem

considerar quaisquer mecanismos ou motivações internas individuais que não sejam consideradas imitação ou resposta a reforços externos (Sunar, 2002).

Uma abordagem que partiu de bases teóricas distantes da psicanálise e da aprendizagem social é a da teoria do desenvolvimento cognitivo. Os dois principais teóricos nessa perspectiva são Jean Piaget e Lawrence Kohlberg. Lima (2004) realizou a análise das principais obras de Piaget, Carol Gilligan e Kohlberg sobre o desenvolvimento moral.

Na obra “O juízo moral na criança”, publicada pela primeira vez em 1932, Piaget traz a proposta de tentar compreender o juízo moral do ponto de vista da criança, e descreve as regras morais que se estabelecem durante seu desenvolvimento. Piaget (1932) propôs que os indivíduos constroem e reconstróem seu conhecimento sobre o mundo através da interação com o meio. Moralidade, para Piaget, é o resultado da interação social e o desenvolvimento progressivo do pensamento racional, os quais estruturam as ações humanas.

Este autor sugere que a criança elabora suas definições de certo e errado tendo como base suas interações sociais. Embora não tenha aprofundado suas pesquisas, traçou estratégias para estudar o jogo de bolinhas de gude, comum entre os meninos da região pesquisada, e os jogos de pique e amarelinha com as meninas, procurando comprovar a relação entre respeito às regras e moralidade. Eram crianças de 6 a 12 anos que respondiam a questões em forma de dilemas ou perguntando-lhes livremente sobre o tema. Com base nestas interações, o desenvolvimento moral ocorre dentro de uma sequência evolutiva, no qual a criança passa de uma moralidade heterônoma (externa, imposta pelas autoridades, onde o cumprimento das normas tem como fim evitar o castigo) para uma moralidade

autônoma (interna, imposta pela consciência individual, onde o cumprimento das normas tem como fim possibilitar a convivência em comum e a cooperação).

Piaget propõe também a existência de duas morais: heterônoma e autônoma. Na heterônoma as coisas exteriores à criança é que a levam a escolher seus comportamentos, por exemplo, as ordens dos adultos, os modelos, as cópias. Na autônoma, há consciência sobre as regras e sobre a possibilidade de mudá-las. O mais importante dessa proposição de Piaget é a idéia de que o indivíduo não é capaz de tomar essa consciência sem a convivência com os outros e a discussão da validade das normas existentes. Ou seja, precisa do grupo e da cooperação. O objetivo é agir moralmente, não pela coação, mas pela cooperação na idade adulta, muito embora muitos ajam heteronomamente até mesmo nesta fase da vida.

Piaget concluiu que há 4 estágios na prática de regras das crianças:

1. Estágio sensório-motor – até por volta dos 2 anos de idade, a prática das regras é motor e individual, quando a criança apenas manipula as bolinhas para sua própria exploração e usa-as como objetos diversos. As regras, neste estágio, não são vivenciadas como coercitivas.
2. Estágio pré-operacional – entre os 2 e os 6 anos de idade, é descrita como a fase do egocentrismo infantil. A criança aceita as regras dos adultos e dos mais velhos como sagradas sendo avessas a qualquer alteração.
3. Estágio da lógica concreta – entre os 7 e os 12 anos de idade, percebe-se o surgimento da cooperação; a criança já conhece as regras e já aceita sua alteração desde que o grupo esteja de acordo com ela. Estes três primeiros estágios são considerados característicos da moralidade heterônoma.

4. Estágio da lógica abstrata – por volta dos 13 anos de idade, percebe-se uma codificação e relativização das regras. A organização do pensamento e a autonomia entram em jogo. O último estágio é o único a fazer parte da chamada moralidade autônoma.

Para Piaget (1932), a criança mais nova, em seus julgamentos morais, usa uma responsabilidade objetiva (julga os atos pelas suas conseqüências, prevalecendo a questão da obediência) e a mais velha, a responsabilidade subjetiva (percebendo a intencionalidade do outro). Por exemplo, para as crianças mais velhas, não se deve mentir, não porque é apenas feio, errado, mas por uma necessidade de cooperação. Assim, o raciocínio ligado à coação dá lugar ao raciocínio mais autônomo.

Quanto à noção de justiça, este autor propôs três tipos centrais: retributiva, distributiva e imanente. A justiça retributiva propõe que o ato deve ser corrigido por uma punição do mesmo tamanho. A justiça distributiva, por sua vez, levando em conta as intenções e condições da situação, propõe que o importante é repor a perda ao prejudicado. Finalmente, a justiça imanente propõe que o adulto tem o poder de saber tudo, por isso o que ele propõe é justo (Lima, 2004).

Embora Piaget tenha considerado que as meninas têm um espírito jurídico menos desenvolvido que os meninos, ele explicou que é porque todos os brinquedos das meninas eram muito simples e não possibilitavam as codificações da jurisprudência que os meninos construíam no jogo de bolinhas.

Esta é basicamente a principal diferença entre a moralidade de meninos e meninas como proposta por Piaget. No entanto, uma outra proposta de abordagem teórica acerca da moralidade propôs a existência de duas moralidades, uma masculina e uma feminina. As pesquisas de Carol Gilligan no livro “In a different

voice" (1982) tratam da chamada ética do cuidado. A autora se preocupou com a ausência da voz das mulheres na bibliografia sobre o desenvolvimento psicológico do ser humano. Ela propôs que homens e mulheres têm visões diferentes sobre moral, de forma que o julgamento das mulheres enfatiza o cuidado enquanto que o dos homens enfatiza a justiça. As mulheres possuem sensibilidade para as necessidades dos outros, e a crença de que sejam responsáveis por eles leva-as a incluir pontos de vista alheios em seus julgamentos. É uma teoria que trata o raciocínio moral através da responsabilidade e dos relacionamentos, enfatizando o bem estar dos outros e a importância do afeto e da cooperação. Diferentemente, a ética masculina da justiça enfatizaria um ideal de reciprocidade, justiça e igualdade (Leitão, 1995). Em publicações mais recentes, Gilligan admite que as éticas do cuidado e da justiça estão presentes em ambos os sexos na resolução de conflitos (ver Lima, 2004).

Uma outra proposta teórica integrante da abordagem cognitiva da moral é a teoria de Turiel (1983). Diferentemente de Piaget, que propôs uma sequência fixa de desenvolvimento, Turiel (1983) propôs que crianças mais novas podem distinguir entre regras morais e outros tipos de regras. Para tanto, este autor distingue entre três domínios, utilizados para categorizar três tipos de eventos: pessoal, convencional e moral.

O domínio pessoal refere-se a um conjunto de ações que não são submetidas à regulações sociais, enfatizando o aspecto privado da vida. Neste sentido, ações individuais não podem ser julgadas como certas ou erradas, pois expressam preferências pessoais (por exemplo, o tipo de roupa que usam, músicas favoritas, etc.).

O domínio convencional refere-se a um conjunto de ações que são dependentes do contexto cultural para serem consideradas certas ou erradas, tais como comer com as mãos ou com talheres (Biaggio, 1999). O domínio moral, por sua vez, é interpessoal. Regras morais devem ser aplicadas a todos os indivíduos em todas as situações e têm o objetivo de manutenção da ordem social. As ações de uma pessoa são baseadas nas possíveis consequências e efeitos dessas ações em outras pessoas.

Dentre todas as propostas teóricas encontradas na literatura, a que alcançou maior repercussão foi o modelo de desenvolvimento moral proposto por Kohlberg (1976, 1981), discutido a seguir.

2.2. Teoria de Kohlberg

Entre os diferentes marcos teóricos que abordam o raciocínio moral se destacam as teorias de Piaget e Kohlberg, ou seja, a perspectiva cognitivo-evolutiva. A teoria de Kohlberg, particularmente, tem encontrado apoio empírico sólido (Espinosa, 2000).

O modelo de desenvolvimento moral proposto pelos cognitivistas propõe que as crianças não são concebidas como seres passivos, agindo sobre o ambiente, interpretando e organizando os estímulos (Koller, 1997).

Espinosa (2000) distingue algumas características em comum nas teorias cognitivo evolutivas, a saber: a) o desenvolvimento moral tem um componente cognitivo estrutural; b) a moralidade é basicamente motivada por aceitação, auto-estima, ou auto-compreensão, mais do que por necessidades biológicas como a

redução da ansiedade e do medo; c) os principais aspectos do desenvolvimento moral são universais; d) o desenvolvimento moral recebe mais influências ambientais como os estímulos cognitivos e sociais do que de punições, disciplina, castigo ou premiação.

Por outro lado, estas teorias são diferentes entre si, de maneira que o foco principal da teoria de Piaget foi o desenvolvimento da inteligência humana, ou seja, como os processos cognitivos que conformam a inteligência das pessoas evoluem de um período cronológico a outro. Para ele, o desenvolvimento humano tem duas funções: *organização* e *formação*. Para que haja organização deve haver uma *adaptação* ao meio, que é feita através de processos como *assimilação* e *acomodação* (Lima, 2004).

Na assimilação, a mente do indivíduo se confronta com um estímulo ao seu redor em função de sua organização atual e, na acomodação, há a modificação da organização atual para responder às demandas do meio. Piaget chama as estruturas resultantes da organização da mente de *estágios* e descreve-os desde a infância até a adolescência. Assim, as estruturas psicológicas se interiorizam no segundo ano de vida, se desenvolvem durante a infância e a adolescência formando estruturas intelectuais complexas que culminam na vida adulta. No que se refere ao desenvolvimento moral, Piaget baseou seu estudo em como as crianças desenvolvem o respeito pelas regras e um sentido de solidariedade frente à sociedade. A moral consiste em um sistema de regras e sua essência é o respeito que o indivíduo tem por essas regras. A moralidade, então, baseia-se mais no respeito pelas pessoas do que pelas regras ou tradições (Espinosa, 2000).

Com base em Piaget, Kohlberg propôs um modelo de desenvolvimento moral que tem sido amplamente utilizado e contribuiu para o desenvolvimento deste campo de estudo. Tal modelo centrou-se na cognição e assumiu que a organização do raciocínio moral se desenvolve em estágios. Este autor empregou dilemas morais com crianças de idades e culturas diferentes e os resultados de tais estudos ajudaram-no a propor a existência de padrões de raciocínio moral que são independentes da cultura e da linguagem. Este autor propôs uma teoria universal da moralidade, baseada na justiça e na igualdade e onde os processos de raciocínio cognitivo são a base para o julgamento moral (Araújo, 2000).

Uma de suas principais contribuições está na aplicação do conceito de estágio à teoria sobre o desenvolvimento moral. Kohlberg (1969, citado em Espinosa, 2000) sugere que o desenvolvimento é alcançado a partir de interações sucessivas do indivíduo com o meio e que tais interações geram conflitos cognitivos entre a estrutura do pensamento moral atual e uma outra que é externa e diferente desta. No processo de reorganização do pensamento em função desse conflito, se dá o desenvolvimento. Kohlberg propôs seis estágios sucessivos que vão desde a aquisição do pensamento lógico até a idade adulta e define as seguintes noções que são necessárias em cada um destes estágios (Espinosa, 2000; Maia, 2000):

- a) os estágios implicam diferenças qualitativas no modo de pensar;
- b) cada estágio forma um todo estruturado;
- c) os estágios formam uma seqüência; e
- d) são integrações hierárquicas.

Para Kohlberg (1976, 1992) há três níveis de desenvolvimento moral (Nível 1 - pré-convencional, Nível 2 - convencional e Nível 3 - pós-convencional ou de princípios) que incluem os seis estágios propostos. Cada um dos níveis de desenvolvimento é formado por dois estágios, a saber:

- a) estágio 1, enfatiza uma moralidade heterônoma, a orientação ao castigo e à obediência (Ávila, 2007). No estágio 1, orientado para o castigo e a obediência, a lei é definida em termos da autoridade e o ideal é evitar conseqüências danosas para o agente. Por exemplo, a pessoa pode pensar que não se deve roubar simplesmente porque é errado. Neste sentido, a não violação das normas deve-se ao medo do castigo e ao desejo de evitar o dano físico ao próprio indivíduo e/ou à sua propriedade (Ávila, 2007);
- b) estágio 2, enfatiza o individualismo, caracterizada por um relativismo instrumental. O estágio 2 refere-se a um individualismo concreto. O que é moralmente correto está condicionado aos próprios interesses do indivíduo. Tal nível de desenvolvimento moral é apresentado com mais freqüência em crianças de até 9 a 11 anos de idade, adolescentes considerados normais ou adolescentes e adultos criminosos, por se tratar de um nível do desenvolvimento em que o indivíduo ainda não alcançou o entendimento das regras sociais que são vistas como lhes sendo exteriores;
- c) estágios 3, onde são enfatizadas expectativas interpessoais mútuas, relações e conformismo interpessoal. No estágio 3, o indivíduo age de acordo com o que esperam seus grupos de referência, com as regras e normas sociais. Ele compreende as regras e julga importante ser favorável ao sistema estabelecido. Assim, o que é moralmente correto é aquilo que recebe

aprovação social. Não é preciso um ato ser justo, mas sim ser aceito pelos demais. O julgamento visa manter a confiança e afetividade nas relações interpessoais. Este estágio já faz parte do segundo nível de desenvolvimento moral, o convencional que é apresentado na maioria dos adolescentes e adultos nas sociedades em geral;

- d) estágio 4, onde a ênfase está na manutenção da lei e da ordem social. No estágio 4, as normas atuam como promotoras de cooperação social e atuam como reguladores que evitam a desordem social. Assim, mostrar respeito à autoridades e cumprir os deveres sociais pré-fixados são tarefas importantes (Ávila, 2007);
- e) estágio 5, que enfatiza o contrato social e/ou direitos individuais. É o primeiro estágio do último nível de desenvolvimento, e é alcançado por uma minoria de pessoas adultas. Neste, as pessoas aceitam e entendem as regras sociais, mas tal aceitação considera princípios morais e não apenas convenções. Destarte, quando as regras entram em conflito com os princípios do indivíduo, este vai optar por seguir seus princípios em detrimento das convenções (Sampaio, 2007b). No estágio 5 a pessoa é capaz de julgar consciente dos valores e direitos universalizáveis que são ideais moralmente em uma sociedade. As leis só são importantes na medida em que preservam esses direitos universais promovendo o bem-estar. Considera as leis válidas somente na medida em que preservam e protegem os direitos humanos fundamentais. Busca-se o bem-estar de todos os membros; e
- f) estágio 6, enfatizando princípios éticos universais. O estágio 6 diz respeito a uma moral dos princípios éticos, universalizáveis e prescritivos. Nesse

estágio, opta-se por um ponto de vista da *justiça* e raciocina-se em termos do respeito pelo ser humano como princípio fundamental. No estágio 6, a idéia é de que há princípios morais universais e que os indivíduos estabelecem compromisso com esses princípios. São princípios como: justiça, igualdade, dignidade dos seres humanos, aos quais estão submetidas todas as leis particulares e acordos sociais. Até mesmo quando as leis são violadas, seguem-se esses princípios (Lima, 2004).

Em resumo, as descobertas na área da moral sugerem que o desenvolvimento acontece em estágios seqüenciais do menor para o maior, propondo três níveis de desenvolvimento sociomoral, divididos em 2 estágios cada, como mencionado anteriormente, sendo que no nível pós-convencional, encontram-se apenas uma minoria de adultos acima de 20 anos, a maioria destes de raciocínio moral do tipo do estágio 5 e muito mais raro no estágio 6.

De acordo com Maia (2000), a universalidade e seqüencialidade que são pressupostos fundamentais da teoria de Kohlberg são também os pontos mais criticados na literatura. Outras abordagens teóricas acerca da moralidade foram propostas tendo como base essas críticas, tais como a do antropólogo Richard Shweder (2003; Shweder, Much, Mahapatra & Park, 1997), que procura enfatizar a influência da cultura no conteúdo das regras e dos valores morais, deixando de lado o processo de desenvolvimento cognitivo. Este autor propõe a existência de três códigos morais, a saber: *Comunidade* enfatiza a influência do grupo social e da família no julgamento moral; *Autonomia* enfatiza os direitos individuais, a igualdade e a justiça; e *Divindade* enfatiza as regras estabelecidas por autoridades religiosas ou pela autoridade da natureza humana. De acordo com este autor, tais códigos

existem universalmente, mas são enfatizados de forma diferenciada em cada comunidade cultural.

O psicólogo Jonathan Haidt (2001), por sua vez, propõe que o raciocínio moral é um processo consciente e posterior ao julgamento moral. Este autor sugere que um evento ou ação desencadeia no indivíduo uma série de emoções morais, tais como raiva, nojo, vergonha, culpa, entre outras. Esta emoção é a base essencial do julgamento moral e, após a avaliação ter sido feita, o raciocínio moral ocorre para justificar o julgamento prévio.

Embora diversas teorias tenham sido propostas, a abordagem de Kohlberg permanece sendo a mais utilizada nos estudos acerca do raciocínio moral e diversos autores têm demonstrado a utilidade desta proposta teórica para o estudo e a mensuração da moralidade, como será apresentado a seguir.

2.3. Mensuração do raciocínio moral (SROM)

Na literatura acerca do desenvolvimento moral, diversas medidas foram propostas para medir o estágio de raciocínio moral dos participantes. Em 1958, Kohlberg propôs a utilização de uma entrevista, denominada *Moral Judgment Interview* (MJl), para verificar o estágio de desenvolvimento moral. Esta entrevista apresenta três dilemas ou situações hipotéticas aos participantes, que são solicitados a escolher uma das opções acerca de como o personagem do dilema deve agir naquela situação e considerar os valores e as normas morais que embasam sua decisão (Colby & Kohlberg, 1987).

Uma outra forma de medir o raciocínio moral é o *Defining Issues Test* (DIT), desenvolvido por Rest (1979) e amplamente utilizado para estudar o desenvolvimento moral. Este instrumento apresenta uma alta validade convergente com a entrevista de Kohlberg, tendo a vantagem sobre o MJJ de poder ser administrado em grupo e facilmente analisado por computador. Enquanto o MJJ elicitava um raciocínio para justificar a solução dos dilemas morais, o DIT mede as avaliações ou o julgamento comparativo com relação às questões apresentadas após o dilema moral.

Diversas críticas foram feitas ao DIT (ver revisão em Espinosa, 2000), sendo a principal delas referente ao problema da comparabilidade entre os escores de cada escala, devido ao fato de que o número de enunciados correspondentes a cada estágio do desenvolvimento não é o mesmo.

Uma outra medida desenvolvida, a *Sociomoral Reflection Measure* (SRM) é uma versão aplicável em grupo da MJJ de Kohlberg, desenvolvida por Gibbs (Gibbs & Widaman, 1982; Gibbs, Arnold, Morgan, Schwartz, Cavaghan & Tappan, 1984). Como o MJJ, o SRM é uma medida que solicita aos participantes que expressem suas opiniões acerca dos dilemas morais e seus valores associados. Para Espinosa (2000), a alta correlação encontrada entre os resultados do SRM e do MJJ proporcionou a ambos instrumentos um apoio referente à validade de construto.

Esta medida apresenta uma inovação frente às outras medidas do raciocínio moral: ela categoriza as perguntas de acordo com uma classificação de oito normas sociomorais distintas:

1. Afiliação (matrimônio e amizade);
2. Vida;

3. Lei;
4. Justiça legal;
5. Consciência;
6. Afiliação familiar;
7. Contrato; e
8. Propriedade.

Estas normas são utilizadas posteriormente para facilitar a categorização das respostas abertas dos participantes.

No entanto, o SRM não pode ser analisado estatisticamente por computador, o que dificulta sua utilização. Gibbs e cols. (1984), então, propuseram a *Sociomoral Reflection Objective Measure* (SROM), que também apresentou uma validade de construto aceitável com outras medidas de raciocínio moral (MJR). Além de facilitar as análises por computador da medida, este instrumento é de múltipla escolha, sendo considerado mais adequado em situações onde há limitações práticas, como a falta de pessoal treinado para a aplicação e tempo reduzido para coleta de dados (Espinosa, 2000).

Esta escala foi adaptada para o português por Biaggio e Barreto (1991). Possui 16 itens de múltipla escolha e é composto por dois casos-problema-hipotéticos de Kohlberg, onde pede-se ao participante que escolha a decisão mais adequada para cada um deles (*roubar ou não um medicamento para salvar a vida de sua esposa* – primeira história; *entregar ou não o dinheiro por um filho a seu pai ainda que este tenha permitido ao filho ficar com o dinheiro* – segunda história). Antes de tomar uma decisão, o indivíduo deve responder a perguntas de múltipla

escolha sobre as razões que a pessoa considera mais adequadas para tomar uma decisão.

Em cada dilema, cada alternativa de resposta corresponde a um dos estágios de maturidade de julgamento moral de Kohlberg (1-5, pois Gibbs não propôs alternativas relacionadas ao estágio 6, por ser raramente encontrado na população). Em comparação ao SRM e ao MJJ, o SROM utiliza uma proposta de reconhecimento das respostas e não de produção verbal ou escrita (Espinosa, 2000). As perguntas referem-se às mesmas oito normas sociomorais que constam no SRM.

O SROM tem apresentado bons indicadores de precisão. Na sua versão em espanhol, a confiança teste-reteste é de 0,82, e 0,76, controlando a influência da idade, além disso, a consistência interna (Alfa de Cronbach) é de 0,84 (Espinosa, 2000). A versão original de Gibbs apresentou fidedignidade de tipo temporal de 0,82 e Alfa de Cronbach de 0,84 e 0,77 em duas amostras distintas. Além disso, a validade de construto nesta versão foi investigada através de correlações com idade e série escolar, revelando resultados satisfatórios. Assim, o SROM é uma medida de raciocínio sócio-moral confiável e válida.

2.4. Pesquisas recentes

As mais diversas pesquisas foram realizadas com o objetivo de comprovar a utilidade destes instrumentos de avaliação dos níveis de desenvolvimento moral e a relação do raciocínio moral com outros construtos e com variáveis sóciodemográficas. Dentre as pesquisas realizadas sobre desenvolvimento moral pode-se citar, no âmbito internacional, a de Maeda, Thoma e Bebeau (2009) que

utilizaram o DIT para compreender o relacionamento entre o desenvolvimento do julgamento moral e características individuais, retiradas de informações demográficas e contextos educacionais, tais como o gênero e a língua falada pelo participante, o nível de escolaridade e a orientação política. Com base nos resultados encontrados, estes autores sugeriram que os contextos cultural e educacional dos participantes devem ser levados em consideração para ajudar a compreender a variação dos níveis individuais de julgamento moral.

Paone, Packman, Madduz e Rothman (2008) investigaram se intervenções na forma de terapia de grupo podem ser úteis no desenvolvimento do raciocínio moral de jovens em situação de risco. Com base nos resultados de pré- e pós-testes no DIT, os autores observaram uma diferença significativa entre os grupos experimental e controle, sugerindo que a interação social estabelecida na terapia de grupo ajuda no desenvolvimento do raciocínio moral.

Os resultados encontrados por Agerstrom, Moller e Archer (2006) sugerem que existe uma associação entre o nível de raciocínio moral e o conteúdo do dilema apresentado e que as soluções morais de um indivíduo são influenciadas por seu gênero e personalidade afetiva.

Walker, Gustafson e Hennig (2001) investigaram a transição de cada estágio do desenvolvimento moral para o seguinte, em um estudo longitudinal que também comprovou a existência dos estágios propostos por Kohlberg. Um outro estudo longitudinal conduzido por Walker e Taylor (1991) sugere que ocorre uma organização interna de desequilíbrio no indivíduo que é responsável pela transição de um estágio para outro.

Schonert-Reichl (1999) procurou estudar a relação entre o raciocínio moral e seis dimensões do relacionamento com pares. Este autor observou que o raciocínio moral está direta e significativamente relacionado ao número de amigos próximos que o adolescente possui, comportamentos pró-sociais, assim como atividades de socialização em meninas.

Snarey (1985) realizou uma meta-análise com 45 estudos que utilizaram a abordagem teórica de Kohlberg, comprovando a sequência de estágios proposta por este autor.

No Brasil, têm sido realizados estudos que incluem a avaliação da seqüencialidade e universalidade dos estágios morais bem como comparando resultados deste país com os Estados Unidos (por exemplo, Biaggio, 1976; Camino & Luna, 1989). Os resultados têm comumente apoiado o modelo teórico de Kohlberg acerca da seqüencialidade e universalidade, embora Camino, Ribeiro, Moraes e Maia (1999) tenham citado exceções.

Monteiro, Santo e Bonacina (2005) procuraram investigar o julgamento moral em empresas familiares utilizando o MJJ (*Moral Judgment Interview* – MJJ). Biaggio, Vikan e Camino (2005) estudaram estudantes universitários brasileiros e noruegueses a associação entre orientação social, papel sexual e julgamento moral. Por outro lado, Souza e Vasconcelos (2003) estudaram o raciocínio moral de adolescentes autores de infração com base na teoria dos modelos organizadores do pensamento.

Como pode ser observado, as pesquisas sobre raciocínio ou desenvolvimento moral têm sido desde o estudo de como as crianças desenvolvem um sentido do que é bom e o que é mau até a forma como os adultos empregam

suas habilidades para resolver os problemas éticos que se lhes apresentam na vida cotidiana. Esta temática tem sido crescente na Psicologia, todavia, considera-se crucial que tal estudo se ocupe de variáveis cognitivas e afetivas de magnitude e estabilidade considerável (Espinosa, 2000; Maia, 2000).

A literatura tem apontado o sentimento de culpa, vergonha e empatia, ações honestas, justas e generosas, ausência de práticas anti-sociais, de uso de álcool ou drogas e crenças positivas sobre o trabalho como importantes determinantes do comportamento moral (Prust & Gomide, 2007).

Muitas pesquisas têm sua influência na teoria de Kohlberg - teoria esta que se originou em 1958 e que tem sido continuamente refinada nas suas considerações teóricas e nos seus resultados empíricos (Haskuka, Sunar & Alp, 2009; Van Ijzendoorn & Zwart-Woudstra, 1995). Todavia, nenhum trabalho empírico foi conduzido, ao menos no Brasil, para verificar a relação entre apego e raciocínio moral, embora desde o início da teoria do apego, estes tenham sido concebidos como correlatos. Esta ausência de estudos sobre o tema pôde ser verificada nas bases de artigos científicos Periódicos Capes, Scielo e Bireme).

A avaliação do raciocínio moral no presente estudo é feita na perspectiva Kohlbergiana, usando o SROM, mas este instrumento não focaliza diretamente o aspecto dos estágios da teoria, mas sim o uso individual dos princípios de raciocínio envolvidos nestes estágios, os quais se assume variar em alguma extensão através das culturas, mas mantém-se envolvendo temas similares (Haskuka, Sunar & Alp, 2009).

Ademais, nota-se na literatura nacional sobre o raciocínio moral em Psicologia, uma escassez de estudos que considerem quaisquer aspectos relativos

à relação parental dos jovens na conformação de seu raciocínio moral. Para Schonert-Reichl (1999), as interações sociais desempenham um papel fundamental para a aquisição de níveis de raciocínio moral mais sofisticados e complexos, pois é no contexto de tais interações que os indivíduos têm a oportunidade de observar raciocínios que diferem dos seus e integrar diferentes perspectivas para resolver conflitos satisfatoriamente. Assim, os pais têm um papel fundamental no desenvolvimento de comportamentos morais nas crianças, pois são a principal fonte das interações sociais estabelecidas durante esta fase da vida (Ávila, 2007).

Nesse sentido é que se insere o objetivo desta pesquisa, a qual pretende contribuir sobre a relação de apego expressa pelos filhos na conformação das formas de raciocínio moral destes, já que se espera que, mesmo na adolescência, os pais tenham influência no desenvolvimento do seu raciocínio moral (Walker & cols., 2000).

III – A RELAÇÃO ENTRE O APEGO E O RACIOCÍNIO MORAL

No que se refere à relação entre os construtos de interesse desta tese, há na literatura internacional indicações para fundamentar a sua verificação. A teoria do apego de Bowlby-Ainsworth tem levado a considerável corpo de pesquisas sobre o relacionamento entre pais e filhos e os efeitos dessas relações no desenvolvimento das funções sociais, emocionais e cognitivas das crianças.

Durante a última década vários estudos tem se dirigido à questão do apego em adolescentes e adultos também. Por outro lado, há um vasto corpo de pesquisa e teorias sobre o desenvolvimento moral. Muitas destas têm sido influenciadas pela teoria de Kohlberg do raciocínio moral, que tem continuamente sido refinada desde sua origem através de resultados empíricos. Entretanto, nenhum trabalho empírico foi conduzido ainda para examinar a relação entre apego e raciocínio moral, embora desde o início a teoria do apego foi concebida para explicar, dentre outras coisas, o efeito deste no comportamento delinqüente.

Van Ijzendoorn e Zwart-Woudstra (1995) argumentam que a relação entre apego e raciocínio moral é plausível e apresentam um teste preliminar desta hipótese em um estudo que verificou se as relações de apego influenciam o nível de raciocínio moral usado pelos indivíduos.

Segundo estes autores, pais seguramente apegados aos seus filhos seriam mais capazes de estimulá-los no seu desenvolvimento moral do que aqueles inseguramente apegados. Isso acontece porque pais seguramente apegados atendem mais facilmente às necessidades das crianças e criam uma atmosfera em

que as crianças exploram os limites de suas habilidades sem ansiedade sobre falhar.

Em sua pesquisa os autores citados consideram que é possível pensar na relação entre apego e raciocínio moral tendo em vista que raciocínios mais elaborados independem de pressões e convenções existentes, podendo desta forma ser apresentados por pessoas emocionalmente autônomas e seguras, de acordo com a teoria do apego. Contaram com uma amostra de 47 estudantes universitários, os quais tinham entre 18 e 22 anos de idade, sendo 55% mulheres, e utilizaram uma entrevista sobre as relações de apego dos participantes assim como o questionário SROM (também utilizado na presente pesquisa) como medida de formas de raciocínio moral.

Seus resultados apontaram que há uma associação no sentido de que apego seguro ou autônomo está mais relacionado ao nível convencional de raciocínio moral ($X^2=371$, $p= 0,05$). Tal resultado é explicado considerando que apenas pessoas com uma forte identidade pessoal, e uma perspectiva balanceada de sua história de apego, podem ter a habilidade para internalizar os ideais de um raciocínio moral mais amadurecido.

Haskuka, Sunar e Alp (2009) encontraram que o raciocínio moral de indivíduos seguros apresentou escores mais elevados do que daqueles com as demais formas de apego. E também que indivíduos de apego seguro e ansioso apresentaram escores de raciocínio moral mais altos que aqueles com padrão de apego evitante.

Prust e Gomide (2007), por sua vez, abordaram a moralidade como uma das variáveis correlacionadas ao aparecimento de comportamentos anti-sociais.

Comportamento anti-social é definido por eles como todo aquele que causa prejuízo a si ou ao outro, incluindo aí a mentira, a piromania, a pixação de patrimônio, a evasão escolar, o uso de drogas, o comportamento agressivo, além dos delitos leves e graves. Já o comportamento social é aquele que desenvolve as virtudes, como por exemplo, o comportamento altruísta, como a justiça, a solidariedade, a generosidade, a empatia, a gratidão, etc. Dessa forma, as famílias de risco eram aquelas que tinham índices altos de comportamentos anti-sociais e baixos de comportamentos pró-sociais. O objetivo do estudo era avaliar se havia diferença entre os escores de comportamento moral de famílias de risco e de não risco.

A amostra do estudo foi de 60 famílias, sendo 30 de risco e 30 de não risco, sendo as famílias de risco selecionadas mediante a aplicação do inventário de estilo parental (Gomide, 2006) em adolescentes de ambos os sexos, da sétima e oitava séries do ensino fundamental da cidade de Curitiba. Os pais de risco eram aqueles que apresentavam escores de estilo parental inferiores a -3 em pelo menos um dos membros do casal. Além disso, os adolescentes responderam a um questionário de comportamento moral proposto por Prust e Gomide (2006). Em resumo, os resultados indicaram diferenças entre o comportamento moral desses grupos de adolescentes e que seus escores correlacionam-se positivamente com os escores dos pais e das mães.

Prust e Gomide (2007), utilizando a perspectiva comportamental em seu estudo, entendem o comportamento moral, assim como qualquer outro comportamento, como produto de uma interação continua entre o individuo e o meio ambiente. A história pessoal faz com que o individuo aja de determinada maneira, produzindo uma rede de relações com o ambiente, que conseqüentemente

influencia a maneira como responderá ante os diversos estímulos. A teoria comportamental apresenta duas vertentes predominantes de estudo sobre moralidade: a teoria da Aprendizagem Social (Bandura, 1969) e a Análise do Comportamento (Skinner, 1974/1996).

Bandura considera impossível explicar a aquisição de novos comportamentos morais unicamente a partir do processo de reforçamento e punição ou do reflexo condicionado. Seus trabalhos enfatizam o papel da aprendizagem para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais através da imitação. Para ele, tanto fatores pessoais como ambientais atuam influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, os pais, primeiros reforçadores e modelos de imitação para os filhos, ao interagirem com eles de forma afetuosa e empática, explicitando sua opinião e aprovação ou desaprovação, estarão oferecendo modelos de valores esperados no ambiente familiar e que serão generalizados em outras circunstâncias.

Todavia, não é um resultado determinista, pois, pais que tiveram práticas educativas negativas superaram suas dificuldades com experiências positivas na vida como terapia ou adesão a grupos religiosos ou influência de relacionamentos de amizade positiva, indicando a possibilidade de reversão deste quadro (Santos, 2008; Schreiber & Lyddon, 1998). Este aspecto é sugerido como importante para ser verificado em pesquisas futuras.

Estudos empíricos têm corroborado a relação entre os estilos parentais e o comportamento moral de forma que diferenças entre a qualidade da relação afetuosa entre pais e as práticas parentais disciplinares têm sido associadas com a sofisticação de raciocínio moral de crianças. Também há estudos que mostram menor vulnerabilidade ao uso de drogas em adolescentes apegados à figura

paterna, lar cujo ambiente é saudável, aceitação de crenças sobre o bom comportamento e desaprovação paterna específica a certos comportamentos indesejáveis. Assim, práticas parentais como supervisão, estabelecimento de limites, posicionamentos claros em relação a regras e relacionamento estreito entre os membros da família podem reduzir a possibilidade de engajamento em comportamento de risco (Prust & Gomide, 2007).

Elden e Leonard (2000) verificaram que o alcoolismo e comportamentos anti-sociais acrescidos de depressão por parte dos pais têm papel significativo na predição de possíveis privações afetivas relacionadas ao apego em crianças pequenas, que podem afetar o desenvolvimento de relações pró-sociais nas crianças.

Palmer e Hollin (2001) consideraram a relação entre percepção parental, raciocínio sócio-moral e delinquência em adolescentes de ensino médio. Nesta oportunidade observaram que o raciocínio moral estava associado com o estilo parental de disciplina consistente ou autoritativo. A delinquência, por sua vez estava relacionada negativamente ao estilo parental afetuoso, mas positivamente com o estilo parental caracterizado por punição física, indicando que uma boa supervisão dos pais sobre os filhos leva ao ensino sobre normas sociais e valores por parte dos pais (moralidade), por conseguinte a menores índices de delinquência.

Comte-Sponville (2000) afirmou que a aprendizagem das virtudes é mais bem ensinada através do exemplo do que das palavras. O que pode ser ilustrado com a pesquisa de Prust e Gomide (2007), já que membros das famílias agem em relação à moralidade de forma semelhante, ou seja, quando os pais apresentam níveis elevados de comportamento moral, os filhos também apresentam. Assim é

importante que os pais incorporem entre as suas tarefas educativas o exercício de atividades que desenvolvam virtudes, servindo como modelos apropriados ao desenvolvimento da moralidade em seus filhos. Assim, interações positivas no seio da família estimulam o desenvolvimento do raciocínio moral (Speicher, 1992).

No Brasil, cabe comentar a pesquisa de Camino, Camino e Moraes (2003), ressaltando a importância do controle materno na prevenção de comportamentos socialmente indesejados de seus filhos, discutem a respeito da crise dos valores morais que, atrelada a outras crises como a política e econômica, observadas no contexto brasileiro, está cada vez mais presente nas instituições políticas e é comprovada nos recorrentes casos de cassação por corrupção nos mais altos níveis dos três poderes. Para estes autores, essa crise institucional parece contaminar de alguma forma os cidadãos.

Estudos a respeito da influência da família justificam-se visto que por mais que as normas e os processos de socialização variem segundo os diversos contextos sociais, econômicos e políticos, os pais continuam sendo os principais responsáveis pela avaliação dos comportamentos dos filhos, no sentido de averiguar se estes estão adequados às normas (Camino, Camino & Moraes, 2003).

Assim, é de grande importância que sejam estabelecidas relações constantes entre as formas como os pais atuam em relação ao comportamento dos filhos e as diferentes situações do cotidiano, para caracterizar um estilo de atuação chamado de *estilo de socialização*. Os estilos de socialização parental se definem pela persistência de certos padrões de atuação e pelas conseqüências que esses padrões têm para a própria relação pais-filhos. De fato, os estilos de socialização seriam caracterizados por um conjunto de técnicas e formas de atuação que

abrangem desde atitudes de aceitação até atitudes de controle dos comportamentos indesejados e imposição de limites aos filhos. Essas últimas se constituem no que a literatura denomina de *controle parental* (Camino, Camino & Moraes, 2003, p. 44).

Diante de tal discussão, os autores citados verificaram a relação existente entre a forma como a mãe diz controlar o comportamento da criança e o nível de desenvolvimento do julgamento moral desta. Especificamente, observaram as práticas de controle social que as mães utilizavam a fim de evitar comportamentos indesejados dos filhos e a relação entre as práticas maternas de controle social e o julgamento moral dos filhos. Realizaram pesquisas de campo nas quais foram avaliadas as técnicas de controle preventivo que as mães utilizavam e a relação com o julgamento moral dos filhos. Participaram 222 díades (mães-filhos), sendo consideradas crianças com idades entre 5 a 11 anos. As mães responderam a um questionário sobre técnicas de controle e as crianças a dilemas morais. Seus resultados apontam que uma forma de controle com estilo parental diretivo (ou seja, pais controladores e exigentes, mas também calorosos, empáticos, comunicativos e compreensivos com os seus filhos, que usam tanto a indução como a punição) associou-se a um nível mais elevado de desenvolvimento moral do que quando o controle envolvia estilo permissivo (não controladores, não exigentes, relativamente calorosos, e empáticos, que se comportam de forma não punitiva).

Além disso, Lima (2004) afirma que as ligações afetivas como a amizade, o parentesco, a exposição de sua intimidade e o sentimento de vergonha são fatores importantes na determinação da moralidade, inclusive na diferenciação entre o juízo moral expresso e a ação correspondente realizada em determinadas condições.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo principal o verificar a relação entre *o tipo de apego de adolescentes* e o seu *raciocínio moral*. A hipótese básica é de que quanto mais inseguro o estilo de apego, serão apresentados níveis menos elaborados de raciocínio moral. Além disso, realizaram-se análises dos parâmetros psicométricos dos instrumentos utilizados para mensuração do apego, tendo em vista que não havia sido verificada a sua adequação para o contexto brasileiro.

PARTE II – PARTE EMPÍRICA

IV – ESTUDOS EMPÍRICOS

4.1. Estudo 1. Evidências de Validade Fatorial das Medidas de Apego

4.1.1. Método

4.1.1.1.Delineamento

Tratou-se de um estudo correlacional, *ex post facto*. Basicamente, a ênfase foi psicométrica, procurando reunir evidências sobre a validade fatorial e consistência interna das medidas do apego. Objetivou-se, principalmente, reduzir o montante de itens que compõem as versões originais, tornando-as mais parcimoniosas. Neste caso, procedeu-se, inicialmente, a uma análise empírica de tais itens (Pasquali, 2004).

4.1.1.2. Amostra

A amostra foi composta por 200 adolescentes, sendo 110 de escola pública e 90 de escola privada, apresentando uma média de idade de 15 anos ($dp = 2$; amplitude de 11 a 20 anos). Todos os participantes da pesquisa eram da cidade de João Pessoa (PB). A amostra estava dividida equitativamente quanto ao sexo, sendo a maioria dos adolescentes católica (60%).

4.1.1.3. Instrumentos

Das medidas encontradas na literatura, três instrumentos foram selecionados para verificar alguns dos principais aspectos do apego em adolescentes: PBI (Anexo IV), IVIA (Anexo II) e ERA (Anexo III). Cada uma delas é descrita a seguir:

Instrumento de Vinculação Parental (PBI)

Baseada na teoria do Apego de John Bowlby, a escala, construída por Parker, Tupling e Brown (1979), mede a percepção dos filhos da atitude e conduta dos pais até meados de seus 16 anos. O teste original consta de 25 afirmações que compõem os fatores: afeto ou cuidado (12 itens, por exemplo, *Gostava de conversar sobre as coisas comigo, Frequentemente sorria para mim*) e superproteção ou controle (13 itens, por exemplo, *Não queria que eu crescesse, Tentava controlar todas as coisas que eu fazia*). O indivíduo responde às afirmativas com relação ao pai e à mãe, podendo ser respondidas de maneira conjunta ou separada. O instrumento tem apresentado indicadores de confiabilidade aceitáveis tanto na construção de Parker, Tupling e Brown (1979): Alfas de Cronbach de 0,63 para a versão dos pais e 0,88 para a versão das mães, como na sua adaptação ao Chile por Melis e cols. (2001): Alfas de Cronbach de 0,78 para a versão dos pais e 0,89 para a versão das mães. A versão em inglês foi validada por Cox, Enns e Clara (2000), através de uma análise fatorial confirmatória com uma amostra clínica psiquiátrica de 283 adultos com média de 40 anos de idade. Os resultados reportados por estes autores indicaram a bondade de ajuste do modelo aos dados pelos indicadores $GFI=0,93$ (mãe) e $0,92$ (pai), $AGFI=0,85$ (mãe) e $0,83$ (pai), $CFI=0,88$ (mãe) e $0,89$ (pai). Todavia, no Brasil ainda não foi validada. Unicamente

Hauk e cols. (2006) publicaram sua validação semântica, sugerindo em seu artigo que se realize a validação de construto para ser usada neste contexto.

Inventário Sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência (IVIA)

Trata-se de uma escala construída por Carvalho, Soares e Baptista (2009) que contém 37 itens e é respondida em uma escala de tipo Likert, de 5 pontos, que vão de 1=Nunca a 5=Sempre. Estes itens se agrupam em três dimensões de acordo com a teoria do apego: vinculação segura (*Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas; Sinto que posso contar com os outros quando necessitar*), ambivalente (*Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho; Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceito pelas outras pessoas*) e evitante (*Preocupo-me se tiver que depender de outras pessoas, É difícil confiar totalmente nas outras pessoas*). A medida evidenciou parâmetros psicométricos de fidedignidade adequados com Alfas de Cronbach superiores a 0,70 para seus três fatores, assim como de validade da sua estrutura tridimensional através dos indicadores de bondade de ajuste ($RMSEA=0,06$ e $SRMR=0,08$) (Carvalho, Soares & Baptista, 2009). Todos os itens medem na mesma direção de respostas, portanto, não precisaram ser recodificados.

Escala de Relações de Amizade (ERA)

Originalmente construída por Brennan, Clark e Shaver (1998), é constituída por duas subescalas de 18 itens cada, as quais medem respectivamente as dimensões “evitamento” (Alfa de Cronbach = 0,88) e “ansiedade” (Alfa de Cronbach = 0,90) (Brennan, Clark & Shaver, 1998). A escala de resposta é formada por 7 pontos, que

vão de 1= completamente falso a 7= completamente verdadeiro. A pontuação de alguns itens é codificada inversamente, a saber: 3, 15, 19, 22, 25, 27, 29, 31, 33 e 35. Os itens ímpares pertencem à subescala “evitamento” e os pares à subescala “ansiedade”.

Além disso, foi aplicado também um *Questionário sócio-demográfico* (Anexo V), com uma página composta por perguntas como, por exemplo, idade, sexo, série, etc.

4.1.1.4. Procedimento

Tendo sido feitas visitas às escolas nas quais se realizou a pesquisa visando o esclarecimento dos seus objetivos aos diretores ou responsáveis pelas mesmas e tendo-se obtido a autorização dos diretores para realizar a coleta de dados na instituição, foram contatados os participantes do estudo para que pudessem colaborar, caso livremente decidissem, com o estudo. A aplicação foi coletiva, em sala de aula. Além disso, foram seguidas as recomendações relacionadas à pesquisa com seres humanos, conforme os princípios éticos da Declaração de Helsinque, contidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/95 e aprovada pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Parecer nº 581/2000). Tanto os participantes, os quais eram menores de idade, como seus pais foram informados sobre os objetivos do estudo, sua confidencialidade e implicações para a comunidade científica e social. Nesta oportunidade se solicitou aos pais a autorização por escrito para que seus filhos pudessem participar.

4.1.1.5. Análise de dados

As análises descritivas (frequências, medidas de tendência central e dispersão), correlações r de Pearson, testes t de *Student*, análises fatoriais exploratórias e o cálculo da consistência interna (Alfa de Cronbach) foram realizadas pela versão 16.0 do pacote estatístico *SPSSWIN (Statistical Package for the Social Sciences)*.

4.1.2. Resultados

Para contar com a utilização de escalas adequadas ao uso no contexto do presente estudo procedeu-se a validação daquelas que não haviam sido submetidas a este processo no contexto brasileiro. Das escalas utilizadas, apenas o SROM fora submetido à validação no Brasil (Biaggio & Barreto, 1991). Diante disso, a seguir são apresentados os resultados referentes à validação das escalas de apego da presente pesquisa. Procurando facilitar a compreensão do leitor, decidiu-se tratá-las separadamente.

4.1.2.1. Escala de Vinculação Parental – Versão sobre o Pai (PBI-P)

Inicialmente, decidiu-se conhecer o poder discriminativo dos itens desta medida. Neste sentido, partindo-se dos pressupostos da Teoria Clássica dos Testes, comprovou-se se os itens apresentavam capacidade de discriminar pessoas com magnitudes próximas, ou seja, discriminar aquelas dos grupos inferior e superior com relação ao construto medido. Com esta finalidade, foi calculada uma pontuação

total da escala, calculando-se em seguida sua mediana; as pessoas com pontuação abaixo da mediana foram classificadas como sendo do grupo inferior, enquanto que aquelas com pontuações acima da mediana foram definidas como do grupo superior. Em seguida, considerando-se cada um dos itens desta medida, calculou-se um *teste t* para amostras independentes, comparando os dois grupos anteriormente listados. A partir dos múltiplos testes puderam ser observados quais dos itens da escala são capazes de discriminar pessoas com magnitudes próximas (diferença estatisticamente significativa). Estes itens foram retidos na escala, justificando-se considerá-los posteriormente na análise fatorial. Os resultados da análise do poder discriminativo são mostrados na Tabela 1.

Antes, cabe dizer que nas duas versões, com o objetivo de que os itens fossem medidos no mesmo sentido, os seguintes itens foram recodificados: 01, 05, 06, 11, 12, 17 (Afeto) e 08, 09, 10, 13, 19, 20, 23 (Controle).

Tabela 1: Poder discriminativo dos itens do PBI-P(*g*=188)

ITEM	<i>t</i>	<i>p</i>
01 Falava comigo com uma voz meiga e amigável	-0,67	0,50
02 Não me ajudava tanto quanto eu necessitava	-2,86	0,00
03 Deixava-me fazer as coisas que eu gostava de fazer	-0,89	0,38
04 Parecia emocionalmente fria comigo	-3,53	0,00
05 Parecia compreender meus problemas e preocupações	-2,13	0,03
06 Era carinhosa comigo	-2,17	0,03
07 Gostava que eu tomasse minhas próprias decisões	-0,41	0,68
08 Não queria que eu crescesse	-1,61	0,11
09 Tentava controlar todas as coisas que eu fazia	-1,74	0,08
10 Invadia minha privacidade	-1,39	0,16
11 Gostava de conversar sobre as coisas comigo	-2,81	0,00
12 Frequentemente sorria para mim	-2,11	0,04
13 Tendia a me tratar como bebê	-3,85	0,00
14 Parecia não entender o que eu necessitava ou queria	-2,33	0,02
15 Deixava que eu decidisse coisas por mim mesmo	-1,69	0,09
16 Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)	-4,33	0,00
17 Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado	-2,74	0,01
18 Não conversava muito comigo	-2,65	0,01

19 Tentava me fazer dependente dela	-1,95	0,05
20 Ela sentia que eu não poderia cuidar de mim mesmo, a menos que ela estivesse por perto	-0,98	0,33
21 Dava-me tanta liberdade quanto eu queria	-2,58	0,01
22 Deixava-me sair tão freqüentemente quanto eu queria	-2,77	0,01
23 Era superprotetora comigo	-2,78	0,01
24 Não me elogiava	-2,57	0,01
25 Deixava-me vestir de qualquer jeito que eu desejasse	-1,69	0,09

Como se pode observar, os nove itens que não apresentaram capacidade de discriminação das pessoas com magnitudes próximas foram: 01, 03, 07, 08, 09, 10, 15, 20 e 25. Portanto, restaram 16 itens para esta medida. Verificou-se inicialmente a fatorabilidade da matriz de correlações a partir dos indicadores *KMO* e *Teste de Esfericidade de Bartlett*. Os resultados obtidos indicaram a pertinência da realização deste tipo de análise estatística: *KMO* = 0,64 e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, χ^2 (gl=120) = 513,45, p = 0,00. Foi então realizada uma análise fatorial do tipo *Componentes Principais (CP)*, com rotação *varimax*. De acordo com o que define a teoria que embasa esta escala, fixou-se a extração de dois fatores. Os dois fatores explicaram conjuntamente 30,66% da variância total. Diante disto, descreve-se a seguir a estrutura observada com os dois fatores, como aparecem na Tabela 9.

Tabela 2: Estrutura fatorial do PBI-P

Item/Conteúdo	Fator I	Fator II
05 Parecia compreender meus problemas e preocupações	0,62*	-0,36*
18 Não conversava muito comigo	0,59*	0,32*
06 Era carinhosa comigo	0,59*	-0,32*
17 Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado	0,52*	-0,24
16 Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)	0,51*	0,43*
11 Gostava de conversar sobre as coisas comigo	0,51*	-0,35*
12 Frequentemente sorria para mim	0,49*	-0,32*
14 Parecia não entender o que eu necessitava ou queria	0,42*	0,36*
23 Era superprotetora comigo	0,42*	-0,25
19 Tentava me fazer dependente dela	-0,16	-0,04
24 Não me elogiava	0,41*	0,62*

04 Parecia emocionalmente fria comigo	0,31*	0,46*
02 Não me ajudava tanto quanto eu necessitava	0,28	0,43*
21 Dava-me tanta liberdade quanto eu queria	-0,10	0,33*
13 Tendia a me tratar como bebê	0,15	-0,28
22 Deixava-me sair tão freqüentemente quanto eu queria	-0,12	-0,26

Notas. Denominação dos fatores: I = Afeto e II = Controle.

* carga fatorial considerada satisfatória 0,30.

Como pode ser observado, três itens foram excluídos nesta etapa. Estes o foram por apresentarem cargas fatoriais inferiores a |0,30| (itens 19, 33 e 22). A estrutura fatorial do PBI-P com dois fatores é descrita a seguir:

Para o fator *Afeto*, saturaram nove itens: 05, 18, 06, 17, 16, 11, 12, 14 e 23. Este fator explicou 17,96% da variância total, com valor próprio igual a 2,87 e Alfa de Cronbach igual a 0,69.

O fator 2 *Controle* apresentou em comum em seus itens o sentido de aproximação emocional através de elogios e “calor” bem como controle da liberdade do filho. Apresentou quatro itens: 24, 04, 02 e 21, explicando 12,70% da variância total, com valor próprio igual a 2,03 e Alfa de Cronbach igual a 0,41.

Os dois fatores que compõem a escala não apresentaram validade nem precisão adequadas como se observa pelos indicadores da análise fatorial e da consistência interna. Por esta razão o PBI-P não foi utilizado no presente estudo.

O passo seguinte foi a realização do estudo da validade e da precisão da versão sobre a mãe, a qual apresentou resultados semelhantes à versão sobre o pai.

4.1.2.2. Escala de Vinculação Parental – Versão sobre a Mãe (PBI-M)

A análise do poder discriminativo dos itens do PBI-M, realizada pelos mesmos procedimentos citados nas escalas anteriores, revelou os resultados descritos na Tabela 3.

Tabela 3: Poder discriminativo dos itens do PBI-M ($g=181$)

ITEM	<i>t</i>	<i>P</i>
01 Falava comigo com uma voz meiga e amigável	-1,68	0,09
02 Não me ajudava tanto quanto eu necessitava	-3,72	0,00
03 Deixava-me fazer as coisas que eu gostava de fazer	0,15	0,88
04 Parecia emocionalmente fria comigo	-5,11	0,00
05 Parecia compreender meus problemas e preocupações	-2,43	0,02
06 Era carinhosa comigo	-3,09	0,00
07 Gostava que eu tomasse minhas próprias decisões	0,81	0,42
08 Não queria que eu crescesse	-1,83	0,07
09 Tentava controlar todas as coisas que eu fazia	-2,68	0,01
10 Invadia minha privacidade	-0,78	0,44
11 Gostava de conversar sobre as coisas comigo	-2,45	0,01
12 Frequentemente sorria para mim	-3,87	0,00
13 Tendia a me tratar como bebê	-3,12	0,00
14 Parecia não entender o que eu necessitava ou queria	-2,30	0,02
15 Deixava que eu decidisse coisas por mim mesmo	-3,07	0,00
16 Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)	-5,43	0,00
17 Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado	-3,06	0,00
18 Não conversava muito comigo	-3,82	0,00
19 Tentava me fazer dependente dela	-1,97	0,05
20 Ela sentia que eu não poderia cuidar de mim mesmo, a menos que ela estivesse por perto	-2,84	0,00
21 Dava-me tanta liberdade quanto eu queria	-5,00	0,00
22 Deixava-me sair tão frequentemente quanto eu queria	-5,82	0,00
23 Era superprotetora comigo	-4,66	0,00
24 Não me elogiava	-4,89	0,00
25 Deixava-me vestir de qualquer jeito que eu desejasse	-1,93	0,06

Como se pode observar, os cinco itens que não apresentaram capacidade de discriminação das pessoas com magnitudes próximas foram: 03, 07, 08, 10 e 25. Portanto, restaram 20 itens para esta medida. Verificou-se inicialmente a fatorabilidade da matriz de correlações a partir dos indicadores *KMO* e *Teste de*

Esfericidade de Bartlett. Os resultados obtidos indicaram a pertinência da realização deste tipo de análise estatística: $KMO = 0,73$ e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, χ^2 (gl=190) = 814,84, $p = 0,00$. Foi então realizada uma análise fatorial do tipo *Componentes Principais (CP)*, com rotação *varimax*. De acordo com o que define a teoria que embasa esta escala, fixou-se a extração de dois fatores. Descreve-se a seguir a estrutura observada com os dois fatores, como aparecem na Tabela 11.

Tabela 4: Estrutura fatorial do PBI-M

Item/Conteúdo	Fator I	Fator II
04 Parecia emocionalmente fria comigo	0,61*	0,46*
17 Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado	0,58*	-0,35*
16 Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)	0,56*	0,45*
24 Não me elogiava	0,56*	0,43*
06 Era carinhosa comigo	0,54*	-0,45*
11 Gostava de conversar sobre as coisas comigo	0,52*	-0,29
05 Parecia compreender meus problemas e preocupações	0,51*	-0,46*
12 Frequentemente sorria para mim	0,50*	-0,34*
18 Não conversava muito comigo	0,49*	0,49*
02 Não me ajudava tanto quanto eu necessitava	0,47*	0,41*
14 Parecia não entender o que eu necessitava ou queria	0,43*	0,20
01 Falava comigo com uma voz meiga e amigável	0,35*	0,34*
23 Era superprotetora comigo	0,33*	0,21
13 Tendia a me tratar como bebê	0,24	0,09
09 Tentava controlar todas as coisas que eu fazia	-0,11	0,45*
19 Tentava me fazer dependente dela	-0,20	0,42*
21 Dava-me tanta liberdade quanto eu queria	0,07	0,38*
20 Ela sentia que eu não poderia cuidar de mim mesmo, a menos que ela estivesse por perto	-0,20	0,33*
22 Deixava-me sair tão frequentemente quanto eu queria	0,16	0,29
15 Deixava que eu decidisse coisas por mim mesmo	0,01	0,11

Notas. Denominação dos fatores: I = Afeto e Proteção e II = Controle.

* carga fatorial considerada satisfatória 0,30.

Cinco itens foram excluídos nesta etapa, por apresentarem cargas fatoriais inferiores a |0,30| (itens 13, 22 e 15) ou por saturarem nos dois fatores com cargas fatoriais semelhantes (itens 18 e 01). A estrutura fatorial do PBI-M com dois fatores é descrita a seguir:

Para o fator *Afeto e Proteção*, saturaram 11 itens: 04, 17, 16, 24, 06, 11, 05, 12, 02, 14 e 23. Este fator explicou 17,41% da variância total, com valor próprio igual a 3,48 e Alfa de Cronbach de 0,73. Este fator contém itens envolvendo atitudes carinhosas e afetuosas bem como cuidados e proteção.

O fator *Controle* apresentou quatro itens: 09, 19, 21 e 20, explicando 13,47% da variância total, com valor próprio igual a 2,69 e Alfa de Cronbach de 0,47. Este fator contém itens de controle do comportamento dos filhos e estímulo à dependência dos mesmos.

Assim como na versão sobre o pai, a versão sobre a mãe não apresentou validade e precisão adequadas como se nota pelos indicadores da análise fatorial e da consistência interna.

4.1.2.3. Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência (IVIA)

O mesmo procedimento utilizado para avaliar a capacidade discriminativa dos itens das escalas anteriormente citadas foi realizado para a escala IVIA, sendo seus resultados descritos na Tabela 5.

Tabela 5: Poder discriminativo dos itens do IVIA ($g/103$)

ITEM	<i>t</i>	<i>P</i>
01 Preocupo-me se tiver que depender de outras pessoas	-1,28	0,20
02 É difícil confiar totalmente nas outras pessoas	-3,55	0,00
03 Para mim, é mais importante conseguir coisas que manter relações com os outros	-0,10	0,32
04 Preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado/a	-2,40	0,02
05 Acredito que as outras pessoas gostam de mim e respeitam-me	-0,73	0,47
06 Para mim, é difícil depender dos outros	-0,72	0,47
07 Gostaria de ser mais próximo/a dos meus amigos	-3,41	0,00
08 Gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas	-4,85	0,00

09 Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho/a	-5,58	0,00
10 É bom estar próximo/a de outras pessoas	-2,64	0,01
11 Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceito pelas outras pessoas	-4,72	0,00
12 Fico ansioso/a quando alguém se aproxima de mais de mim	-2,15	0,03
13 Prefiro não mostrar os meus sentimentos	-0,95	0,34
14 Sinto-me à vontade se tiver que pedir ajuda aos outros	-1,14	0,26
15 As outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda	-2,20	0,03
16 Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas	-2,87	0,00
17 Sinto que posso contar com os outros quando necessitar	-3,17	0,00
18 Preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo	-4,18	0,00
19 Para mim, é muito importante sentir-me independente	-0,21	0,83
20 As outras pessoas afastam-se de mim porque eu tento estar demasiado próximo/a delas	-1,16	0,25
21 Prefiro não depender das outras pessoas	-0,54	0,59
22 Quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenho medo que não sintam o mesmo por mim	-3,41	0,00
23 Sinto que os meus pais me compreendem	-0,89	0,38
24 Prefiro que as outras pessoas não dependam de mim	0,44	0,66
25 Não sei se posso depender de outras pessoas para me ajudarem quando for necessário	-2,34	0,02
26 Torno-me facilmente dependente das outras pessoas	-1,72	0,09
27 Peço conselhos aos outros quando estou preocupado	-4,06	0,00
28 Não gosto de contar às outras pessoas o que penso e sinto	-2,87	0,00
29 Preocupo-me por poder não impressionar os outros	-3,63	0,00
30 Acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal	-3,20	0,00
31 Respeito os sentimentos das outras pessoas	-2,36	0,02
32 Posso contar com os meus amigos quando é necessário	-3,16	0,00
33 As outras pessoas aceitam-me tal como sou	-2,48	0,01
34 Não vale a pena expressar os meus sentimentos	-0,60	0,55
35 Confio nas minhas capacidades	-2,55	0,01
36 Expresso claramente o que pretendo	-1,57	0,12
37 Pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim	-5,05	0,00

Como se pode observar, os quatorze itens que não apresentaram capacidade de discriminação das pessoas com magnitudes próximas foram: 01, 03, 05, 06, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 34 e 36. Portanto, restaram 23 itens para esta medida. Este conjunto de itens foi posteriormente submetido à análise estatística, procurando

chegar se seria possível realizar uma análise fatorial. Neste sentido, verificou-se inicialmente a fatorabilidade da matriz de correlações a partir dos indicadores *KMO* e *Teste de Esfericidade de Bartlett*. Considerando os critérios comumente adotados na literatura (ver Tabachnick & Fidel, 2001), os resultados obtidos indicaram a pertinência da realização deste tipo de análise estatística: *KMO* = 0,68 e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, χ^2 (gl=253) = 619,899, $p = 0,00$. Foi então realizada uma análise fatorial do tipo *Componentes Principais (CP)*, com rotação *varimax*. De acordo com o que define a teoria que embasa a citada medida, fixou-se a extração de três fatores. Todavia, os resultados indicaram a presença de um único fator, explicando conjuntamente 34,66% da variância total. Diante disto, descreve-se a seguir a estrutura observada dos três fatores, como aparecem na Tabela 6.

Tabela 6: Estrutura fatorial da Escala IVIA

ITEM/CONTEÚDO	Fator I	Fator II	Fator III
09 Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho/a	-0,61*	-0,15	-0,44*
11 Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceito pelas outras pessoas	0,55*	-0,31*	-0,35*
27 Peço conselhos aos outros quando estou preocupado	0,54*	0,24	0,04
37 Pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim	0,53*	-0,23	0,29
18 Preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo	0,51*	-0,43*	0,21
32 Posso contar com os meus amigos quando é necessário	0,46*	0,43*	0,24
08 Gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas	0,46*	0,35*	-0,25
07 Gostaria de ser mais próximo/a dos meus amigos	0,43*	0,16	0,08
02 É difícil confiar totalmente nas outras pessoas	0,43*	0,03	-0,29
30 Acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal	0,40*	-0,27	0,28
22 Quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenho medo que não sintam o mesmo por mim	0,39*	-0,36*	-0,03
10 É bom estar próximo/a de outras pessoas	0,37*	0,13	-0,14
28 Não gosto de contar às outras pessoas o que penso e sinto	0,22	-0,09	-0,09
33 As outras pessoas aceitam-me tal como sou	0,25	0,51*	-0,18

29 Preocupo-me por poder não impressionar os outros	0,24	-0,49*	0,21
35 Confio nas minhas capacidades	0,18	0,49*	-0,26
12 Fico ansioso/a quando alguém se aproxima de mais de mim	0,32*	-0,40*	0,23
04 Preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado/a	0,34*	0,39*	-0,27
15 As outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda	0,28	0,39*	-0,27
17 Sinto que posso contar com os outros quando necessitar	0,43*	0,27	0,52*
16 Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas	0,26	0,48*	0,50*
31 Respeito os sentimentos das outras pessoas	0,31*	0,25	0,46*
25 Não sei se posso depender de outras pessoas para me ajudarem quando for necessário	0,14	0,13	0,22

Notas. Denominação dos fatores: I = Inseguro Ambivalente, II = Inseguro Evitante e III = Seguro. * carga fatorial considerada satisfatória 0,30.

Como pode ser observado, dois itens foram excluídos nesta etapa. Estes o foram por apresentarem cargas fatoriais inferiores a |0,30| (itens 25 e 28). A estrutura fatorial do IVIA no contexto em estudo aparece mais confiável se considerada unifatorial, tendo em vista a porcentagem da variância explicada e o indicador de precisão Alfa de Cronbach descritos a seguir:

Fator I. Este fator foi denominado *apego inseguro ambivalente*, é composto por doze itens: 09, 11, 27, 37, 18, 32, 08, 07, 02, 30, 22 e 10. Explicando 15,72% da variância total, com valor próprio igual a 3,62 e Alfa de Cronbach aceitável igual a 0,71. A escala mede mais o apego inseguro do que o seguro, mesmo apresentando quatro itens que se esperava serem do apego seguro (a saber: *“Peço conselhos aos outros quando estou preocupado”*, *“Posso contar com os meus amigos quando é necessário”*, *“Gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas”* e *“É bom estar próximo/a de outras pessoas”*), pois apresentam todos conteúdo relacionado ao interesse em estar próximo dos outros, provavelmente de maneira ansiogênica e

não apenas a disposição para contar com os outros caso necessite, como seria o caso de indivíduos apegados de maneira segura.

Fator II. Este fator foi representado por seis itens: 33, 35, 15, 29, 12 e 04. Explica 10,91% da variância total, com valor próprio igual a 2,51, mas Alfa de Cronbach muito fraco: 0,26. Além disso, o conteúdo deste fator não está claro, pois possui itens que se esperava compor os fatores seguro e ambivalente. Por estas razões o fator foi desconsiderado da medida.

Fator III. Este fator foi nomeado como *apego seguro*, tendo reunido três itens: 16, 17 e 31. Explica apenas 8,03% da variância total, com valor próprio igual a 1,85 e Alfa de Cronbach bastante fraco: 0,43. Apesar de conteúdo coerente com a teoria o fator foi descartado por não apresentar indicação de fidedignidade adequada.

Desta forma, apenas o Fator 1 *apego inseguro* apresentou precisão mais aceitável, restando uma estrutura final de 12 itens, todavia, considerando os indicadores de validade e consistência interna em geral, opta-se por não utilizar a escala IVIA na presente pesquisa devido à fragilidade de seus parâmetros psicométricos.

Nesse sentido, a escala ERA foi avaliada com relação aos mesmos parâmetros de validade e precisão, estando descritos a seguir os resultados desta análise.

4.1.2.4. Escala de Relações de amizade (ERA)

A análise do poder discriminativo dos itens foi realizada seguindo os mesmos procedimentos citados para a escala IVIA, para verificar se os itens apresentavam capacidade de discriminar sujeitos com magnitudes próximas. Semelhantemente, os itens que não o fizeram foram excluídos da escala, inclusive não sendo

considerados na análise fatorial realizada em seguida. Os seguintes itens necessitaram ser recodificados para que todos medissem no mesmo sentido as variáveis em estudo: 22 (Ansiedade) e 03, 15, 19, 25, 27, 29, 31, 33 e 35 (Evitamento). Os resultados podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7: Poder discriminativo dos itens da ERA ($g/1=122$)

ITEM	<i>t</i>	<i>p</i>
01 Prefiro não mostrar ao amigo/a como me sinto de verdade por dentro	-3,53	0,00
02 Tenho medo de ser deixado/a	-2,89	0,00
03 Sinto-me muito à vontade quando me encontro em intimidade com o amigo/a	-3,69	0,00
04 Preocupo-me muito a respeito dos meus relacionamentos sentimentais	-2,68	0,01
05 Logo que o meu amigo/a começa a se tornar mais íntimo, considero melhor afastar-me	-5,59	0,00
06 Tenho medo que o meu amigo/a não me aprecie tanto quanto eu aprecio ele/a	-3,77	0,00
07 Sinto desconforto quando o meu amigo/a quer estabelecer comigo uma profunda intimidade	-1,51	0,13
08 Preocupo-me bastante em perder o meu amigo/a	-0,84	0,40
09 Tenho dificuldade em me abrir com o amigo/a	-1,72	0,09
10 Com frequência desejo que os sentimentos do meu amigo/a em relação a mim sejam tão fortes quanto os meus em relação a ele/a.	-3,38	0,00
11 Gostaria de alcançar uma maior intimidade com o meu amigo/a, mas sempre volto atrás	-5,55	0,00
12 Com frequência gostaria de me fundir completamente com o meu amigo/a, e isto o amedronta e o afasta	-4,23	0,00
13 Fico nervoso quando o meu amigo/a se torna muito íntimo	-5,90	0,00
14 Tenho medo de ficar só	-4,08	0,00
15 Sinto-me confortável em compartilhar com o meu amigo os meus mais íntimos pensamentos e sentimentos	-3,16	0,00
16 Às vezes o meu desejo de estabelecer um relacionamento muito próximo amedronta e afasta as pessoas	-4,39	0,00
17 Procuro evitar alcançar uma intimidade excessiva com o meu amigo/a	-3,66	0,00
18 Tenho necessidade de ser muito ressegurado/a quanto ao fato de ser querido/a pelo meu amigo/a	-4,29	0,00
19 Encontro muita facilidade em entrar em intimidade com o meu amigo/a	-1,16	0,25
20 Às vezes tenho a impressão de forçar o meu amigo/a em demonstrar mais sentimentos e maior dedicação	-6,05	0,00
21 Acho difícil conseguir depender do amigo/a	-1,08	0,28
22 Não me preocupo frequentemente de ser deixado/a	-0,43	0,66

23 Prefiro não entrar em excessiva intimidade com o meu amigo/a	-2,35	0,02
24 Se não consigo obter que o meu amigo/a demonstre interesse por mim, fico perturbado/a e fico com raiva	-6,38	0,00
25 Ao meu amigo/a digo quase tudo	-3,57	0,00
26 Acho que o meu amigo/a não quer estabelecer comigo aquela intimidade que desejaria alcançar	-4,38	0,00
27 Geralmente falo com o meu amigo/a dos meus problemas e das minhas preocupações	-2,76	0,01
28 Quando não mantenho um relacionamento sentimental, sinto-me bastante ansioso/a e inseguro/a	-3,80	0,00
29 Sinto-me confortável em confiar-me ao meu amigo/a	-3,70	0,00
30 Sinto-me frustrado/a quando o meu amigo/a não está presente da forma que eu gostaria	-3,65	0,00
31 Não me cria problema pedir conforto, conselhos ao meu amigo/a	-3,07	0,00
32 Sinto-me frustrado/a se o meu amigo/a não está disponível quando tenho necessidade dele/a	-3,26	0,00
33 Ajuda-me dirigir-me ao meu amigo/a nos momentos de necessidade	-3,21	0,00
34 Quando o amigo me critica, me incomoda	-4,59	0,00
35 Dirijo-me ao meu amigo/a por muitas coisas, inclusive conforto e resseguro	-2,27	0,02
36 Fico chateado/a quando o meu amigo/a fica longe de mim	-3,41	0,00

Como se pode observar, os seis itens que não apresentaram capacidade de discriminação das pessoas com magnitudes próximas foram: 07, 08, 09, 19, 21 e 22. Portanto, restaram 30 itens para esta medida. Este conjunto de itens foi posteriormente submetido à análise estatística, procurando checar se seria possível realizar uma análise fatorial. Neste sentido, verificou-se inicialmente a fatorabilidade da matriz de correlações a partir dos indicadores *KMO* e *Teste de Esfericidade de Bartlett*. Os resultados obtidos indicaram a pertinência da realização deste tipo de análise estatística: *KMO* = 0,76 e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, χ^2 (gl=435) = 1369,53, p = 0,00. Foi então realizada uma análise fatorial do tipo *Componentes Principais (CP)*, com rotação *varimax*. De acordo com o que define a teoria que embasa a citada medida, fixou-se a extração de dois fatores. Consistentemente, os

resultados indicaram a presença de dois fatores, explicando conjuntamente 31,24% da variância total. Diante disto, descreve-se a seguir a estrutura observada com os dois fatores, como aparecem na Tabela 8.

Tabela 8: Estrutura fatorial da Escala ERA

ITEM/CONTEÚDO	Fator I	Fator II
24 Se não consigo obter que o meu amigo/a demonstre interesse por mim, fico perturbado/a e fico com raiva	0,64*	-0,09
20 Às vezes tenho a impressão de forçar o meu amigo/a em demonstrar mais sentimentos e maior dedicação	0,63*	-0,05
13 Fico nervoso quando o meu amigo/a se torna muito íntimo	0,58*	-0,03
16 Às vezes o meu desejo de estabelecer um relacionamento muito próximo amedronta e afasta as pessoas	0,57*	-0,10
11 Gostaria de alcançar uma maior intimidade com o meu amigo/a, mas sempre volto atrás	0,53*	-0,04
05 Logo que o meu amigo/a começa a se tornar mais íntimo, considero melhor afastar-me	0,53*	0,11
12 Com frequência gostaria de me fundir completamente com o meu amigo/a, e isto o amedronta e o afasta	0,52*	-0,26
26 Acho que o meu amigo/a não quer estabelecer comigo aquela intimidade que desejaria alcançar	0,49*	-0,14
18 Tenho necessidade de ser muito ressegurado/a quanto ao fato de ser querido/a pelo meu amigo/a	0,47*	-0,18
06 Tenho medo que o meu amigo/a não me aprecie tanto quanto eu aprecio ele/a	0,46*	-0,34*
30 Sinto-me frustrado/a quando o meu amigo/a não está presente da forma que eu gostaria	0,44*	-0,29
34 Quando o amigo me critica, me incomoda	0,42*	-0,11
32 Sinto-me frustrado/a se o meu amigo/a não está disponível quando tenho necessidade dele/a	0,42*	-0,30
28 Quando não mantenho um relacionamento sentimental, sinto-me bastante ansioso/a e inseguro/a	0,39*	-0,21
01 Prefiro não mostrar ao amigo/a como me sinto de verdade por dentro	0,37*	-0,02
14 Tenho medo de ficar só	0,38*	-0,24
17 Procuro evitar alcançar uma intimidade excessiva com o meu amigo/a	0,33*	0,08
04 Preocupo-me muito a respeito dos meus relacionamentos sentimentais	0,24	0,21
23 Prefiro não entrar em excessiva intimidade com o meu amigo/a	0,24	0,09
33 Ajuda-me dirigir-me ao meu amigo/a nos momentos de necessidade	0,26	0,71*
27 Geralmente falo com o meu amigo/a dos meus problemas e das minhas preocupações	0,32*	0,64*

29 Sinto-me confortável em confiar-me ao meu amigo/a	0,31*	0,63*
03 Sinto-me muito à vontade quando me encontro em intimidade com o amigo/a	0,41*	0,62*
15 Sinto-me confortável em compartilhar com o meu amigo os meus mais íntimos pensamentos e sentimentos	0,24	0,61*
31 Não me cria problema pedir conforto, conselhos ao meu amigo/a	0,25	0,59*
35 Dirijo-me ao meu amigo/a por muitas coisas, inclusive conforto e resseguro	0,20	0,57*
25 Ao meu amigo/a digo quase tudo	0,39*	0,50*
02 Tenho medo de ser deixado/a	0,33*	-0,41*
36 Fico chateado/a quando o meu amigo/a fica longe de mim	0,38*	0,40*
10 Com frequência desejo que os sentimentos do meu amigo/a em relação a mim sejam tão fortes quanto os meus em relação a ele/a.	0,32*	0,34*

Notas. Denominação dos fatores: I = Ansiedade e II = Evitamento.

* carga fatorial considerada satisfatória 0,30.

Como pode ser observado, cinco itens foram excluídos nesta etapa. Estes o foram por apresentarem cargas fatoriais inferiores a |0,30| (itens 04 e 23); ou por saturarem nos dois fatores da escala (itens 02, 36 e 10). A estrutura fatorial do ERA, embora possa apresentar o mesmo número de fatores da escala original, aparece no presente contexto de forma distinta. Descreve-se a seguir cada um dos fatores:

Para o fator *Ansiedade*, saturaram dezessete itens: 24, 20, 13, 16, 11, 05, 12, 26, 18, 06, 30, 34, 32, 28, 01, 14 e 17. Este fator explicou 17, 61 % da variância total, com valor próprio igual a 5,28 e Alfa de Cronbach igual a 0,81.

O fator *Evitamento* apresentou oito itens: 33, 27, 29, 03, 15, 31, 35 e 25, explicando 13,53% da variância total, com valor próprio igual a 4,06 e Alfa de Cronbach igual a 0,83.

Os dois fatores que compõem a escala apresentaram tanto evidência de sua validade como de precisão, portanto ambos foram considerados nas análises estatísticas posteriores a esta etapa do estudo. A escala final está composta por um total de 25 itens, sendo 17 de *ansiedade* e 8 de *evitamento*.

4.1.3. Discussão parcial

Como mencionado no princípio deste estudo, o mesmo teve como objetivo principal analisar aspectos psicométricos específicos de algumas das medidas empregadas. Concretamente, buscou-se conhecer evidências de consistência interna dos fatores das escalas *PBI*, *IVIA* e *ERA*, conhecendo seus parâmetros psicométricos. As considerações acerca destas medidas são apresentadas a seguir.

Das escalas selecionadas para mensuração do apego, unicamente a escala *ERA – Escala de Relações de Amizade* apresentou parâmetros psicométricos adequados na amostra de adolescentes, podendo ser considerada como instrumento válido, permitindo identificar dois fatores, que embora correlacionados diretamente entre si, constituem-se em dois construtos legítimos, facilmente discerníveis em razão do tipo de apego inseguro que expressam: preocupação, ansiedade, ambivalência, por um lado, e evitamento ou desapego, por outro lado.

É importante destacar que cinco dos itens que se esperava serem componentes do fator *evitamento*, de acordo com a teoria, saturaram no fator *ansiedade*, são eles: *Prefiro não mostrar ao amigo/a como me sinto de verdade por dentro; Logo que o meu amigo/a começa a se tornar mais íntimo, considero melhor afastar-me; Gostaria de alcançar uma maior intimidade com o meu amigo/a, mas sempre volto atrás; Fico nervoso quando o meu amigo/a se torna muito íntimo; Procuro evitar alcançar uma intimidade excessiva com o meu amigo/a*. Como se pode notar, seus conteúdos têm em comum um sentido de evitar *intimidade* com os demais, e intimidade é algo que na idade dos respondentes (adolescência) pode ser causador de ansiedade, sendo provável que esta seja a razão de aparecerem como

elementos de apego ansioso e não de evitante nestes resultados. Sugere-se, portanto que em estudos futuros seja verificado se, com amostras de outras faixas etárias, tal resultado se comprova. Além disso, um estudo da validação semântica para os itens com a palavra intimidade também pode contribuir para esclarecer o sentido dado pelos jovens a relações íntimas.

Diante do exposto, apresento com esta tese um instrumento mais parcimonioso, breve, que permite capturar as mesmas dimensões que a versão original, constituída por maior número de itens. A versão nova favorece o seu uso em pesquisas, sobretudo quando se consideram múltiplas medidas ou se procura realizar um levantamento rápido dos tipos de apego que avalia.

4.2. Estudo 2. Validação Confirmatória da Medida de Apego

4.2.1. Método

4.2.1.1. Delineamento

Eminentemente correlacional, de orientação psicometrista, cujo objetivo foi o de confirmação da estrutura fatorial das escalas de apego, utilizando-se uma amostra distinta da que fora usada no estudo exploratório.

4.2.1.2. Amostra

A amostra foi composta por 221 adolescentes, sendo 111 de escola pública e 110 de escola privada, apresentando uma média de idade de 15 anos ($dp = 2$;

amplitude de 12 a 20 anos). Todos os participantes da pesquisa eram da cidade de João Pessoa (PB), sendo a maioria do sexo feminino (59%) e católica (62%).

4.2.1.3. Instrumento

A escala de relações de amizade (ERA), validada no Estudo 1 foi utilizada no presente estudo.

4.2.1.4. Procedimento

Da mesma maneira que se procedeu no estudo anteriormente descrito, foi realizado no Estudo 2.

4.2.1.5. Análise de dados

As análises fatoriais confirmatórias foram realizadas com a versão 7 do programa *AMOS*. Este tipo de análise permite testar hipóteses específicas sobre a estrutura latente do modelo (por exemplo, número de fatores, cargas fatoriais), apresentando os respectivos indicadores de sua bondade de ajuste. Foram utilizados os seguintes indicadores de bondade de ajuste: a razão qui-quadrado pelo grau de liberdade, o índice de bondade de ajuste (*GFI*), o índice de ajuste comparativo (*CFI*), a raiz quadrada média do erro de aproximação (*RMSEA*), com intervalo de confiança de 90%. Recomendam-se valores entre 2,00 e 3,00 para a razão entre o qui-quadrado e o grau de liberdade (Carmines & McIver, 1981);

superiores ou próximos a 0,90 para a *GFI* e *CFI* (Hu & Bentler, 1999); e para *RMSEA* valores próximos a 0,05 (Hu & Bentler, 1999).

4.2.2. Resultados

Diante da estrutura fatorial encontrada na análise exploratória, foi realizada uma análise fatorial confirmatória para conhecer a bondade de ajuste do modelo aos dados com seus dois fatores: *ansiedade* e *evitamento*.

O modelo da escala bifatorial apresentou índices de bondade de ajuste aceitáveis: $\chi^2/g.l.= 1,96$; *GFI*=0,83; *AGFI*=0,80; *CFI*=0,80; *RMSEA*=0,06. A solução estandardizada deste modelo hierárquico é apresentada na Figura 1.

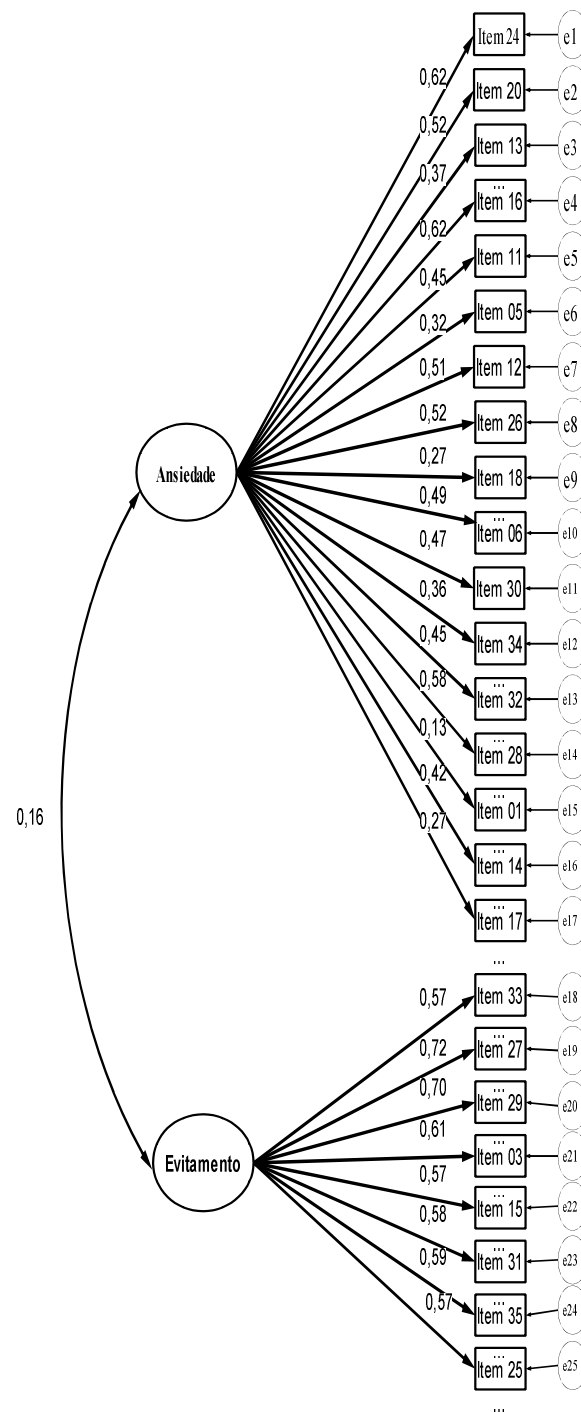


Figura 1. Estrutura Bifatorial da Escala de Relações de Amizade (ERA)

4.2.3. Discussão parcial

Com relação à análise fatorial confirmatória, os resultados apóiam a coerência do modelo teórico, que conjectura a existência de dois fatores para o instrumento; os índices de ajuste observados atendem ao que tem sido considerado apropriado na literatura (Byrne, 2001; Marsh, Hau & Wen, 2004), sugerindo a adequação de diferenciar a *ansiedade* e o *evitamento*.

4.3. Estudo 3. Relação entre apego e raciocínio moral

4.3.1. Método

Este estudo trata do principal objetivo desta tese: a relação entre as variáveis *apego* e *raciocínio moral*.

4.3.1.1. Delineamento

Também através de delineamento correlacional, consideraram-se dois conjuntos de variáveis, correspondendo aos tipos de apego (ansiedade e evitamento) e aos estágios de raciocínio moral, de acordo com a perspectiva kolhberguiana. Este estudo tem orientação psicometrista, em que se espera comprovar as seguintes hipóteses:

Hipótese 1. O evitamento se correlacionará inversamente com o raciocínio moral.

Hipótese 4. A ansiedade se correlacionará inversamente com o raciocínio moral.

Ademais, no final do estudo propõe-se também a elaboração de um modelo explicativo do raciocínio moral de adolescentes a partir da *ansiedade* e do *evitamento*.

4.3.1.2. Amostra

A amostra foi composta por 421 adolescentes, sendo 221 de escola pública e 200 de escola privada, apresentando uma média de idade de 15 anos ($dp = 1,75$; amplitude de 11 a 20 anos). Todos os participantes da pesquisa eram da cidade de João Pessoa (PB). A maioria foi do sexo feminino (54,9%) e católica (63, 9%). A distribuição dos participantes em termos de sexo, faixa etária e o tipo de escola no qual estuda pode ser observada na Tabela 9.

Tabela 9. Distribuição da amostra por sexo, faixa etária e tipo de escola

Escola		Faixa Etária		Total
		12-15	16-19	
Pública	Sexo			
	Masculino	48	52	100
	Feminino	67	54	1
	Total	115	106	221
Particular	Sexo			
	Masculino	48	42	90
	Feminino	73	37	110
	Total	121	79	200

Adolescentes de escolas públicas apresentaram média de idade de 15 anos ($dp = 1,68$; amplitude de 12 a 20) e 54,8% era do sexo feminino, de maioria católica (62,3%). Além disso, 54,8% dos pais eram casados, 22,8% separados ou

divorciados, 16,0% solteiros, 5,5% viúvos e 0,9% de outro estado civil não especificado pelos adolescentes. A maioria dos pais possui nível fundamental como instrução (56,4%) assim como as mães (59,1%).

Os adolescentes de escolas privadas também apresentaram média de idade de 15 anos ($dp = 1,78$; amplitude de 11 a 20 anos), sendo 45% do sexo masculino e 55% do sexo feminino. A maioria também de católicos (65,6%), com 64% dos pais sendo casados, 28,5% separados ou divorciados, 4% solteiros, 3% viúvos e 0,5% de outro estado civil não especificado pelos adolescentes. A maioria dos pais possui nível médio (33%) e superior (33,5%) como instrução. Já as mães, a maioria é de ensino médio (42,1%).

4.3.1.3. Instrumentos

Além da escala ERA para mensuração dos tipos de apego, anteriormente descrita, contou-se com uma medida para o raciocínio moral: a *Medida Objetiva de Raciocínio Moral (SROM)*.

A escala foi originalmente proposta por Gibbs, Arnold, Morgan, Schwartz, Cavaghan e Tappan (1984) e adaptado para o português por Biaggio & Barreto (1991), visando medir o nível de raciocínio moral, e é baseada na teoria de Kohlberg. Possui 16 itens de múltipla escolha e é composto por dois casos-problema-hipotéticos de Kohlberg. Destarte, a estimação do nível de desenvolvimento moral requer apenas um cálculo aritmético. Pede-se ao participante que escolha a decisão mais adequada para cada um deles (*roubar ou não um medicamento para salvar a vida de sua esposa* – primeira história; *entregar ou não o dinheiro por um filho a seu pai ainda que este tenha permitido ao filho ficar*

com o dinheiro – segunda estória). Antes de tomar uma decisão, o indivíduo deve responder a 10 perguntas de múltipla escolha para a primeira estória e 6 perguntas para a segunda estória. As perguntas são sobre as razões que a pessoa considera mais adequadas para tomar uma decisão.

Em cada dilema, cada alternativa de resposta corresponde a um dos estágios de maturidade de julgamento moral de Kohlberg (1-5, pois Gibbs não propôs alternativas relacionadas ao estágio 6, por ser raramente encontrado na população). Além disso, existe em cada um dos 16 itens, uma alternativa que é chamada de PS (Pseudo-resposta), porque se apresenta com uma linguagem rebuscada e sem sentido, sendo utilizada para detectar mentira ou descuido. Assim, três ou mais respostas deste tipo invalidam o protocolo. O escore final pode variar entre 100 (estágio 1) a 500 (estágio 5), podendo apresentar qualquer valor intermediário.

O SROM tem apresentado bons indicadores de precisão. Na sua versão em espanhol, a confiança teste-reteste foi de 0,82, e 0,76, controlando a influência da idade, além disso, a consistência interna (Alfa de Cronbach) foi de 0,84 (Espinosa, 2000). A versão original de Gibbs apresentou fidedignidade de tipo temporal de 0,82 e Alfa de Cronbach de 0,84 e 0,77 em duas amostras distintas. Além disso, a validade de construto nesta versão foi investigada através de correlações com idade e série escolar, revelando resultados satisfatórios. Ademais, a correlação com medida de aprovação social de Crowne-Marlowe não foi significativa, indicando ausência de problemas de “desejabilidade social” (Biaggio & Barreto, 1991; Reppold & Hutz, 2003). Para a versão brasileira Biaggio e Barreto (1991) fizeram uma tradução para o português com o aval de professores bilíngües e a validade semântica foi realizada com uma amostra de 20 adolescentes e 25 estudantes

universitários. A principal dificuldade apresentada pelos participantes foi o desinteresse em marcar o grau de proximidade das respostas com a sua opinião como constava na escala original. Considerando isto, os adaptadores da escala brasileira optaram por uma escolha única em que o participante responde apenas qual a alternativa que mais se aproxima da argumentação que ele próprio daria. Em seguida, a escala foi aplicada a 190 estudantes de faculdades particulares e alunos de ensino médio de ambos os sexos. Nesta etapa da validação, encontrou-se correlação positiva e significativa entre os resultados do problema 1 e do problema 2 ($r=0,46$, $p<0,05$). A correlação entre as respostas apresentadas ao SROM e a outra medida de avaliação de julgamento moral (as Situações de Julgamento Moral de Kohlberg) revelou um resultado igual a 0,45 ($p<0,05$).

O SROM pode ser administrado a pessoas desde 12 anos de idade, desde que não apresentem deficiências em sua habilidade de leitura. Normalmente o período de 1 hora é suficiente para sua aplicação. A pontuação do SROM é feita por meio de uma folha padronizada de resposta (Anexo IV). Para cada pergunta, marcam-se na folha de resposta as letras das opções do participante, então se anota o valor do estágio correspondente a esta opção. Em seguida, calcula-se o SROM pela fórmula:

$$\text{SROM} = 100 \times \frac{2 \text{ (média das respostas)}}{3}$$

O estágio do respondente é classificado de acordo com a tabela a seguir (Espinosa, 2000).

Tabela 10: Conversão dos SROMS em Estágio Global

SROMS	Estágio Global
100-125	1
126-149	1
150-174	2
175-225	2
226-249	2
250-274	3
275-325	3
326-349	3
350-374	4
375-425	4
426-449	4
450-474	5
475-500	5

4.3.1.4. Procedimento

Igual procedimento aos estudos anteriores foi adotado neste estudo.

4.3.1.5. Análise de dados

As análises descritivas (frequências, medidas de tendência central e dispersão), teste t de Student, a correlação de Spearman e o qui-quadrado foram realizadas pela versão 16.0 do pacote estatístico *SPSSWIN (Statistical Package for the Social Sciences)*. Já o teste do modelo de explicação causal proposto foi realizado com a versão 7 do programa *AMOS*. Foram utilizados os seguintes indicadores de bondade de ajuste: a razão qui-quadrado pelo grau de liberdade, o

índice de bondade de ajuste (*GFI*), o índice de ajuste comparativo (*CFI*) e a raiz quadrada média do erro de aproximação (*RMSEA*), com intervalo de confiança de 90%.

4.3.2. Resultados

Antes que sejam apresentados os resultados referentes à relação entre apego e moral, descrevem-se resultados sobre a frequência dos estágios de raciocínio moral e as médias de ansiedade e evitamento dos adolescentes que participaram do estudo.

Com a finalidade de observar os estágios de raciocínio moral mais frequentes, verificaram-se tais frequências tanto em estudantes de escolas públicas como de escolas particulares. Além disso, foi realizada a análise do qui-quadrado para verificar se a diferença nas distribuições era significativa. Os resultados podem ser vistos na tabela a seguir.

Tabela 11. Distribuição da amostra por estágio de raciocínio moral e tipo de escola

Escola	Estágio de Raciocínio Moral				Total
	2	3	4	5	
Pública	11	139	71	0	221
Particular	3	97	98	2	200
Total	14	236	169	2	421

Desta maneira, observa-se que a maior parte dos adolescentes de escola pública apresentam raciocínio moral do terceiro estágio (N=139) ao passo que os de escola particular, apresentam igualmente os estágios 3 (N=97) e 4 (N=98), sendo

dois desses adolescentes de raciocínio do mais alto nível moral mensurado, o estágio 5 ($X^2=17,355$; $g.l.=3$; $p=0,00$).

Tendo em vista a normalidade da distribuição amostral, constatada através do teste Kolmogorov-Smirnov, no que se refere aos fatores: *Ansiedade* ($z=0,88$; $p=0,42$) e *Evitamento* ($z=1,19$; $p=0,12$), bem como o nível de mensuração intervalar da escala ERA, foi realizado um Teste de comparação entre as médias (*t de Student*), tendo por variável independente o tipo de escola de origem dos adolescentes e como variáveis dependentes a ansiedade e o evitamento deles. Encontrou-se a existência de diferença estatisticamente significativa nas diferentes classes sociais do estudo no que se refere ao *Evitamento* (*Escola Pública*, $M=4,52$, $dp=1,09$ e *Escola Particular*, $M=3,08$, $dp=1,26$; $t=11,68$, $p=0,00$), mas não no que se refere à *Ansiedade* (*Escola Pública*, $M=3,94$, $dp=0,10$ e *Escola Particular*, $M=3,73$, $dp=0,98$; $t=1,91$, $p=0,06$).

Também foi realizado um Test *t de student* para comparar as médias na variável nível de instrução dos pais de escolas públicas e particulares. Os resultados apresentaram diferença estatisticamente significativa tanto dos pais como das mães com maior nível instrucional daqueles de escolas particulares. Instrução dos pais (*Escola Pública*, $M=1,66$, $dp=0,89$ e *Escola Particular*, $M=2,51$, $dp=0,96$; $t=-9,20$, $p=0,00$) e Instrução das mães (*Escola Pública*, $M=1,63$, $dp=0,89$ e *Escola Particular*, $M=2,52$, $dp=0,91$; $t=-9,89$, $p=0,00$).

De acordo com o principal objetivo do presente estudo: avaliar a relação entre apego e raciocínio moral, é que foram calculadas as correlações de *Spearman* entre os estágios de raciocínio moral e indicadores de apego inseguro. Os resultados desta análise apontaram que a *ansiedade* (ρ de *Spearman* $=-0,13$, $p<0,05$) e o

evitamento (ρ de Spearman=-0,12, $p<0,05$) se correlacionam inversa e significativamente com o *raciocínio moral*.

A fim de lograr o objetivo de testar o modelo teórico para explicar o raciocínio moral, efetuou-se uma análise de caminhos (*path analysis*), considerando as análises de equações estruturais. O modelo, tal como descrito na Figura 2, procura definir a ansiedade e o evitamento como antecedentes do estágio de raciocínio moral dos filhos. Os coeficientes empíricos deste modelo são apresentados nesta figura.

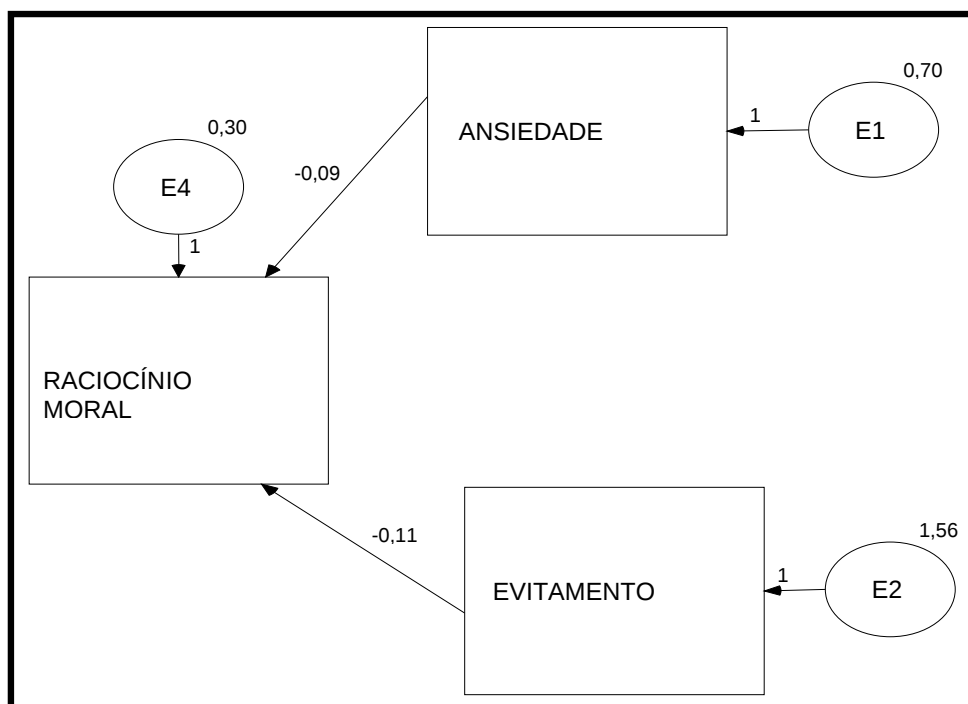


Figura 2. Modelo empírico para o raciocínio moral considerando os indicadores de apego (ansiedade e evitamento).

Em termos dos indicadores da bondade de ajuste, este modelo não pode ser considerado satisfatório. A razão χ^2/gl (7,1) não corresponde ao valor teoricamente recomendável (< 5), unicamente o modelo apresenta os seguintes indicadores

satisfatórios: $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,93$, mas outros indicadores não foram estatisticamente significativos, $CFI=0,54$ e $RMSEA=0,12$.

Em resumo, o apego inseguro, ou seja, a ansiedade e o evitamento não se mostraram suficientemente adequados para explicar o raciocínio moral no contexto estudado. As prováveis explicações, limitações e implicações dos resultados encontrados são apresentadas a seguir.

4.3.3. Discussão parcial

Considerando-se a frequência de estágios do raciocínio moral nos adolescentes tanto de escolas públicas quanto particulares, tendo em vista a hipótese de que nesta fase, costuma-se apresentar julgamentos morais no nível convencional de raciocínio moral (Gibbs, Basinger & Fuller, 1992) e a verificação da existência de diferenças quanto aos tipos de raciocínio em jovens de classes sócio-econômicas distintas, os resultados encontrados foram coerentes com o esperado já que a maior parte dos adolescentes pontuou nesse nível de pensamento moral assim como aqueles de escolas particulares apresentaram maior frequência em estágio mais elevado do nível convencional.

No que se refere à maior frequência de raciocínios mais elaborados em jovens de escolas particulares pode ser compreendida tendo em vista que o contexto sócio-econômico-cultural influencia a escolha das práticas educativas a serem utilizadas pelos pais, algo que vai posteriormente afetar a relação destes com os filhos. Assim, viver na pobreza se constitui em um fator de risco que ameaça o

bem-estar das famílias e que pode provocar danos ao desenvolvimento das crianças, inclusive o desenvolvimento moral (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

Cabe salientar, contudo, que não é a situação adversa sozinha que vai levar a criança a um apego inseguro, pois fatores de proteção como características pessoais da criança, coesão familiar e redes de apoio social e afetivo podem favorecer o desenvolvimento de um apego seguro bem como de competências sociais, promovendo resiliência (Santos, 2008).

Além disso, Prust e Gomide (2007) defendem que há correlação entre baixa escolaridade e o desenvolvimento de condutas anti-sociais, o que pode ser semelhantemente pensado no que se refere ao desenvolvimento do raciocínio moral, tendo em vista diferenças instrucionais e educacionais na maior parte das escolas públicas do contexto estudado (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

O nível de escolaridade dos pais também pode explicar as diferenças apresentadas nos resultados acerca dos estágios de raciocínio moral e do apego. Pois, como observado, em escolas públicas os adolescentes tinham pais com menor instrução, o que faz com que o nível de informação das pessoas seja mais baixo, interferindo na educação e criação das crianças e levando a maiores prejuízos no relacionamento dos pais com a criança (ver Farinatti, Biazus & Leite, 1993).

Isso explica também o resultado encontrado quanto ao segundo objetivo deste estudo, o de verificar se havia diferença significativa quanto ao apego inseguro nos adolescentes de escolas públicas e particulares, apontando para maior insegurança nos jovens de escolas públicas. Pois, situações sócio-economicamente adversas, assim como baixa instrução dos pais, são consideradas como fatores de risco favorecendo interações familiares conflituosas; ambiente este não propício ao

estabelecimento de segurança quanto aos cuidados e apoio afetivo paternos na infância e nem de relações parentais positivas na adolescência (Cecconello, Krum & Koller, 2000).

De acordo com a revisão apresentada na primeira parte desta tese (*marco teórico*) esperava-se que estilos de apego inseguros como o são a ansiedade e o evitamento apresentassem correlação negativa e significativa com o raciocínio moral dos participantes. Os resultados foram consistentes com o esperado teoricamente, embora com magnitude baixa. No entanto, antes de comentar o modelo, é imprescindível comentar as hipóteses confirmadas, já que tanto a ansiedade como o evitamento apresentaram correlação negativa e estatisticamente significativa com o raciocínio moral de forma que a estágios mais elaborados desse tipo de pensamento correspondiam a menores pontuações em ansiedade e evitamento (componentes do apego inseguro ambivalente e do apego inseguro evitante).

Este estudo corrobora estudos prévios, pois é esperado que indivíduos com padrão vincular inseguro apresentem maiores dificuldades de desenvolvimento sócio-cognitivo (Andersson, 2005; Bowlby, 1989; Cleg & Sheard, 2002; Feeney, 2006). Ademais, como comentado no capítulo 3 desta tese, Palmer e Hollin (2001) argumentam que o vínculo estabelecido com os pais e o tipo de padrão vincular dos jovens tem sua contribuição na explicação da moralidade e, por conseguinte, na prevenção de níveis elevados de delinquência (ver também Noe, 2008).

Embora os resultados da presente pesquisa sejam expressamente correlacionais, não se podendo tratar as variáveis como causadoras umas das outras a partir deles, é bastante proveitoso considerar a variável apego no conjunto de explicações para os níveis de raciocínio moral, tendo em vista que, mesmo em

uma amostra com pouca variação de estágios de raciocínio moral (adolescentes apenas), há uma relação estatisticamente significativa e negativa entre apego inseguro e raciocínio moral, embora de baixa magnitude.

Não obstante, a ansiedade e o evitamento sozinhos não conseguem explicar o raciocínio moral, como pôde se observar na testagem do modelo de explicação desta pesquisa. Portanto, sugere-se contar com estas variáveis (ansiedade e evitamento) no estudo da moralidade, todavia envolvidas em uma perspectiva integradora e sistêmica de análise do raciocínio moral em pesquisas posteriores (Pontes, Silva, Garotti & Magalhães, 2007).

V – DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES

Esta tese é a primeira tentativa no Brasil a verificar a contribuição dos principais elementos da teoria do apego na explicação do raciocínio moral de adolescentes, providenciando apoio empírico importante para um tema de relevância no âmbito psicologia do desenvolvimento moral.

Tanto o apego como o raciocínio moral são construtos complexos, cujos antecedentes podem incluir variáveis de natureza individual, cultural, social, econômica, escolar e familiar. Por este motivo, apreendê-las em sua totalidade, considerando todos estes fatores, é inviável, pois há dimensões que fogem ao alcance do escopo desta tese e mesmo da capacidade de algum pesquisador individualmente. Portanto, os três estudos desta tese devem ser compreendidos como um esforço preliminar que considera algumas das variáveis que, na revisão da literatura, apareceram como relevantes (apego seguro e inseguro, nível de escolaridade dos pais).

Sabe-se que pesquisas nesta área necessitam partir de abordagens que contemplem maior número de variáveis envolvidas possível, como sugerido por Bretherton (1992), mas um avanço dessa natureza não pode ser negligente com o desenvolvimento metodológico e comprovação empírica necessários ao estudo dos fenômenos psicológicos. Um exemplo da contribuição de diferentes olhares nos fenômenos psicológicos está no fato de que a teoria de Bowlby não teria sua influência atual na psicologia clínica e do desenvolvimento se não tivessem sido realizados os experimentos de Ainsworth.

Como destacado anteriormente, a relação entre apego e moral não é apenas produto da história individual, mas também construída pelas experiências das pessoas, nas diversas etapas da vida, em seus grupos de pertença, como a escola, o trabalho, a família estendida, entre outros. Portanto, sugere-se que a tarefa posta para a teoria do apego esteja em sua compreensão sistêmica sem perder os fundamentos evolucionistas que lhe dão sentido, de maneira que este é o grande desafio das pesquisas sobre o apego.

Não obstante, a teoria do apego de Bowlby e Ainsworth tem recebido algumas críticas, dentre elas o fato de ser considerada incompatível com pesquisas transculturais devido à variação cultural nas práticas de cuidado e na figura do cuidador primário. Outra crítica tem sido a ligação da teoria com a abordagem etológica e evolucionária, devido à idéia de que as práticas dos pais e as habilidades sociais das crianças são biologicamente baseadas e realizadas de forma prototípica. De fato, para a teoria do apego, não só os comportamentos de apego das crianças, mas também os comportamentos interativos de resposta daqueles que cuidam delas têm a função biológica de garantir o cuidado e a proteção das crianças.

Mas, esta crítica não é compartilhada por muitos autores, inclusive aqueles contrários à aplicação dos princípios considerados universais da teoria do apego em diferentes culturas. A discussão mais adequada neste ponto seria sobre quais comportamentos sensitivos poderiam ser considerados universais e, portanto, determinados biologicamente, e quais os que dependeriam de influências da cultura. Ou seja, como o comportamento biologicamente programado pode ser expresso de formas diferentes de acordo com a cultura.

Negligenciam-se, muitas vezes, as pesquisas que evidenciam a universalidade do apego de base segura e que isso não exclui a existência de diferenças dentro e entre culturas, pois há relatos de comportamentos de apego seguro em diferentes culturas, inclusive não ocidentais e não industrializadas (por exemplo, China, Colômbia, Alemanha, Israel, Noruega e Estados Unidos) (Ribas & Moura, 2004).

Tanto a teoria do apego como as evolucionárias e as evidências empíricas sugerem que todas as crianças têm o potencial para desenvolver relacionamentos de base segura com um ou poucos cuidadores primários e que a cultura e a família dão forma a como os cuidadores e as crianças se comunicam e usam a base segura em seus relacionamentos. Assim, uma teoria geral do apego sensível às diversidades culturais deve ser criada, mas não apenas propor uma variedade de mini-teorias para todas as possíveis variações, portanto é preciso passar por uma validação transcultural destes construtos.

A seguir são tratadas críticas a respeito desta tese, assinalando alguns pontos que podem evidenciar sua limitação. Porém, destacam-se igualmente contribuições no âmbito teórico e prático em se empreender um esforço por sugerir potenciais aplicabilidades dos resultados. Ao final, oferecem-se algumas direções que podem orientar pesquisadores interessados na temática do desenvolvimento sócio-cognitivo como tem sido aqui proposto e estudado.

Algumas limitações são encontradas na presente pesquisa, por exemplo, amostra por conveniência, não-probabilística (comprometendo a generalização dos resultados) e a composição amostral de mesma faixa etária (o que compromete a representatividade dos estágios de raciocínio moral para estudo de comparação), a

restrição da mensuração das variáveis a um único momento da vida dos participantes, a ausência de medida que contemple mais amplamente todos os estilos de apego propostos na literatura e ausência de medida da moralidade com questões mais próximas do contexto brasileiro.

Não obstante são limitações que estão longe de invalidar as conclusões e resultados observados com a realização desta pesquisa. Pois, no conjunto, os resultados desta tese são em sua maioria coerentes com os descritos no âmbito de pesquisas realizadas inclusive em culturas diferentes da brasileira. Este aspecto faz pensar na pertinência desta pesquisa, que se por um lado apresenta os vieses comentados, por outro apresenta consonância com a literatura.

Diante do exposto, os resultados encontrados nesta tese podem servir à aplicação em áreas de atuação da psicologia, por exemplo, psicologia da família, desenvolvimento cognitivo-social, relações interpessoais, psicopatologia e especialmente no que se refere a medidas preventivas no âmbito do desenvolvimento moral e das condutas antisociais.

A esse respeito Catalano e Hawkins (1996), citados em Santos (2008), acrescentam que para a promoção de programas de prevenção, cada uma das variáveis (família, amigos e escola) deve ser considerada. E mais que isso, considerado o status da influência do apego nestas variáveis, discutido na literatura psicológica, cabe propor medidas de prevenção que visem estimular relacionamentos mais fortemente baseados na segurança e confiança em si e em aspectos positivos da vida, tanto no âmbito familiar, como escolar e social.

Sabe-se que é na família que se encontra um ambiente privilegiado em que valores, normas, regras e conceitos morais vão ser desenvolvidos na interação do

indivíduo com seus pais, irmãos e parentes, nesse sentido, tentativas e empreendimentos que visem tanto a pesquisa quanto a intervenção psicológicas relativas aos aspectos envolvidos no processo de socialização na família e desenvolvimento moral são fundamentais.

Sugere-se com o presente estudo que se considere o apego na pesquisa sobre o desenvolvimento da moralidade, inclusive sob o olhar de diferentes perspectivas existentes na psicologia. Além disso, pesquisas futuras são necessárias para testar a associação encontrada nesta tese em diferentes fases do desenvolvimento, com diferentes medidas e perspectivas, buscando sanar senão todas, pelo menos parte das limitações desta tese.

Outra sugestão é que sejam realizados estudos longitudinais, seja na perspectiva experimental ou mesmo correlacional. Desta forma, a concepção de que a forma como se estabelecem os padrões de relacionamento e ligação afetivo-emocional influencia o desenvolvimento de aspectos cruciais da vida humana como é o caso da moralidade, leva inclusive a pensar na consideração do apego em variáveis como o bem-estar subjetivo, os valores humanos, a escolha vocacional, o ajustamento escolar, as desordens psicopatológicas (Zhou, Eisenberg, Wang & Reiser, 2004), dentre outras variáveis que poderão ser objeto de estudo a posteriori.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C. N. de (2005). *Teoria do apego. Fundamentos, pesquisas e implicações clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Agerstrom, J., Moller, K., & Archer, T. (2006). Moral reasoning: The influence of affective personality, dilemma content and gender. *Social Behavior and Personality*, 34, 1259-1276.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment. A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ Erlbaum.
- Allen, J. P. & Land, D. (1999). Attachment in adolescents. Em: Cassidy, J. & Shaver, P. *Handbook of Attachment* (319-335). London: The Guilford Press.
- Allen, J. P., Hauser, S. T., Bell, K. L. & O'Connor, T. G. (1994). Longitudinal assessment of autonomy and relatedness in adolescent-family interactions as predictors of adolescent ego development and self-esteem. *Child Development*, 65, 179-194.
- Allen, J. P., Hauser, S. T. & Borman-Spurrell, E. (1996). Attachment theory as a framework for understanding sequelae of severe adolescent psychopathology: an 11-year follow-up study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64 (2), 254-263.
- Alonso-Arbiol, I., Balluerka, N., & Shaver, P.R. (2007). A Spanish version of the Experiences in Close Relationships (ECR) adult attachment questionnaire. *Personal Relationships*, 14, 45–63.

- Alonso-Arbiol, I., Balluerka, N., Shaver, P. R. & Gillath O. (2008). Psychometric Properties of the Spanish and American Versions of the ECR Adult Attachment Questionnaire A Comparative Study. *European Journal of Psychological Assessment*, 24(1), 9-13.
- Alonso-Arbiol, I., Shaver, P.R., & Yáñez, S. (2002). Insecure attachment, gender roles, and interpersonal dependency in the Basque Country. *Personal Relationships*, 9, 479–490.
- Andersson, G. (2005). Family relations, adjustment and well-being in a longitudinal study of children in care. *Child and Family Social Work*, 10, 43-56.
- Araújo, V. (2000). Cognição, afetividade e moralidade. *Educação e Pesquisa*, 26, 137-153.
- Arrindell, W. A., Emmelkamp, P. M. G., Brilma, E. & Monsma, A. (1983). Psychometric evaluation of Sn inventory of parental rearing practices. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 67, 163-177.
- Arrindell, W. A., Gerlsma, C., Vandereycken, W., Hageman, W. J. J. M. & Daeseleire, T. (1998). Convergent validity of the dimensions underlying the parental bonding instrument (PBI) and the Embu. *Personality and Individual Differences*, 24, 341- 350.
- Ávila, A. (2007). *Para conhecer a psicologia da religião*. São Paulo: Edições Loyola.
- Bäckström, M. & Holmes, B. M. (2001) Measuring adult attachment: A construct validation of two self-report instruments. *Scandinavian Journal of Psychology*, 42, 79-86.
- Bandura, A. (1969). Social learning of moral judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 11, 275-279.

- Bartholomew, K. & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: a tests of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Bebetti, S. P. da C. & Balbinotti, M. A. A. (2003). Elaboração e estudo de propriedades psicométricas do Inventário de Práticas Parentais. *Psico-USF*, 8 (2), 103-114.
- Biaggio, A. M. (1976). A developmental study of moral judgment of Brazilian children. *Interamerican Journal of Psychology*, 10, 71-78.
- Biaggio, A. (1999). Universalismo versus relativismo no julgamento moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 5-20.
- Biaggio, A. & Barreto, M. (1991). Adaptação brasileira de uma medida objetiva de julgamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 43, 107-119.
- Biaggio, A., Vikan, A., & Camino, C. (2005). Orientação social, papel sexual e julgamento moral: Uma comparação entre duas amostras brasileiras e uma norueguesa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 1-6.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bowlby, J. (1958). The nature of a child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-analysis*, 39, 350-373.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (1984/2002). *Apego: a natureza do vínculo*. (Tradução Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes. Volume 1.

- Bowlby, J. (1984/2004). *Apego e perda: separação: angústia e raiva*. (Tradução Leonidas Hegenberg, Octanny S. da Mota, Mauro Hegenberg). São Paulo: Martins Fontes. Volume 2.
- Bowlby, J. (1982/2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bravo, L. G. & Tapia, L. M. (2006). Relación entre autoestima, depresión y apego en adolescentes urbanos de la comuna de Concepción, Chile. *Terapia Psicológica*, 24 (1), 5-14.
- Brennan, K. A., Clark, C. & Shaver, P. R. (1998). Self-report measurement of adult-attachment: An integrative overview. Em J. A. Simpson & W. S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships*. (pp. 46-76). New York: Guilford Press.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.
- Camino, C. & Luna, V. (1989). Reformulações e adaptação do Defining Issues Test (DIT). Trabalho apresentado no XXII congresso Interamericano de psicologia, Buenos Aires, Argentina.
- Camino, C., Ribeiro, J., Moraes, R. & Maia, L. (1999). Prescriptividad, escolaridad y sexo em el razonamiento de acciones oportunistas. Trabalho apresentado no 29º Simpósio Anual da Jean piaget Society, México.
- Camino, C., Camino. L. & Moraes, R. (2003). Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 41-61.

- Carmines, E. G. & McIver, J. D. (1981). Analyzing models with unobserved variables: Analysis of covariance structures. Em G. W. Bohinstdt & E. F. Borgatta (Orgs.), *Social measurement: Current issues* (pp. 65-115). Beverly Hills: Sage.
- Carvalho, M., Soares, I., & Baptista, A. (2009). The inventory of attachment in childhood and adolescence: Development and psychometric properties. *Submetido*.
- Cecconello, A. M., Krum, F. M. B. & Koller, S. H. (2000). Indicadores de Risco e Proteção no Relacionamento Mãe-Criança e Representação Mental da Relação de Apego. *Psico*, 32 (2), 81-122.
- Clegg, J. & Sheard, C. (2002). Challenging behavior and insecure attachment. *Journal of Intellectual Disability Research*, 46 (6), 503-506.
- Colby, A. & Kohlberg, L. (1987). *The measurement of moral judgment: Theoretical foundations and research validation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collins, N. L. & Read, S. J. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644-663.
- Comte-Sponville, A. (2000). *Pequeno tratado de grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cox, B. J., Enns, M. W. & Clara, I. P. (2000). The parental bonding instrument: confirmatory evidence for a three-factor model in a psychiatric clinical sample and in the National Comorbidity Survey. *Soc Psychiatry Epidemiol*, 35, 353-357.

- Dalbem, J. X.; Dell'Aglío, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57, 1, 12-24.
- Dewitte, M., Houwer, J. de & Buysse, A. (2008). On the role of the implicit self-concept in adult attachment. *European Journal of Psychological Assessment*, 24 (4), 282-289.
- Edwards, C. (1987). Culture and the construction of moral values: A comparative ethnography of moral encounters in two cultural settings. Em J. Kagan & S. Lamb (Eds.), *The emergence of morality in young children* (pp. 123-151). Chicago: University of Chicago Press.
- Elden, R. D. & Leonard, K. (2000). Paternal alcoholism, parental psychopathology and aggravation with infants. *Journal of Substance Abuse*, 11 (1), 17-29.
- Espinosa, P. (2000). *Razonamiento moral y conducta social en el menor*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências da Educação, Departamento de Psicologia, Universidade de Coruña, Espanha.
- Farinatti, F., Biazus, D. & Leite, M. B. (1993). *Pediatria social. A criança maltratada*. Rio de Janeiro: Medsi.
- Fraley, R.C., Waller, N.G., & Brennan, K.A. (2000). An item-response theory analysis of self-report measures of adult attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 350– 365.
- Feeney, J. A. (2006). Parental attachment and conflict behavior: Implications for offspring's attachment, loneliness, and relationship satisfaction. *Personal Relationships*, 13, 19-36.
- Freud, S. (1856/1939). *The ego and the id, and other works*. London: Hogarth Press.

- Galotti, K. M. (1989). Approaches to study formal and everyday reasoning. *Psychological Bulletin*, 105, 331-351.
- George, C. & Solomon, J. (1989). Internal working models of parenting and security of attachment at age six. *Infant Mental Health Journal*, 10, 222-237.
- Gert, B. (2005). The definition of morality. Em E. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Retrieved on 15th January 2007 from <http://plato.stanford.edu/archives/fall2005/entries/moralitydefinition/>.
- Gibbs, J. & Widaman, K. (1982). *Social intelligence: Measuring the development of sociomoral reflection*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Gibbs, J., Arnold, K., Morgan, R., Schwartz, E., Cavaghan, M. & Tappan, M. (1984). Construction and validation of a multiple-choice measure of moral reasoning. *Child Development*, 55, 527-533.
- Gibbs, J. & Basinger, K. S. & Fuller, D. (1992). *Moral Maturity: Measuring the Development of Sociomoral Reflection*. Erlbaum: Hillsdale, NJ.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Griffin, D. W. & Bartholomew, K. (1994). The metaphysics of measurement: The case of adult attachment. *Advances in Personal Relationships*, 5, 17-52.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108, 814-834.
- Haidt, J., Koller, S. & Dias, M. (1993). Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog? *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 613-628.

- Hare, R. (2006). Religion and morality. Em E. Zalta (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retrieved in June 07th 2008, from <http://plato.stanford.edu/entries/religion-morality/>.
- Harlow, H. F. (1961). The development of affectional patterns in infant monkeys. Em: *Determinants of infant behavior*, vol 1, B. M. Foss. Londres: Methuen; Nova York: Wiley.
- Haskuka, M., Sunar, D. & Alp, I. E. (2009). War exposure, attachment style, and moral reasoning. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 39 (4), 381-401.
- Hauk, S., Schestatsky, S., Terra, L., Knijnik, L., Sanchez, P. & Ceitlin, L. H. F. (2006) Adaptação transcultural para o português brasileiro do Parental Bonding Instrument (PBI). *Revista de psiquiatria do Rio Grande do sul*, 28, 162-168.
- Hazan, C., & Shaver, P.R. (1987). Conceptualizing romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511–524.
- Henderson, A. J. Z., Bartholomew, K. & Dutton, D. G. (1997). He loves me; He loves me not: attachment and separation resolution of abused women. *Journal of Family Violence*, 12, 169-191.
- Henderson, A. J. Z., Bartholomew, K., Trinke, S. J. & Kwong, M. J. (2005). When loving means hurting: an exploration of attachment and intimate abuse in a community sample. *Journal of Family Violence*, 20 (4), 219-230.
- Hesse, E. (1999). The adult attachment interview: Historical and current perspectives. Em: J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp.395-433). New York: Guilford.

- Hu, L. T. & Bentler, P. M. (1999). Cutoff Criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6, 1-55.
- Hume, D. (1734/1985). *A treatise of human nature*. Harmondworth: Penguin.
- Karavasilis, L., Doyle, A.B., & Markiewicz, D. (2003). Associations between parenting style and attachment to mother in middle childhood and adolescence. *International Journal of Behavioral Development*. 27, 153-164.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: The cognitive-developmental approach. Em T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 31-53). New York: Holt, Rinehart, Winston.
- Kohlberg, L. (1981). *The philosophy of moral development: Essays on moral development* (Vol. I). San Francisco: Harper and Row.
- Kohlberg, L. (1992). *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao: Descleé de Brouwer.
- Koller, S. H. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia*, 2, 223-262.
- Leitão, H. (1995). *Gender differences in children's moral concern for other: An empirical Kleinian investigation*. Thesis, PhD in Social Psychology, University of Kent at Canterbury.
- Lima, A. (2004). De Piaget a Gilligan: Retrospectiva do desenvolvimento moral em Psicologia. Um caminho para o estudo das virtudes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 24 (3), 12-23.

- Lovejoy, M. C., Weis, R., O'Hare, E. & Rubin, E. (1999). Development and initial validation of the parent behavior inventory. *Psychological Assessment*, 11(4), 534-545.
- Maeda, Y., Thoma, S., & Bebeau, M. (2009). Understanding the relationship between moral judgment development and individual characteristics: The role of educational contexts. *Journal of Educational Psychology*, 101, 233-247.
- Maia, L. (2000). *Prioridades valorativas e desenvolvimento moral: Considerações acerca de uma teoria dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Maio, G. & Olson, J. (1998). Values as truisms: Evidence and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 294-311.
- Mayseless, O., Scharf, M. (2007). Adolescents' attachment representations and their capacity for intimacy in close relationships. *Journal of Research on Adolescence*, 17, 23-50.
- Marsh, H. W., Hau, K. T. & Wen, Z. (2004). In search of golden rules: Comment on hypothesis-testing approaches to setting cutoff values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural Equation Modeling*, 11, 320-341.
- Melis, F., Dávila, M. de los A., Ormeño, V., Vera, V., Greppi, C., Gloger, S. (2001). Estandarización del P.B.I. (Parental Bonding Instrument), versión adaptada a la población entre 16 y 64 años del Gran Santiago. *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 39, 132-139.

- Méndez, L. & Gonzáles, L. (2002). Descripción de los patrones de apego em menores institucionalizados com problemas conductuales. *Revista de Psicología de La Universidad de Chile*, 11, 75-92.
- Miller, J. (2001). Culture and moral development. Em D. Matsumoto (Ed.) *The handbook of culture and psychology* (pp. 151-170). New York: Oxford University Press.
- Monteiro, J., Santo, F., & Bonacina, F. (2005). Valores, ética e julgamento moral: Um estudo exploratório em empresas familiares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 237-246.
- Munson, J. A., McMahon, R. J. & Spieker, S. J. (2001). Structure and variability in the developmental trajectory of children's externalizing problems: Impact of infant attachment, maternal depressive symptomatology, and child sex. *Developmental Psychopathology*, 13, 277-296.
- Myers, L. B. (1999). Are Diferent Measures of Parenting Comparable? *The Journal os Genetic Psychology*, 160(2), 255-256.
- Noe, S. (2008). *History of parenting as predictor of delinquency, moral reasoning and substance abuse in homeless adolescents*. Thesis. The Ohio State University. Ohio, Columbus.
- Noftle, E.E., & Shaver, P.R. (2006). Attachment dimensions and the big five personality traits: Associations and comparative ability to predict relationship quality. *Journal of Research in Personality*, 40, 179–208.
- Nunes, A. B. & Branco, A. U. (2007). Desenvolvimento moral: novas Perspectivas de análise. *Psicologia Argumento*, 25, 51, 413-424.

- Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (2001). Sociomoral reasoning, perceptions of parenting and self-reported delinquency in adolescents. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 85-100.
- Paolicchi, P. (2007). The institutions inside: Self, morality, and culture. Em J. Valsiner & A. Rosa (Eds.). *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 560-575). Cambridge: Cambridge University Press.
- Paone, T., Packman, J., Maddux, C., & Rothman, T. (2008). A school-based group activity therapy intervention with at-risk high school students as it relates to their moral reasoning. *International Journal of Play Therapy*, 17, 122-137.
- Parker, G. Tupling, H. & Brown, L. B. (1979). Parental bonding instrument. *Br J Med Psychol*, 52, 1-10.
- Pasquali, L. (2004). *Psicometria. Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Pasquali, L. & Andrade, M. A. C. de (1986). Percepção dos pais e comportamento associal em jovens. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2 (3), 265-275.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. Harmondsworth: Penguin.
- Platão. (Séc. 4 a.C./ 1984). *The dialogues of Plato*. New Haven; London: Yale University Press.
- Pontes, F. A. R., Silva, S. S. da C., Garotti, M. & Magalhães, C. M. C. (2007). Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Aletheia*, 26, 67-79.
- Pratt, M. W., Arnold, M. L., Pratt, A. T. & Diessner, R. (1999). Predicting adolescent moral reasoning from family climate: A longitudinal study. *Journal of Early Adolescence*, 19 (2), 148-175.

- Prust, L. & Gomide, P. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 24 (1), 53-60.
- Ramires, V. R. R. (2003). Cognição Social e Teoria do Apego: Possíveis Articulações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (2), 403-410.
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8, 25-36.
- Reis, S. & Grenyer, B. (2002). Pathways to analytic and introjective depression. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 75, 445-459.
- Rest, J. (1979). *Development in judging moral issues*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Ribas, A. F. P. & Moura, M. L. S. de (2004). Responsividade materna e teoria do apego: Uma discussão crítica do papel de estudos transculturais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 315-322.
- Sabatier, C. & Lannegrand-Willems, L. (2005). Transmission of family values and attachment: a french three-generation study. *Applied Psychology: An International Review*, 54 (3), 378-395.
- Sampaio, I.T.A. (2007a). Práticas educativas parentais, gênero e ordem de nascimento dos filhos: atualização. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 17, 144-152.
- Sampaio, L. (2007b). A psicologia e a educação moral. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, 584-595.

- Santos, W. S. dos (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do compromisso convencional e afiliação social*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Schonert-Reichl, K. (1999). Relations of peer acceptance, friendship adjustment, and social behavior to moral reasoning during early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 19, 249-279.
- Schreiber, R. & Lyddon, W. J. (1998). Parental bonding and current psychological functioning among childhood sexual abuse survivors. *Journal of Counseling Psychology*, 45, 358-362.
- Scott Brown, L. & Wright, J. (2003). The relationship between attachment strategies and psychopathology in adolescence. *Psychology and Psychotherapy: Theory, research and practice*, 76, 351-367.
- Shweder, R. (2003). *Why do men barbecue? Recipes for cultural psychology*. Cambridge: Harvard University Press.
- Shweder, R., Much, N., Mahapatra, M., & Park, L. (1997). The “big three” of morality (autonomy, community, divinity) and the “big three” explanations of suffering. Em A. Brandt & P. Rozin (Eds.), *Morality and Health* (pp. 119-169). London: Routledge.
- Skinner, B. F. (1974/1996) *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- Smetana, J. G. (1999). The role of parents in moral development? A social domain analysis. *Journal of Moral Education*, 28 (3), 311-321.
- Snarey, J. (1985). Cross-cultural universality of social-moral development: A critical review of Kohlbergian research. *Psychological Bulletin*, 97, 202-232.

- Souza, L. & Vasconcelos, M. (2003). Modelos organizadores do pensamento: Uma perspectiva de pesquisa sobre o raciocínio moral com adolescentes autores de infração. *Psicologia em Estudo*, 8, 47-59.
- Speicher, B. (1992). Adolescent moral judgment and perceptions of family interaction. *Journal of Family Psychology*, 6 (2), 128-138.
- Sunar, D. (2002). The psychology of morality. Em W. Lonner, D. Dinner, S. Hayes & D. Sattler (Eds.), *Online Readings in Psychology and Culture* (Vol. 2, Chapter 11). Bellingham: Retrieved 20th June 2005, from <http://www.ac.wvu.edu/~culture/readings.htm>.
- Thompson, R. (1999). Early attachment and later development. Em: Cassidy, J. & Shaver, P. *Handbook of Attachment* (256-286). London: The Guilford Press.
- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. Needham Heights: Allyn & Bacon.
- Taylor, J. H. & Walker, L. J. (1997). Moral climate and the development of moral reasoning: The effects of dyadic discussions between young offenders. *Journal of Moral Education*, 26, 21-43.
- Toni, P. M. de, Salvo, C. G., de, Marins, M. C. & Weber, L. N. D. (2004). Etologia humana: o exemplo do apego. *Psico-USF*: 1, 99-104.
- Tsagarakis, M., Kafetsios, K., Stalikas, A. (2007). Reliability and validity of the Greek version of the Revised Experiences in Close Relationships Measure of Adult Attachment. *European Journal of Psychological Assessment*, 23, 47-55.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Van Ijzendoorn, M. & Zwart-Woudstra, H. (1995). Adolescents' attachment representations and moral reasoning. *The Journal of Genetic Psychology*, 156, 359-372.
- Walker, L. (2004). Progress and prospects in the Psychology of moral development. *Merrill-Palmer Quaterly*, 50 (4), 546-557.
- Walker, L. & Taylor, J. (1991). Stage transitions in moral reasoning: A longitudinal study of developmental processes. *Developmental Psychology*, 27, 330-337.
- Walkert, L., Gustafson, P., & Hennig, K. (2001). The consolidation/transition model in moral reasoning development. *Developmental Psychology*, 37, 187-197.
- Walker, L. J., Henning, K. H. & Krettenauer, T. (2000). Parent and peer contexts for children's moral reasoning development. *Child Development*, 71, 1033-1048.
- Weber, L. N. D. (2004). A evolução das relações parentais; uma abordagem etológica. *Psicologia Argumento*, 22 (38), 19-26.
- Weiss, R. (1991). The attachment bond in childhood and adulthood. Em: C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.). *Attachment across the life cycle* (pp. 66-76).
- Wright, D. (1971). *The psychology of moral behaviour*. Middlesex: Penguin Books.
- Zhou, Q., Eisenberg, N., Wang, Y. & Reiser, M. (2004). Chinese children's effortful control and dispositional anger/frustration: relations to parenting styles and children's social functioning. *Developmental Psychology*, 40 (3), 352-366.

Anexos

Anexo I: SROM – Medida Objetiva de Raciocínio Moral

Anexo II: IVIA – Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência

Anexo III: ERA – Escala de Relações de Amizade

Anexo IV: PBI – Escala de Vinculação Parental

Anexo V: Informações sócio-demográficas

Anexo VI: Autorização das escolas

Anexo VII: Termo de consentimento livre e esclarecido

Anexo VIII: Folha de Resultados SROM

ANEXO I

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 8º Andar.
Pós-graduação em Psicologia Cognitiva/Doutorado
Recife 50670-901 PE Brasil
Fone/fax: [55-81] 2126 8270

Responsáveis pela pesquisa:

Prof. Dr. Antonio Roazzi
E-mail: roazzi@gmail.com

Profª Estefânea Élide da Silva Gusmão
E-mail: estefanea@gmail.com
Fones: (83) 87237844

QUESTIONÁRIO DE REFLEXÃO SOCIAL

INSTRUÇÕES: Neste conjunto há dois problemas sociais com questões para você responder. Nós estamos fazendo essas perguntas, não só para saber suas opiniões a respeito de que soluções você daria a estes problemas, mas também para entender por que você tem essas opiniões. Por favor, responda a todas as perguntas.

Problema 1

Na Europa, uma mulher estava quase à morte, com um tipo de câncer. Havia um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-la. Era uma forma de radium que um farmacêutico na mesma cidade tinha descoberto recentemente. O remédio era caro para se fazer, e o farmacêutico estava cobrando dez vezes mais do que o remédio lhe custava para fazer.

O marido da mulher doente, João, foi a todo mundo que ele conhecia para pedir dinheiro emprestado, mas só conseguiu aproximadamente a metade do que o farmacêutico pedia. Ele disse ao farmacêutico que sua mulher estava morrendo e pediu a ele para vender o remédio mais barato ou deixá-lo pagar depois. Mas o farmacêutico disse: “Não, eu descobri o remédio e vou ganhar dinheiro com isto”. Então, a única maneira para João conseguir o remédio seria entrar na farmácia e roubá-lo.

João se defronta com um problema. Ele deveria ajudar sua mulher e salvar sua vida. Mas, por outro lado, a única maneira que ele tem para obter o remédio que precisa seria violando a lei, roubando o remédio.

1a. Até que ponto é importante um marido roubar para salvar sua mulher, mesmo se ele não estiver certo de que isto é a melhor coisa a fazer?

Muito importante Importante Não é importante

1b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante que um marido faça isso. Que razão você daria? Assinale dentre as alternativas abaixo a que estiver mais próxima da razão que você daria.

- a. Porque é a mulher dele, e ela disse a ele para fazer isso, então ele deve fazer o que ela diz.
- b. Porque ele se casou com ela e se ele não quer ajudá-la, para que se casou com ela, afinal de contas?
- c. Porque eles podem ter construído juntos um profundo comprometimento mútuo.
- d. Porque se espera que um marido ajude sua mulher na doença e na saúde.
- e. Porque ele não pode reconhecê-la sem aceitação.
- f. Porque ele aceitou uma responsabilidade como seu marido.

2. E se a pessoa que está à morte não for a esposa de João, porém uma pessoa amiga (que não tem outra pessoa que a ajude)? Deveria João:

Roubar Não roubar Não sei ao certo

2a. Qual a importância de se fazer tudo que se pode, até violar a lei, para salvar a vida de um amigo?

Muito importante Importante Não é importante

2b. Assinale a razão que estiver mais próxima da razão que você daria, pela qual é importante fazer isso.

- a. Porque seu amigo pode ter feito coisas para você, então você deve fazer um favor ao amigo, se você quer que seu amigo o ajude no futuro
- b. Porque uma amizade deve basear-se no respeito mútuo e na cooperação.
- c. Porque é o seu amigo, que poderia ser uma pessoa importante.
- d. Porque você se sente íntimo de seu amigo, e esperaria que seu amigo o ajudasse.
- e. Porque você e seu amigo podem ter estabelecido amizade profunda um com o outro
- f. Porque o primeiro requisito da afiliação é uma relação.

3. E se fosse para um estranho? Qual seria a importância de se fazer tudo o que se pode, até mesmo violar a lei para salvar a vida dele?

Muito importante Importante Não é importante

3a. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante fazer isso, qual a que estaria mais próxima da razão que você daria?

- a. Porque você sempre deve ser bonzinho e simpático.
- b. Porque a vida é a precondição para a existência.
- c. Porque o estranho precisa do remédio, e qualquer pessoa quer viver.
- d. Porque outros direitos ou valores não deveriam ter prioridade sobre o direito de viver.
- e. Porque a vida é sagrada e deveria ser a base para as leis.
- f. Porque a vida é preciosa, e é desumano deixar alguém sofrer.

4. Digamos que você tivesse que dar uma segunda razão pela qual é importante fazer tudo que você pode, mesmo violar a lei, para salvar a vida de um estranho, que razão você daria?

- a. Porque o estranho também teria uma chance de viver e poderia salvar sua vida um dia.
- b. Porque o estranho poderia ser uma pessoa importante, que tem muitas propriedades.
- c. Porque a vida de um estranho não deveria ser julgada como valendo menos do que a vida de qualquer outra pessoa.
- d. Porque o contrato de vida ultrapassa o de morte.
- e. Porque o direito à vida transcende o direito de propriedade.
- f. Porque se fosse você que estivesse morrendo e um estranho não o ajudasse, você se sentiria muito mal.

5. E se o farmacêutico quiser que João pague o que o remédio custa para ser feito e João não puder pagar nem isso? Deveria João:

Roubar Não roubar Não sei ao certo

5a. Até que ponto é importante que as pessoas não roubem as coisas que pertencem aos outros?

Muito importante Importante Não é importante

5b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual você acha que é importante que as pessoas não roubem. Que razão estaria mais próxima da razão que você daria?

- a. Porque roubar é errado, e você vai para a cadeia.
- b. Porque é egoísmo e falta de coração roubar dos outros.
- c. Porque roubar não leva a nada, e você se arrisca muito.
- d. Porque o caráter deve constituir o procedimento legal.
- e. Porque viver em sociedade significa aceitar obrigações e não apenas benefícios.
- f. Porque a aceitação do direito de propriedade é fundamental para qualquer sociedade.

6. Até que ponto é importante as pessoas obedecerem à lei?

Muito importante Importante Não é importante

6a. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante obedecer à lei, qual a razão que está mais próxima da que você daria?

- a. Porque de outra forma todo mundo roubaria de todo mundo e não sobraria nada.
- b. Porque violar a lei criaria uma hierarquia.
- c. Porque a lei está idealmente fundamentada em direitos humanos universais.
- d. Porque a lei é feita para ser respeitada e deve-se sempre obedecê-la.
- e. Porque as leis tornam possível a existência da sociedade e de outra forma o sistema se destruiria.
- f. Porque de outra forma, o mundo ficaria louco e haveria o caos.

7. E se João realmente roubar o remédio? Sua mulher de fato melhora, mas a polícia prende João e o leva a julgamento. Deveria o juiz:

Condenar João à prisão Deixá-lo livre Não sei ao certo

7a. Até que ponto é importante os juízes não serem “durões” com pessoas como João?

Muito importante Importante Não é importante

7b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante que os juízes não sejam “durões” com pessoas como João. Que razão você daria? Assinale a que estiver mais próxima da razão que você daria.

- a. Porque ela é sua mulher, e ela disse a ele para fazer isso, então ele fez.
- b. Porque o juiz deveria entender que o marido agiu por amor, e não por egoísmo, para salvar a vida dela.
- c. Porque em qualquer sociedade, a função principal da lei deveria ser a de preservar a vida humana.
- d. Porque o juiz também teria feito isso, se ele precisasse obter o remédio para impedir sua esposa de morrer.
- e. Porque a justiça deve ser equilibrada com a misericórdia, especialmente quando há uma vida humana envolvida.
- f. Porque o fundamento para a convicção transcende a vida.

8. E se João disser ao juiz que ele apenas fez o que sua consciência mandou? Deveria o juiz:
 Condenar João à prisão Deixá-lo livre Não sei ao certo

8a. Até que ponto é importante os juízes serem tolerantes com pessoas que agiram de acordo com sua consciência?

Muito importante Importante Não é importante

8b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante que os juízes sejam tolerantes com pessoas que agem de acordo com a consciência. Que razão estaria mais próxima da que você daria?

- a. Porque ele não poderia evitar, sua consciência era forte demais.
- b. Porque a consciência é predicada sobre a leniência.
- c. Porque a consciência mandou-o fazer isso, logo ele tinha que fazê-lo.
- d. Porque, nesse caso, a consciência do marido pode estar de acordo com a moralidade comum.
- e. Porque o ato de consciência afirmou um direito fundamental.
- f. Porque de outra forma ele não teria conseguido viver em paz consigo mesmo, sabendo que poderia ter salvo a vida dela e não o fizera.

9. Digamos que, ao contrário, você tivesse que dar uma razão pela qual não é importante que os juízes sejam tolerantes com os que violam a lei por agir de acordo com sua consciência. Que razão você daria para colocar na cadeia esse tipo de pessoa? Assinale a que estiver mais próxima da razão que você daria.

- a. Porque sua consciência é apenas sua mente, portanto você não tem que fazer o que ela diz.
- b. Porque a natureza subjetiva da consciência é uma razão pela qual deve haver leis-padrão.
- c. Porque você deveria saber lidar com sua consciência.
- d. Porque a consciência não está sempre certa, você poderia ter uma mente distorcida.
- e. Porque embora João estivesse certo em afirmar a vida como um direito prioritário, ele deve ainda considerar o ponto de vista dos tribunais.
- f. Porque a consciência não pode ser considerada igual à crença.

10. E se a mulher de João não tivesse câncer? Se ela estivesse apenas um pouco doente e João roubasse o remédio para ajudá-la a melhorar mais rápido. Deveria o juiz:

Condenar João à prisão Deixá-lo livre Não sei ao certo

10a. Até que ponto é importante os juízes enviarem para cadeia pessoas que violam a lei?

Muito importante Importante Não é importante

10b. Digamos que você tivesse uma razão pela qual é importante os juízes enviarem para a cadeia pessoas que violam a lei. Que razão você daria?

- a. Porque se você se arrisca e é apanhado, você vai para a cadeia.
- b. Porque a pessoa deve ter sabido que o que ele fez era errado.
- c. Porque a pessoa deve estar preparada para ser responsável por seus atos.
- d. Porque o caso dessa pessoa é uma susceptibilidade.
- e. Porque se alguém concorda em ter uma lei, deve também concordar que a lei seja cumprida.
- f. Porque a pessoa roubou uma coisa, e roubar é errado.

Problema 2

José é um menino de 14 anos que muito quer ir acampar. Seu pai prometeu que ele poderia ir, se economizasse do dinheiro dele. Então, José trabalhou muito empacotando compras no supermercado e economizando 300 reais, que era mais ou menos o que custaria para ir para o acampamento sobrava um pouquinho. Mas pouco antes do dia do acampamento, seu pai mudou de idéia. Alguns amigos de seu pai resolveram fazer uma pescaria e o pai de José não tinha o dinheiro necessário para ir pescar. Assim, ele disse ao José para lhe dar o dinheiro. José não queria desistir do acampamento, assim ele pensa em recusar o dinheiro a seu pai.

José tem um problema: seu pai prometeu que ele poderia ir ao acampamento se ele ganhasse o dinheiro. Mas, por outro lado, a única maneira de José ir acampar seria desobedecendo a seu pai e não o ajudando. O que José deveria fazer?

Deveria recusar Não deveria recusar Não sei ao certo

Por quê?

Vamos modificar algumas coisas no problema e ver se você ainda tem a opinião que assinalou acima. Além disso, queremos saber algumas coisas que você acha importante neste e em outros problemas, especialmente por que você acha que estas coisas são importantes.

1a. Qual o grau de importância de os pais manterem suas promessas quanto a deixar seus filhos guardarem dinheiro?

Muito importante Importante Não é importante

1b. Digamos que você tivesse uma razão pela qual é importante que OS PAIS façam isto. Que razão que você daria?

- a. Porque os pais nunca deveriam quebrar as promessas.

- b. Porque os pais querem que os filhos cumpram as promessas, então eles também deveriam cumprir.
 - c. Porque os filhos, tanto quanto os pais, são indivíduos com direitos humanos fundamentais.
 - d. Porque se os pais agirem egoisticamente, os filhos poderiam perder a confiança neles.
 - e. Porque os pais que abusam de sua autoridade não merecem o respeito de seus filhos.
 - f. Porque os contratos precisam de promessas entre pais e filhos.
2. E sobre uma promessa feita a um amigo? Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante cumprir uma promessa a um amigo, que razão você daria?
- a. Porque seu amigo pode ter feito favores para você, e você precisa de amigos.
 - b. Porque a sociedade precisa estar baseada na confiança mútua.
 - c. Porque se não fosse assim, aquela pessoa não seria sua amiga de novo.
 - d. Porque a afiliação é a essência da amizade.
 - e. Porque se não fosse assim, vocês perderiam a confiança um no outro.
 - f. Porque cumprir uma promessa sustenta o valor fundamental da outra pessoa.
3. E uma promessa feita a um estranho? Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante cumprir uma promessa a um estranho? Assinale a razão que estiver mais próxima da razão que você daria.
- a. Porque de outra maneira, o estranho descobriria que você é um “enrolador”.
 - b. Porque assim ficaria orgulhoso.
 - c. Porque você pode reencontrar aquela pessoa algum dia.
 - d. Porque é importante pelo bem da sua própria integridade assim como pelo respeito aos outros.
 - e. Porque os pedidos de um estranho são tão importantes como os de qualquer outro indivíduo.
 - f. Porque não há interação sem afiliação.
4. E se o pai de José tivesse prometido que ele poderia ficar com o dinheiro? José deveria:
- Recusar Não recusar Não sei ao certo
- 4a. Qual o grau de importância de os pais deixarem seus filhos ficarem com dinheiro que os próprios filhos ganharam, mesmo se os pais não tivessem prometido que eles poderiam ficar com este dinheiro?
- Muito importante Importante Não é importante
- 4b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante que os pais façam isto. Que razão você daria? Assinale a que estiver mais próxima da razão que você daria.
- a. Porque o filho trabalhou pelo dinheiro, assim, o dinheiro é dele, e ele pode fazer o que quiser com o dinheiro.
 - b. Porque sem, o indivíduo não pode existir compromisso dos pais ou dos filhos.
 - c. Porque depois de tanto sacrifício o filho merece o dinheiro, e tirá-lo seria cruel.
 - d. Porque os direitos morais do filho são iguais aos dos pais.
 - e. Porque se lhe tirarem o dinheiro, o filho pode chorar.

- f. Porque o filho aceitou uma responsabilidade, e tem o direito de uma recompensa justa pelo seu trabalho.
5. Digamos que você tivesse que dar uma segunda razão pela qual é importante que os pais deixem os filhos ficarem com o dinheiro que ganharem, mesmo quando os pais não prometeram que eles poderiam ficar. Qual a segunda razão que você daria?
- a. Porque o filho ficaria triste se lhe tirassem o dinheiro.
 - b. Porque sem dinheiro o filho não pode se divertir.
 - c. Porque os direitos dos filhos são equivalentes às promessas.
 - d. Porque daquela maneira o filho pode atingir um desenvolvimento pessoal como indivíduo.
 - e. Porque daquela maneira o filho pode desenvolver um senso de auto-suficiência e responsabilidade.
 - f. Porque se não fosse assim, o filho poderia se tornar preguiçoso e egoisticamente tirar coisas de outros.
6. E se o pai precisar do dinheiro para pagar a comida da família ao invés de ir a uma pescaria. José deveria:
- Recusar Não recusar Não sei ao certo
- 6a. Qual o grau de importância de os filhos ajudarem seus pais mesmo quando isso significa que os filhos não poderão fazer algo que querem?
- Muito importante Importante Não é importante
- 6b. Digamos que você tivesse que dar uma razão pela qual é importante que os filhos façam isto. Que razão você daria? Assinale a que estiver mais próxima da razão que você daria.
- a. Porque os pais podem ter feito muitos favores a seus filhos e agora precisam que os filhos retribuam um favor.
 - b. Porque algumas vezes um contrato entre indivíduos deve ser quebrado em função do bem comum.
 - c. Porque as relações filiais transcendem a família.
 - d. Porque os filhos deveriam sempre obedecer e ajudar seus pais.
 - e. Porque os filhos deveriam perceber o quanto seus pais se sacrificaram por eles.
 - f. Porque a família deve vir antes dos direitos individuais quando a unidade da família está em jogo.

ANEXO II

Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência

A seguir há um conjunto de afirmações que descrevem características que as pessoas podem apresentar. Leia cada uma delas e assinale com uma cruz o número que melhor descreve você, utilizando a seguinte escala:

1	2	3	4	5
Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Sempre

1.	Preocupo-me se tiver que depender de outras pessoas	1	2	3	4	5
2.	É difícil confiar totalmente nas outras pessoas	1	2	3	4	5
3.	Para mim, é mais importante conseguir coisas que manter relações com os outros.....	1	2	3	4	5
4.	Preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado/a	1	2	3	4	5
5.	Acredito que as outras pessoas gostam de mim e respeitam-me	1	2	3	4	5
6.	Para mim, é difícil depender dos outros	1	2	3	4	5
7.	Gostaria de ser mais próximo/a dos meus amigos	1	2	3	4	5
8.	Gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas	1	2	3	4	5
9.	Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho/a	1	2	3	4	5
10.	É bom estar próximo/a de outras pessoas	1	2	3	4	5
11.	Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceito pelas outras pessoas	1	2	3	4	5
12.	Fico ansioso/a quando alguém se aproxima de mais de mim	1	2	3	4	5
13.	Prefiro não mostrar os meus sentimentos.....	1	2	3	4	5
14.	Sinto-me à vontade se tiver que pedir ajuda aos outros	1	2	3	4	5
15.	As outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda	1	2	3	4	5
16.	Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas	1	2	3	4	5
17.	Sinto que posso contar com os outros quando necessitar	1	2	3	4	5
18.	Preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo	1	2	3	4	5
19.	Para mim, é muito importante sentir-me independente	1	2	3	4	5
20.	As outras pessoas afastam-se de mim porque eu tento estar demasiado próximo/a delas	1	2	3	4	5
21.	Prefiro não depender das outras pessoas	1	2	3	4	5
22.	Quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenho medo que não sintam o mesmo por mim	1	2	3	4	5
23.	Sinto que os meus pais me compreendem	1	2	3	4	5
24.	Prefiro que as outras pessoas não dependam de mim	1	2	3	4	5
25.	Não sei se posso depender de outras pessoas para me ajudarem quando for necessário.....	1	2	3	4	5
26.	Torno-me facilmente dependente das outras pessoas	1	2	3	4	5
27.	Peço conselhos aos outros quando estou preocupado	1	2	3	4	5

28.	Não gosto de contar às outras pessoas o que penso e sinto	1	2	3	4	5
29.	Preocupo-me por poder não impressionar os outros.....	1	2	3	4	5
30.	Acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal	1	2	3	4	5
31.	Respeito os sentimentos das outras pessoas.....	1	2	3	4	5
32.	Posso contar com os meus amigos quando é necessário	1	2	3	4	5
33.	As outras pessoas aceitam-me tal como sou.....	1	2	3	4	5
34.	Não vale a pena expressar os meus sentimentos.....	1	2	3	4	5
35.	Confio nas minhas capacidades.....	1	2	3	4	5
36.	Expresso claramente o que pretendo	1	2	3	4	5
37.	Pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim	1	2	3	4	5

ANEXO III

Questionário ERA

INSTRUÇÕES – No questionário que irá responder são apresentadas algumas afirmações que se referem à maneira como você se sente nas relações com seus amigos.

Leia cada afirmação, e marque com um “x” o número que melhor descreva o quanto você está de acordo ou não está de acordo com tal afirmação. O número “1” indica um completo desacordo, enquanto o número “7” indica um completo acordo.

Por exemplo, considere a afirmação a seguir:

“Considero que o meu amigo/a não me dá bastante atenção”

1	2	3	4	5	6	7
Completa- mente falso	Bastante falso	Um pouco falso	Nem verdadeiro, Nem falso	Um pouco verdadeiro	Bastante verdadeiro	Completa- mente verdadeiro

Se achar esta afirmação completamente falsa marque com um “x” o número 1, se achar bastante falso marque o número 2, e assim por diante.

Ao responder, considere que:

1. Estamos interessados na sua maneira geral de viver os relacionamentos, não somente a respeito do o que está acontecendo em seu relacionamento atual.
2. A palavra “próximo” ou “íntimo” refere-se à proximidade psicológica ou emocional (por exemplo, abrir-se, confiar-se, compartilhar emoções e experiências).
3. A partir da garantia do anonimato das respostas, e assim respeito à privacidade das mesmas, que serão utilizadas somente para fins de pesquisa, recomendamos-lhe a máxima espontaneidade e sinceridade nas respostas.

Use a escala de julgamento abaixo para responder a cada item.

1	2	3	4	5	6	7
Completa- mente falso	Bastante falso	Um pouco falso	Nem verdadeiro, Nem falso	Um pouco verdadeiro	Bastante verdadeiro	Completa- mente verdadeiro

1. Prefiro não mostrar ao amigo/a como me sinto de verdade por dentro
1 2 3 4 5 6 7
2. Tenho medo de ser deixado/a.
1 2 3 4 5 6 7
3. Sinto-me muito à vontade quando me encontro em intimidade com o amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
4. Preocupo-me muito a respeito dos meus relacionamentos sentimentais.
1 2 3 4 5 6 7
5. Logo que o meu amigo/a começa a se tornar mais íntimo, considero melhor afastar-me.
1 2 3 4 5 6 7

6. Tenho medo que o meu amigo/a não me aprecie tanto quanto eu aprecio ele/a.
1 2 3 4 5 6 7
7. Sinto desconforto quando o meu amigo/a quer estabelecer comigo uma profunda intimidade.
1 2 3 4 5 6 7
8. Preocupo-me bastante em perder o meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
9. Tenho dificuldade em me abrir com o amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
10. Com frequência desejo que os sentimentos do meu amigo/a em relação a mim sejam tão fortes quanto os meus em relação a ele/a.
1 2 3 4 5 6 7
11. Gostaria de alcançar uma maior intimidade com o meu amigo/a, mas sempre volto atrás.
1 2 3 4 5 6 7
12. Com frequência gostaria de me fundir completamente com o meu amigo/a, e isto o amedronta e o afasta.
1 2 3 4 5 6 7
13. Fico nervoso quando o meu amigo/a se torna muito íntimo.
1 2 3 4 5 6 7
14. Tenho medo de ficar só.
1 2 3 4 5 6 7
15. Sinto-me confortável em compartilhar com o meu amigo os meus mais íntimos pensamentos e sentimentos.
1 2 3 4 5 6 7
16. Às vezes o meu desejo de estabelecer um relacionamento muito próximo amedronta e afasta as pessoas.
1 2 3 4 5 6 7
17. Procuro evitar alcançar uma intimidade excessiva com o meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
18. Tenho necessidade de ser muito ressegurado/a quanto ao fato de ser querido/a pelo meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
19. Encontro muita facilidade em entrar em intimidade com o meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
20. Às vezes tenho a impressão de forçar o meu amigo/a em demonstrar mais sentimentos e maior dedicação.
1 2 3 4 5 6 7
21. Acho difícil conseguir depender do amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7

22. Não me preocupo freqüentemente de ser deixado/a.
1 2 3 4 5 6 7
23. Prefiro não entrar em excessiva intimidade com o meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
24. Se não consigo obter que o meu amigo/a demonstre interesse por mim, fico perturbado/a e fico com raiva.
1 2 3 4 5 6 7
25. Ao meu amigo/a digo quase tudo.
1 2 3 4 5 6 7
26. Acho que o meu amigo/a não queira estabelecer comigo aquela intimidade que desejaria alcançar.
1 2 3 4 5 6 7
27. Geralmente falo com o meu amigo/a dos meus problemas e das minhas preocupações.
1 2 3 4 5 6 7
28. Quando não mantenho um relacionamento sentimental, sinto-me bastante ansioso/a e inseguro/a.
1 2 3 4 5 6 7
29. Sinto-me confortável em confiar-me ao meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
30. Sinto-me frustrado/a quando o meu amigo/a não está presente da forma que eu gostaria.
1 2 3 4 5 6 7
31. Não me cria problema pedir conforto, conselhos ao meu amigo/a.
1 2 3 4 5 6 7
32. Sinto-me frustrado/a se o meu amigo/a não está disponível quando tenho necessidade dele/a.
1 2 3 4 5 6 7
33. Ajuda-me dirigir-me ao meu amigo/a nos momentos de necessidade.
1 2 3 4 5 6 7
34. Quando o amigo me critica, me incomoda.
1 2 3 4 5 6 7
35. Dirijo-me ao meu amigo/a por muitas coisas, inclusive conforto e resseguro.
1 2 3 4 5 6 7
36. Fico chateado/a quando o meu amigo/a fica longe de mim.
1 2 3 4 5 6 7

ANEXO IV
ESCALA DE VÍNCULO PARENTAL COM O PAI

Este questionário lista várias atitudes e comportamentos dos pais. Conforme você se lembra do seu **Pai** até quando você tinha 16 anos, ou, se você não tem esta idade, até hoje. Coloque o número que melhor representa sua resposta no parêntese ao lado de cada frase, utilizando a escala seguinte:

1=Muito parecido

2=Moderadamente parecido

3=Moderadamente diferente

4=Muito diferente

01. () Falava comigo com uma voz meiga e amigável
02. () Não me ajudava tanto quanto eu necessitava
03. () Deixava-me fazer as coisas que eu gostava de fazer
04. () Parecia emocionalmente frio comigo
05. () Parecia compreender meus problemas e preocupações
06. () Era carinhoso comigo
07. () Gostava que eu tomasse minhas próprias decisões
08. () Não queria que eu crescesse
09. () Tentava controlar todas as coisas que eu fazia
10. () Invadia minha privacidade
11. () Gostava de conversar sobre as coisas comigo
12. () Frequentemente sorria para mim
13. () Tendia a me tratar como bebê
14. () Parecia não entender o que eu necessitava ou queria
15. () Deixava que eu decidisse coisas por mim mesmo
16. () Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)
17. () Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado
18. () Não conversava muito comigo
19. () Tentava me fazer dependente dele
20. () Ele sentia que eu não poderia cuidar de mim mesmo,
a menos que ele estivesse por perto
21. () Dava-me tanta liberdade quanto eu queria

- 22. () Deixava-me sair tão freqüentemente quanto eu queria
- 23. () Era superprotetor comigo
- 24. () Não me elogiava
- 25. () Deixava-me vestir de qualquer jeito que eu desejasse

ESCALA DE VÍNCULO PARENTAL COM A MÃE

Este questionário lista várias atitudes e comportamentos dos pais. Conforme você se lembra da sua **Mãe** até quando você tinha 16 anos, ou, se você não tem esta idade, até hoje. Coloque o número que melhor representa sua resposta no parêntese ao lado de cada frase, utilizando a escala seguinte:

1=Muito parecido

2=Moderadamente parecido

3=Moderadamente diferente

4=Muito diferente

01. ()Falava comigo com uma voz meiga e amigável
02. ()Não me ajudava tanto quanto eu necessitava
03. ()Deixava-me fazer as coisas que eu gostava de fazer
04. ()Parecia emocionalmente fria comigo
05. ()Parecia compreender meus problemas e preocupações
06. ()Era carinhosa comigo
07. ()Gostava que eu tomasse minhas próprias decisões
08. ()Não queria que eu crescesse
09. ()Tentava controlar todas as coisas que eu fazia
10. ()Invadia minha privacidade
11. ()Gostava de conversar sobre as coisas comigo
12. ()Freqüentemente sorria para mim
13. ()Tendia a me tratar como bebê
14. () Parecia não entender o que eu necessitava ou queria
15. () Deixava que eu decidisse coisas por mim mesmo
16. ()Fazia com que eu sentisse que não era querido (a)
17. ()Podia me fazer sentir melhor quando eu estava chateado
18. ()Não conversava muito comigo
19. ()Tentava me fazer dependente dela
20. ()Ela sentia que eu não poderia cuidar de mim mesmo,
a menos que ela estivesse por perto
21. ()Dava-me tanta liberdade quanto eu queria
22. () Deixava-me sair tão freqüentemente quanto eu queria

- 23. ()Era superprotetora comigo
- 24. ()Não me elogiava
- 25. ()Deixava-me vestir de qualquer jeito que eu desejasse

ANEXO V
INFORMAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Por último, com o fim de conhecer mais acerca dos participantes deste estudo, pedimos-lhe que responda às seguintes perguntas:

1. Idade: ____anos.
2. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino.
3. Em que medida você se considera religioso? (**circule o número que melhor representa sua resposta**)
 Nada religioso 0 1 2 3 4 Muito religioso
4. Qual a sua religião? _____
5. Qual a religião dos seus pais?
 Pai _____ Mãe _____
6. Comparando com as pessoas da cidade em que vive, você se considera de qual classe social? (**circule um número**):

1	2	3	4	5
Baixa		Média		Alta
7. Em que série escolar você está? _____
8. Em que medida você considera a sua família unida?
 Nada unida 0 1 2 3 4 Muito unida
9. Estado civil dos seus pais:
☐ Solteiro ☐ Casado / convivente ☐ Separado/ divorciado
☐ Viúvo ☐ Outro (Especifique):_____.
10. Nível instrucional do seu pai:
☐ Fundamental/1º Grau ☐ Médio/2º Grau ☐ Superior
☐ Pós-graduação

11. Nível instrucional da sua mãe:

- ☐ Fundamental/1º Grau ☐ Médio/2º Grau ☐ Superior
☐ Pós-graduação

ANEXO VI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Doutorado em Psicologia Cognitiva

Projeto de pesquisa: Estilos de Apego e Raciocínio moral em adolescentes

Pesquisadora responsável: Estefânea Élide da Silva Gusmão.

Endereço: Rua Bacharel Irenaldo de Albuquerque Chaves, 201 – BL D – Apto 401 – Bessa – João Pessoa. João Pessoa – PB – 58036460.

Telefones: (83) 87237844.

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente Projeto de Pesquisa, o qual objetiva realizar um estudo que pretende verificar os fatores ou eventos relacionados ao raciocínio moral das crianças e dos adolescentes através de questionário com perguntas diretas.

O questionário será aplicado a alunos desta escola apenas nas séries que eu autorizar e de maneira coletiva em sala de aula.

Fui informado de que a literatura discute pesquisas anteriores semelhantes a esta e a mesma revela que até o momento, nenhum relato de riscos com esse tipo de trabalho foi observado. Entretanto, espera-se que esta pesquisa apresente como principal benefício informações importantes sobre o desenvolvimento moral juvenil.

Tenho conhecimento de que receberei resposta a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com essa pesquisa. Também terei total liberdade para retirar meu consentimento, a qualquer momento e a pesquisa ser interrompida, sem que isso traga prejuízo ao atendimento prestado pela instituição de ensino.

Concordo que a escola participe deste estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente de pesquisa, a utilização dos dados coletados. Estes dados somente poderão ser utilizados para fins de ensino e durante encontros e debates científicos se uma autorização para este fim for por mim concedida.

Eu estou ciente de que os participantes da pesquisa não serão identificados e que os protocolos ficarão a disposição da Universidade para outros estudos, sempre respeitando o caráter confidencial das informações registradas e o sigilo de identificação dos participantes.

Atenciosamente,

Diretor (a) da escola

Testemunha 1

Testemunha 2

João Pessoa, ____ de ____ de ____.

ANEXO VII
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de pesquisa: Estilos de apego e raciocínio moral em adolescentes.

Pesquisadora responsável: Estefânea Élide da Silva Gusmão. Endereço: Rua Bacharel Irenaldo de Albuquerque Chaves, 201 – BL D – Apto 401 – Bessa - João Pessoa – PB – 58036460. Telefones: (83) 87237844.

1. Natureza da pesquisa

Seu filho está sendo convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar aspectos e eventos relacionados ao raciocínio moral dos adolescentes. Além disso, a pesquisa pretende comparar informações para verificar se existiriam diferenças de acordo com a classe socioeconômica, o sexo e a idade das crianças.

2. Participantes da pesquisa

Aproximadamente 600 adolescentes de ensino fundamental e médio, com idades entre 12 e 18 anos, distribuídos equitativamente quanto a estudarem em escola pública e privada da cidade de João Pessoa.

3. Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo seu filho responderá a questionários com perguntas diretas sobre as questões de pesquisa. Você tem a liberdade de recusar a participar e pode ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você ou para o seu filho.

4. Sobre o questionário

Seu filho será questionado sobre seus relacionamentos interpessoais e sobre questões morais.

5. Riscos e desconforto

A participação nesta pesquisa não traz maiores complicações, sendo as perguntas elaboradas para as faixas etárias dos respondentes.

6. Confidencialidade

Todas as informações coletadas neste estudo são confidenciais. Apenas a pesquisadora e seu orientador terão acesso integral aos dados. Os dados encontrados serão divulgados através da Tese de Doutorado em Psicologia Cognitiva da UFPE, publicações ou em situações de ensino e seguirá a mesma conduta, omitindo os dados pessoais dos participantes.

7. Benefícios

Ao participar desta pesquisa você e seu filho não deverão ter nenhum benefício direto. Contudo, você estará colaborando com um estudo sobre o desenvolvimento moral dos adolescentes, o que poderá beneficiar não apenas você mais todo um grupo social. No futuro essas informações poderão ser usadas em benefício de famílias e crianças brasileiras.

8. Pagamento

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

João Pessoa, / /

Anexo VIII

FOLHA DE RESULTADOS SROM

Sujeito: SROM: Nível global:

QUESTÃO	ESTÁGIO	RESPOSTA
1	a. 1 b. 2 c. 5 d. 3 e. ps f. 4	
2	a. 2 b. 4 c. 1 d. 3 e. 5 f. ps	
3	a. 1 b. ps c. 2 d. 5 e. 4 f. 3	
4	a. 2 b. 1 c. 4 d. ps e. 5 f. 3	
5	a. 1 b. 3 c. 2 d. ps e. 4 f. 5	
6	a. 2 b. ps c. 5 d. 1 e. 4 f. 3	
7	a. 1 b. 3 c. 5 d. 2 e. 4 f. ps	
8	a. 2 b. ps c. 1	

	d. 4 e. 5 f. 3	
9	a. 1 b. 4 c. 2 d. 3 e. 5 f. ps	
10	a. 2 b. 3 c. 4 d. ps e. 5 f. 1	
11	a. 1 b. 2 c. 5 d. 3 e. 4 f. ps	
12	a. 2 b. 4 c. 1 d. ps e. 3 f. 5	
13	a. 1 b. 3 c. 2 d. 4 e. 5 f. ps	
14	a. 2 b. ps c. 3 d. 5 e. 1 f. 4	
15	a. 1 b. 2 c. ps d. 5 e. 4 f. 3	
16	a. 2 b. 5 c. ps d. 1 e. 3 f. 4	